

JOSÉ FLÁVIO BERTERO

PARCEIROS DO RIO PARDO:

um estudo do processo de trabalho na cultura da cebola

Dissertação de Mestrado em Sociologia, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas - 1983

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

S U M Á R I O

	PÁG.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I : ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRODUÇÃO AGRÁRIA	9
1. A estrutura fundiária	9
2. As formas de ocupação da terra	12
3. A base técnica da produção	24
CAPÍTULO II: A FORMA DE PRODUÇÃO BÁSICA NA CEBOLI CULTURA	47
1. A parceria	47
2. Por que a parceria ?	56
CAPÍTULO III: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CEBOLA ..	105
CAPÍTULO IV : NOVOS DADOS SOBRE A ESTRUTURA DA PRO DUÇÃO AGRÁRIA	169
CAPÍTULO V : O MECANISMO DE COMERCIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA CEBOLA	195
1. O custo da produção	195
2. Comercialização e formação de preços da cebo- la	200
CAPÍTULO VI: A PARCERIA COMO FORMA DE TRABALHO PROLETÁRIO	208
CONCLUSÕES	216
BIBLIOGRAFIA	221

E R R A T A

Pág.parágr.ou quadro linha ou coluna	Onde se lê	Leia-se
p.5, 1.3	exetudadas	executadas
p.7,par.2º,1.2	pela da descrição	pela descrição
p.7,par.3º,1.9	chamamos a atenção das pessoas	alertamos os leitores
p.7,par.4º,1.1	Por último,queremos dei xar claro	Queremos deixar claro ainda
p.7,par.4º,1.2	e os equívocos	e os possíveis equívocos
p.7,par.5º,1.3	à nossa disposição	à nossa disposição para a realização da pesquisa de campo
p.8, 1.1	pela orientação	pela assistência prestada
p.18,q.V,col.5	0,66	0,06
p.23,q.IX,col.5	25,00	26,00
p.25,par.2º,1.3	de superfície a 200 hec- tares	de superfície superior a 200 hectares
p.25,par.2º,1.8	de área cultivada por	de área cultivada por
p.29,par.2º,1.12	de sulcadores e a de pro- priedade comprova	de sulcadores e a de proprie- dades comprovam
p.32,par.1º,1.5	25,65% respectivamente	25,65,respectivamente
p.32,par.5º,1.9	42 pulverizadores moro- rizados	42 pulverizadores motoriza- dos
p.36,par.1º,1.4	estrato pequeno	estratos pequenos
p.36,q.XIX,col.4	18,17	8,17
p.51, 1.15	particada	praticada
p.54,par.2º,1.5	tração animal)	tração animal
p.58, nota 14,1.6	massa	nostra
p.80,par.2º,1.1	técnicas	técnica
p.90,par.1º,1.7	54 024	54 204
p.100,par.1º,1.1	erguem-se a vezes	erguem-se as vezes
p.102,nota 70,1.5	Cf.pp.62 a 64	Cf. pp. 130 a 131
p.102,nota 70,1.10	Cf.pp.64 a 65	Cf. pp. 132 a 134
p.104, 1.1	disputar	disputas
p.130,par.1º,1.18	essencialmente	essencialmente
p.132,última linha	o processo	o progresso
p.142,nota 113,1.4	amona	manona
p.149,1.3	trabalhador	trabalhador assalariado
p.189,par.2º,1.12	apontam	aponta
p.193,nota 153;1.1	à essa	a essa
p.193,par.2º,1.1	potentes	patentes
p.194,par.2º,1.8	é presidida	são presididas
p.196,1.3	e de acréscimo de traba- lho sob a forma social	e de acréscimo de trabalho, sob a forma social de
p.196,1.5	de preço	preço
p.196,1.5	utilizadas:	utilizados:
p.197,par.2º,1.7	Subtraindo-se	Subtraindo-se
p.197,nota 156,1.6	Kogeyana	Kageyana
p.198,nota 158,1.2	meios de vida de produ- ção	meios de vida e de produção
p.208,par.1º,1.10	da força e de meios de produção	da força de trabalho e de meio de produção
p.211,1.4	contra o opressão	contra a opressão
p.211,nota 167,1.1	Hobobarm	Hobsbarm
p.214,nota 175,1.1	Posição contrária a nossa	Posição contrária à nossa
p.219,nota 186,1.12	Aliás as transformações	Aliás, as transformações

OBS: A página 59 está numerada errada, devendo, pois, ser intercalada e lida entre as páginas 157 e 158.

As páginas 109 e 110 estão trocadas, isto é, a primeira deve ser lida depois da segunda.

Incluir na bibliografia GUMARÃES, Alberto Passos, Quatro séculos de la tifúndio, Editora Paz e Terra Ltda., Rio, 1968.

INTRODUÇÃO

Entre 1954 e 1964 verificou-se, em conjunto com a queda no preço do café, um aumento no preço da força de trabalho. Foi, em parte, o resultado da destruição do colono. Essa forma de produção, além de propiciar a retenção da força de trabalho familiar na exploração fundiária e a diminuição do seu custo, por possibilitar a produção direta de mantimentos e a potenciação da força produtiva do trabalho, exige um menor dispêndio em salários. O despojamento do pedaço de terra onde o trabalhador desenvolvia uma cultura "própria", converteu-o num empreiteiro ou diarista. De outra parte, a superprodução que assolou a cafeicultura estimulou a substituição parcial dos cafezais pela pecuária leiteira, excludente de trabalhadores, provocando o êxodo rural. A introdução de novos meios de produção modernos dotados de maior capacidade produtiva, não só suplantou a potenciação da força produtiva do trabalho do colono pela cooperação familiar, como provocou a destruição dessa forma de trabalho, aumentando a massa de trabalhadores agrários superfluos.

Malgrado isso, não raro, principalmente nas épocas de plantio e de colheita, em que se requeriam trabalhadores extras, havia falta de braços na agricultura. A escassez sazonal de trabalhadores pressionava a alta dos salá

rios; em contrapartida, forçava a introdução de meios de produção adicionais e a substituição da força de trabalho masculina adulta pela feminina e infantil, ora transformando parte do capital variável em constante, ora possibilitando que, com uma mesma magnitude de capital variável, se obtivesse um maior número de braços a preços inferiores, intensificando assim a concorrência entre os trabalhadores e mantendo o funcionamento da lei da oferta e da procura do trabalho dentro dos limites adequados às necessidades da reprodução ampliada do capital. Os salários, em seu conjunto, são regulados pela expansão e contração da população excedente. A medida que aumentava a quantidade de pessoas desocupadas ou parcialmente ocupadas, os salários tendiam a decrescer. Por outro lado, crescia a migração rural-urbano, ou para novas regiões agrárias em que o trabalho ainda não se encontrasse sob o domínio direto e franco do capital.

A parceria, que surgira com o cultivo do algodão na década de quarenta e que fora assimilada pela lavoura da cebola durante a primeira metade dos anos cinquenta, apresenta-se como alternativa à falta relativa de força de trabalho e ao seu encarecimento. De início, o plantio da cebola foi introduzido, entre as explorações de produção diversificada, como atividade ancilar, praticada em parceria, como o dissemos, nas horas vagas, com a finalidade de fixar o produtor direto na propriedade e rebaixar os salários. Foi, portanto, no princípio, um meio utilizado pelo explorador fundiário, assim como o fora o lote de terra entregue ao colono, para comprimir o preço da força de trabalho, além de atrair e reter o trabalhador, forçando-o a trabalhar no cafezal. Em regra, nessas explorações, a cebola era cultivada pelos colonos remanescentes. Nas explorações menores, o proprietário lavrava um pedaço de terra com a ajuda dos membros de sua família e o restante em parceria.

Nessa fase, a produção de cebola, era pequena. Apesar disso, exigia trabalho intenso e contínuo. Daí, nesse estágio, marcado por um incipiente grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, ela só ser viável por meio da parceria. Com o aumento e a difusão de sua produção, a partir de fins da década de cinquenta e começo da de sessenta, algumas propriedades passaram a dedicar-se basicamente ao seu cultivo; outras, dividiram as famílias em parceiros na cebolicultura e empreiteiros ou diaristas na lavoura de café; outras, ainda, continuaram plantando-anas horas de folga. Esse momento era propício à pecuária leiteira, cujo produto alcançava bom preço no mercado, dando, então, um subsídio razoável à economia cafeeira. A pecuária, que se desenvolvia morosamente em moldes extensivos, em substituição à lavoura de algodão, passou a ser mais bem cuidada, ganhando o seu desenvolvimento uma nova força. Novos terras foram incorporadas por ela, chegando, como se disse, a absorver solos cafeeiros. Mas as grandes transformações só ocorrem depois de 1967, quando a cebolicultura adquire expressiva força econômica, ao lado da cafeicultura, que se recupera, com o apoio governamental, e da pecuária, que se afirma e se moderniza. Sendo esse processo, cuja origem remonta a meados dos anos cinquenta, comandado pelo capital, cabe saber como a parceria e, por extensão, a agropecuária, na qual se insere, a ele se subordinam. Embora com limitações, o presente trabalho é uma resposta a essa indagação.

Adiantemos algumas idéias a respeito. A parceria aparece sob múltiplas formas. De norte a sul do país, ela se apresenta de modo diverso: meação, quarta, terça, etc. Mais, a variedade de parceria não se restringe à sua forma de manifestação. Também a inserção da parceria no

contexto econômico-social é variável: ora subordina-se de modo direto ao capital; ora subordina-se de modo indireto ao capital; ora o parceiro é um "capitalista dele mesmo", ora o parceiro é um semiproletário ou proletário rural.

Essa diversidade dá margem a diferentes interpretações. Temos, assim, além das conhecidas teses feudal e do "assalariado disfarçado", as teses da autonomia da unidade familiar de parceria, que se reproduz permanentemente, as da subordinação do trabalho de parceria ao capital, as da transitoriedade da parceria, etc.

Em Rio Pardo, no período por nós estudado, que compreende os anos de 1954 a 1982, a parceria sempre esteve sob o domínio do capital. Ela é, na verdade, uma reinvenção deste, para solucionar os problemas da acumulação, quer reduzindo o custo de produção por meio da potenciação da força de trabalho, quer socializando os gastos de produção, sem socializar a apropriação do sobretrabalho. Com efeito, a parceria configura uma forma própria de reprodução do capital.

No início, a organização da produção centrava-se no trabalho vivo. A extração do sobretrabalho esbarrava nos limites da intensificação e da duração da jornada de trabalho. A implantação de novos meios de produção, que data dos começos da década de sessenta, mas cuja generalização e consolidação ocorre no decorrer dos anos de 1968 a 1975, possibilitou que a organização da produção passasse a se centrar no trabalho morto. Com isso, rompem-se os limites impostos à acumulação pelas condições de produção primitiva. A extração do sobretrabalho passa a assentar-se também na diminuição do tempo de trabalho necessário.

Essa revolução, que deriva da assimilação da indústria pela agricultura, redundou na passagem da subordinação formal à subordinação real da parceria, em particular, e da

agropecuária, em geral, ao capital industrial. Ligam-se a essa passagem a crescente presença de trabalhadores assalariados por dia na execução de operações antes exetudadas por parceiros, assim como o crescente número de parceiros que assalariam outras pessoas. A parceria perdura como forma dominante de trabalho na cebolicultura porque a mecanização do processo de trabalho ainda é parcial; o transplante das mudas de cebola e a colheita dos bulbos continuam sendo operações manuais e, por conseguinte, altamente intensivas de trabalho vivo. É certo que a parcelização dessas operações diminui a quantidade de trabalhadores necessários à sua realização. Mas, em contrapartida, essa economia de trabalhadores decorrente da parcelização do trabalho, propiciada pela parceria, dificulta a adoção do plantio direto e da mecanização da colheita.

Acresce que esse processo é permeado pela intensificação da concorrência: seja entre capitais agrários privados, que procuram se apropriar de lucros extraordinários, seja entre parceiros que procuram se manter. No nível do mercado, tem-se a concorrência oligopólica entre grandes atacadistas e supermercados. Os intermediários locais, no mais das vezes, não são mais que agentes dos grandes comerciantes dos centros de convergência dos produtos.

Quanto à investigação empírica, cumpre esclarecer que efetuamos, preliminarmente, uma pesquisa de campo exploratória durante os períodos de férias escolares de 1976 e 1977, com a finalidade de obter informações sobre as transformações recentes da economia agrária local. Foram realizadas treze entrevistas, assim distribuídas: nove entrevistas com proprietários fundiários, duas entrevistas com técnicos agrícolas, duas entrevistas com ex-trabalhadores rurais. Além disso, no mesmo período, iniciamos a con

sulta ao arquivo da Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo, que, como veremos no primeiro capítulo, possui um levantamento minucioso sobre as explorações rurícolas da região em estudo. A partir dessas informações, pudemos delimitar o objeto - a parceria no cultivo da cebola - e precisar o marco histórico da investigação - o período que se inicia em 1954 e se estende aos dias atuais -, bem como formular o roteiro de entrevistas, mediante a confecção de dois tipos de questionários: um deles visava a reconstituir a parceria, nos diferentes momentos da sua evolução; o outro tinha por escopo recompor o processo de trabalho, ao longo do período acima mencionado.

Em 1978, de posse de tais questionários e tendo por critério apenas o estudo em profundidade, realizamos essa etapa da pesquisa de campo. Aplicamos, de início, cinquenta e quatro questionários, sendo quarenta (dezenove com proprietários e vinte e um com parceiros) do primeiro tipo. No primeiro semestre de 1982, efetuamos mais cinco entrevistas (duas com proprietários e três com parceiros), com o objetivo de esclarecer certos pontos sobre o processo de trabalho. Nesse mesmo período, acompanhamos in loco o processo de trabalho na cultura da cebola, desde a preparação do terreno de sementeira até à colheita, ao preparo e à embalagem do produto.

Foram entrevistados, ainda: o agrônomo da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil S.A., agência de São José do Rio Pardo; o agrônomo da Casa da Agricultura de São Sebastião da Gramma; o presidente do Sindicato Patronal de São José do Rio Pardo (sendo os três, grandes proprietários rurais e grandes produtores de cebola); o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Pardo e um ex-colono, ex-parceiro e ex-presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de São José do Rio Pardo.

Sobre a comercialização do produto, além das informações obtidas no decorrer da pesquisa, entrevistamos dois comerciantes de cebola locais.

A trajetória da nossa exposição é a do abstrato ao concreto. Por isso, começamos pela da descrição da distribuição da propriedade da terra e pela descrição das formas de ocupação da terra, dos instrumentos de trabalho e das benfeitorias. Em seguida, examinamos a parceria, o processo de produção da cebola e a estrutura da produção agrária. Nesse ponto, é revelada a aparente atomização e autonomia da produção, evidenciando-se a sua concentração e subordinação ao capital industrial. Subordinação cujo exame é aprofundado no capítulo subsequente e nas conclusões.

Esclarecido o percurso da exposição, queremos deixar claro que o esforço por apreender a dinâmica interna da parceria impôs limitações ao presente trabalho. Dentre elas, destacamos o caráter ainda abstrato das categorias. Daí a necessidade de fazer o caminho inverso, para que possamos apreender as determinações essenciais à apreensão e reprodução pelo pensamento do efetivo movimento do capital na cebolicultura de Rio Pardo e na sociedade na qual esta se insere. Posto isso, chamamos a atenção das pessoas para o recurso utilizado na exposição, o qual implica suposições e redefinições constantes.

Por último, queremos deixar claro que as limitações e os equívocos deste trabalho são de exclusiva responsabilidade do seu autor.

Aproveitamos a oportunidade para expressar os nossos agradecimentos a: Paulo Celso Bertero, pela ajuda material, pondo seu automóvel à nossa disposição; Ana Maria de

Oliveira, pela orientação referente à parte estatística do trabalho; José Luís Fiorin, amigo novo, com o qual pude mos dialogar na fase de redação do trabalho; José César Gnaccarini, com quem se aprende não apenas sociologia.

Araraquara, outubro de 1983.

CAPÍTULO I

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRODUÇÃO AGRÁRIA

1. A estrutura fundiária

Para quem pretende caminhar do abstrato em direção ao concreto, nada mais correto que começar pelo exame da estrutura fundiária.

A região (*) em estudo possui uma superfície de

(*) Por região entendemos a de São José do Rio Pardo. Esta localiza-se a leste do Estado de São Paulo, dividindo fronteiras com Tapiratiba e Caconde, ao norte; Itobi e São Sebastião da Gramma, ao sul; Divinolândia, a leste e Mococa, a oeste. Caracteriza-se por uma topografia acidentada e por um padrão de terra de razoável fertilidade natural: a maior parte de seu solo classifica-se como podzólico vermelho amarelo ortho, o que significa boa capacidade de retenção d'água; boa porosidade; com posição orgânica satisfatória e um pH relativamente elevado, chegando a possuir faixas de terras neutras. (Setzer, 1956; Mattos, 1959; Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1958).

A altitude varia, em média, entre seiscentos e novecentos metros; a temperatura oscila em torno de vinte e dois graus, sendo a média das máximas de trinta graus e das mínimas de seis graus. No mês mais quente, o de janeiro, a temperatura média é de vinte e dois a vinte e três graus; no mês mais frio, o de julho, a temperatura média é de quinze a dezesseis graus. (Zoneamento Agrícola do Estado de São Paulo, 1974).

O período de outubro a março, marcado por chuvas frequentes, é úmido e quente; ao contrário, o período de abril a setembro, marcado por uma estiagem mais ou menos pronunciada, é seco e frio. Isso torna o clima ameno, tanto no verão como no inverno. É alto o número de dias claros e de horas de sol. Mesmo na época das águas é relativamente baixo o número de dias chuvosos em comparação com a alta pluviosidade. Na época da seca, os dias, em sua maioria, são longos e ensolarados, favorecendo o cultivo de determinadas plantas, desde que devidamente irrigadas. (Setzer, 1956. Mattos, 1959).

40 651,98 hectares, distribuídos entre 585 explorações agrárias (*). O quadro abaixo mostra a divisão da propriedade da terra na região de Rio Pardo.

QUADRO I - Número de propriedades agrícolas e área respectiva segundo os estratos de área.

Estratos	nº de expl.	% Expl.	área total por estrato	% área explorada
0 — 10	153	26,15	941,86	2,32
10 — 30	199	34,02	3664,05	9,01
30 — 50	71	12,14	2722,62	6,70
50 — 100	65	11,11	4836,37	11,90
100 — 150	29	4,96	3520,50	8,66
150 — 200	17	2,91	2928,71	7,20
200 — 300	24	4,10	5885,44	14,48
300 — 500	14	2,39	5423,34	13,34
500 — 1000	10	1,71	7101,56	17,47
100 e mais	3	0,51	3627,53	8,92
TOTAL	585	100,00	40651,98	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

(*) A área total das explorações é de 40 651,98 hectares.

Os números apresentados no quadro evidenciam uma pronunciada desigualdade na distribuição da terra. Temos,

(*) Os dados expostos nesse capítulo foram extraídos do Cadastro das Propriedades Rurais do Município de São José do Rio Pardo, Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo, 1976. Apesar da não correspondência entre o número de propriedades e o de explorações agrárias, em virtude de as propriedades anexas pertencentes a um mesmo proprietário terem sido englobadas, empregaremos indistintamente ambos os termos.

num extremo, uma elevada quantidade de pequenas explorações (*) ocupando uma exígua faixa de terra; noutro extremo, um restrito número de grandes explorações abrangendo uma vultosa área de terra.

Assim, enquanto os três primeiros estratos do quadro 1, que somam 423 explorações, correspondentes a 72,31 % das 585 explorações cadastradas, atingem uma área de 7 328,53 hectares, referentes a apenas 18,03% da superfície agrária local, os três últimos estratos, que não vão além de 27 explorações, num montante de 4,61%, compreendem 16 152,43 hectares, isto é, 39,73% da área total. Os 17,17102 hectares sobrantes, relativos a 42,24% do total ocupado por todas as explorações, ficam por conta dos quatro estratos intermediários, num total de 135 explorações, representativos de 23,08% do conjunto das explorações cadastradas. No entanto, se tomarmos os quatro em vez dos três últimos estratos, veremos que 51 explorações, referentes a 8,72% do total das explorações cadastradas, detêm o domínio de 22 037,87 hectares, equivalentes a 54,21% da superfície total. Isso significa que mais da metade da área abrangida pela região em estudo encontra-se ocupada por um número diminuto de explorações. Em compensação, os estratos intermediários decrescem para 111 explorações, 18,97% da área total e 11 285,58 hectares.

(*) Fazemos aí e no decorrer da descrição da estrutura agrária uma distinção entre pequenas, médias e grandes explorações, tendo como critério a superfície de cada exploração rural. Ainda que esse critério seja falacioso, porquanto um mesmo estrato comporta diferentes tipos de exploração, ele constitui o ponto de partida de nossa investigação. Consideramos, assim, pequenas e grandes explorações as inferiores a 50 hectares e as iguais ou superiores a 200 hectares, respectivamente. As médias explorações incluem-se entre esses dois extremos.

O exposto evidencia a acentuação dos extremos: de um lado, o predomínio numérico de explorações com área não superior a 50 hectares, pois, das 585 explorações cadastradas, 423 situam-se nessa faixa, sendo que 352 delas incluem-se nos estratos de área inferior a 30 hectares; de outro lado, obviamente, a contrapartida do acima apontado fracionamento da propriedade do solo, ou melhor, a forte concentração da propriedade da terra, não obstante a supremacia numérica das pequenas explorações. Comprova-se o último fato pela quantidade de explorações inseridas na faixa dos estratos de área de 200 a 1000 hectares e mais: 51 ao todo, das quais 27 estão além da casa de 300 hectares.

2. As formas de ocupação da terra

A área do município de São José do Rio Pardo, base da região em estudo, é de 40 700,00 hectares, dentre os quais 39 816,70 hectares pertencem ao meio rural e 883,30 ao urbano.

Como a área ocupada pelas 585 explorações agrícolas cadastradas é de 40.651,98 hectares, deduz-se que engloba parcela ínfima de terra pertencente a outros municípios, talvez pelo fato de determinadas explorações, situadas no município-sede, estenderem-se aos municípios fronteiriços.

Dos 40 651,98 hectares mencionados, 31,51% são ocupados por lavouras anuais e perenes; 55,89%, por pastagens naturais e artificiais; 7,15%, por mata natural; 1,79%, por eucalipto e 3,66%, por outras áreas.

Dos 12 809,35 hectares efetivamente cultivados, 71,45% destinam-se às culturas anuais e 28,55%, às cultu

ras permanentes. Quanto à área de pastagens, 88,53% são naturais e os 11,47% restantes, artificiais. O quadro abaixo possibilita a melhor visualização da ocupação do solo.

Quadro II - A utilização das terras

Tipo de uso	Área	
	ha	%
Culturas	12.809,35	31,51
anuais	9.152,59	71,45
perenes	3.656,76	28,55
Pastagens	22.721,04	55,89
natural	20.114,07	88,53
artificial	2.606,97	11,47
Mata	3.636,31	8,94
natural	2.907,29	79,95
eucalipto	729,02	20,05
Outras áreas	1.485,28	3,66
TOTAL	40.651,98	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Somente 31,51% da área total compreendida pelo conjunto das explorações rurais são efetivamente cultivados. O restante destina-se basicamente à exploração pastoril e florestal: 64,83%. É diminuta a presença de outras formas de exploração do solo (3,66%), sobretudo se levarmos em conta que as terras inaproveitáveis fazem parte desse montante.

Dos 12.809,35 hectares efetivamente cultivados, 5.843,20, ou seja, 45,62% o são com as duas principais cul-

turas da região: o café e a cebola (*).

Dentre as outras culturas, o milho dispõe de uma área maior: 5 382,59 hectares; ao arroz cabe a área de 1 096,65 hectares; a última posição fica para o feijão: 486,91 hectares. Percentualmente, tais cultivos representam: café, 28,55%; cebola, 17,07%; milho, 42,02%; arroz, 8,56%; feijão, 3,80% da área efetivamente cultivada.

O quadro III mostra a distribuição da área de cultivo entre as diferentes explorações dos diversos estratos. Também mostra a percentagem em relação à área total das explorações e da área cultivada.

Quadro III - Área cultivada nas propriedades de diferentes tamanhos e percentagem da área cultivada em relação à área total da exploração.

Estratos	nº de expl.	área		% da área cultivada	
		total	cult.	por rel. à área expl.	total cult.
0 10	153	941,86	464,77	49,34	3,63
10 30	199	3664,05	1831,94	49,99	14,30
30 50	71	2722,62	1038,03	38,12	8,10
50 100	65	4836,37	1953,62	40,39	15,25
100 150	29	3520,50	1092,80	31,04	8,53
150 200	17	2928,71	763,95	26,08	5,97
200 300	24	5885,44	2303,11	39,13	17,98
300 500	14	5423,34	1444,50	26,63	11,28
500 1000	10	7101,56	1398,76	19,69	10,92
1000 e mais	3	3627,53	517,87	14,27	4,04
TOTAL	585	40651,98	12809,35	31,50	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

(*) São culturas principais pelo volume de trabalhadores, de tratores e acessórios, de corretivos, de defensivos, etc., que absorvem, pela magnitude da produção; enfim, pela posição de destaque que desfrutam na economia agrícola local. A lavoura de milho, embora ocupe uma área maior, possui menor importância econômica que as demais atividades agrícolas.

Os dados supra indicam a maior intensidade das pequenas explorações. Enquanto os três primeiros estratos têm uma área cultivada de 3 334,74 hectares, representativa de 26,03% da área total efetivamente cultivada, os três últimos estratos possuem uma área cultivada de apenas 3 361,13 hectares, correspondentes a 26,24% da área total cultivada.

Esses dados ressaltam a disparidade existente entre os dois extremos: a relação área cultivada/ superfície total é mais acentuada nos estratos de área inferior que nos estratos de área superior. Com isso, presume-se que : a) as explorações menores sejam trabalhadas mais intensivamente; b) nas explorações maiores seja marcante o predomínio da área de pastagem sobre a área lavrada. Todavia, só um exame detalhado, com a inclusão dos elementos técnico e humano do processo de trabalho, poderá elucidar melhor essas questões. Convém observar, entretanto, que a exclusão do estrato de 200 a 300 hectares dos estratos intermediários e a sua inserção nos estratos superiores reduzem a magnitude e o percentual da área cultivada daqueles em relação à área total das explorações para 3 810,37 hectares e 29,75% e aumentam a magnitude da área e o percentual da área cultivada para 5 664,24, e 44,22%, respectivamente.

Examinemos, inicialmente, o comportamento das diversas culturas. Tomemos a lavoura de café como ponto de partida. Ela é praticada em 174 explorações, numa área de 3 656,76 hectares, com um total de 4 176 525 pés. O quadro IV ilustra a performance da cafeicultura.

QUADRO IV - Área cultivada de café e número de cafeeiros por estrato de área.

Estratos	nº expl.	área cul- tivada café	% área cul- tivada	0 e 9 anos	3 a 12 anos	+ de 12 anos	Total de cafeeiros	% cafeeiros
0	153	3209	0,88	23.600	4.000	6.000	33.600	0,80
10	199	18138	4,96	83.425	50.650	67.300	201.375	4,82
30	71	16093	4,40	87.675	56.600	40.800	185.075	4,43
50	65	38333	10,48	196.800	168.400	76.250	441.450	10,60
100	29	30480	8,34	101.000	103.150	157.500	361.650	8,66
150	17	12015	3,29	24.000	12.000	94.500	130.500	3,12
200	24	59108	16,16	366.250	251.000	133.050	750.300	17,96
300	14	77464	21,18	257.618	341.690	274.031	873.339	20,91
500	10	81554	22,30	195.372	501.369	180.495	877.236	21,00
1000 e mais	3	29282	8,01	66.000	167.100	88.900	322.000	7,70
TOTAL	585	355676	100,00	1.401.740	1.655.959	1.118.826	4.176.525	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Os números supra revelam que as lavouras de café pertencentes às explorações com superfície acima de 200 hectares não só ocupam 2 474,08 hectares, isto é, 67,65% da área cultivada de café, como possuem 67,57% do total de cafeeiros, ao passo que as culturas de café das explorações situadas nos estratos inferiores a 50 hectares, além de abrangerem tão somente 374,00 hectares, relativos a 10,24% da área cultivada de café, representam apenas 10,05% do cafezal existente. As explorações médias pertencem 808,28 hectares, referentes a 22,11% da área cultivada de café e 22,38 % dos cafeeiros.

Característica das grandes explorações, responsáveis por aproximadamente 70,00% da produção cafeeira, o que evidencia o seu caráter concentracionista, a cafeicultura ocupa 9,00% da superfície agrária; apresenta uma densidade média de 1 142 pés por hectare lavrado, com uma área média de 8,75 metros quadrados.

O cultivo da cebola também ocupa um lugar de realce na agricultura local. Praticado em 289 explorações, numa área de 2 186, 44 hectares, representa 5,37 da superfície explorada. Deste percentual, 2,02 referem-se às explorações contidas nos estratos aquém de 50 hectares, 2,94%, às explorações pertencentes aos estratos que vão de 50 a 300 hectares e os restantes 0,41% às explorações além de 300 hectares.

Também no que concerne à proporção da área total cultivada de cebola é maior a participação das pequenas explorações na cebolicultura: 6,41% para os estratos de 0 a 50 hectares, 9,34% para os estratos intermediários e 1,32% para os estratos acima de 300 hectares.

A proporção da área cultivada de cebola em relação à área total cultivada evidencia ainda mais a importância das pequenas e médias explorações, principalmente das primeiras, para o cultivo dessa planta. A cebola não só é produ

zida fundamentalmente pelas pequenas e médias explorações, como se encontra difundida entre um número maior de explorações que o café. Cumpre observar que, não obstante lavrada numa área relativamente pequena, ela apresenta, entre outros aspectos, um grande volume de produção. Além disso, as propriedades constantes do estrato de 200 a 300 hectares, incluído entre os intermediários, são, pelas características que encerram, grandes explorações e grandes produtoras de cebola. O quadro V corrobora a nossa afirmação.

QUADRO V - Área cultivada de cebola por estratos de área e percentuais desta área em relação à área total cultivada de cebola, à área total explorada, à área total cultivada e à área cultivada.

Estratos.	nº espl.	área cult. c/cebola	%			
			cebola	expl.	cult.	extr.
0 10	153	103,07	4,71	0,25	0,80	22,17
10 30	199	486,66	22,26	1,20	3,80	26,56
30 50	71	232,32	10,63	0,57	1,81	22,38
50 100	65	416,36	19,04	1,03	3,25	21,31
100 150	29	196,62	8,99	0,48	1,54	17,99
150 200	17	78,65	3,60	0,19	0,61	10,29
200 300	24	504,57	23,08	1,24	3,94	21,90
300 500	14	68,97	3,15	0,17	0,54	4,77
500 1000	10	75,02	3,43	0,18	0,59	5,36
1000 e mais	3	24,20	1,11	0,66	0,19	4,67
TOTAL	585	2.186,44	100,00	5,37	17,07	17,06

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

As demais culturas desempenham um papel menos importante na agricultura local. São, na verdade, culturas de entressafra, praticadas, em regra, no período das águas. O

milho, por exemplo, atualmente é cultivado em 474 das 585 explorações. Preenche uma área de 5 382,59 hectares, que corresponde a 13,24% da superfície agrária. O quadro VI mostra a posição exata da lavoura de milho.

QUADRO VI - Área cultivada de milho por estratos e percentuais desta em relação à área total cultivada de milho, à área total explorada, à área total cultivada e à área cultivada.

Estratos	nº expl.	área cult. c/milho	Percentuais das áreas			
			milho	total	cultv.	p/extr.
0 † 10	153	247,23	4,59	0,61	1,93	53,19
10 † 30	199	841,60	15,64	2,07	6,57	45,94
30 † 50	71	460,76	8,56	1,13	3,60	44,38
50 † 100	65	915,61	17,01	2,25	7,15	46,86
100 † 150	29	457,38	8,50	1,13	3,57	41,85
150 † 200	17	464,11	8,62	1,14	3,62	60,75
200 † 300	24	940,05	17,46	2,31	7,34	40,81
300 † 500	14	494,41	9,19	1,22	3,86	34,22
500 † 1000	10	404,14	7,51	0,99	3,15	28,89
1000 e mais	3	157,30	2,92	0,39	1,23	30,37
TOTAL	585	5 382,59	100,00	13,24	42,02	42,02

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Planta mais disseminada que a cebola inclusive, o milho é cultivado basicamente nas pequenas e médias explorações. Assim, tanto no que se refere à proporção da área total, como no que tange à área efetivamente cultivada, especificamente à área cultivada de milho e a área cultivada de milho por estratos, a presença das pequenas e médias explo-

rações é mais significativa. No primeiro caso, os estratos inferiores a 50 hectares (3,81%) e os estratos intermediários (6,83%) abarcam 10,64% dos 13,24% relativos à área agrícola total. Conseqüentemente, o mesmo ocorre com os aspectos subseqüentes contidos no quadro. Enquanto as pequenas e médias explorações ocupam 33,78% da área total cultivada, as grandes explorações ocupam somente 8,24%. Da mesma forma, as pequenas e médias explorações ocupam 80,38% da área de milho cultivada, ao passo que as grandes explorações ocupam apenas 19,62%. Entre as explorações de médio porte está incluído o estrato de 200 a 300 hectares. É claro que a sua inclusão entre as grandes explorações modifica os percentuais, por nós apontados, dos estratos médios e superiores: os referentes àqueles passam a ser de 4,52%, 14,34%, 34,13% e os atinentes a estes passam a ser de 4,91%, 15,58% e 37,08%, respectivamente. Malgrado isso, as considerações anteriores permanecem válidas.

Planta inexpressiva na agricultura local, o arroz, do mesmo modo que o milho é cultivado na entressafra das culturas de maior prestígio, o café e a cebola. Embora lavrado em 314 explorações agrícolas, ocupa uma área pouco superior a 1 000,00 hectares, exatamente 1 096,65 hectares. O quadro VII fornece maiores informações sobre a lavoura de arroz.

QUADRO VII - Área cultivada de arroz por estratos de área e percentuais desta área em relação à área total cultivada de arroz, à área total explorada, à área total cultivada e à área cultivada.

Estratos	nº expl .	área cult.	Percentuais das áreas			
			arroz	total	cultv.	p/estr.
0 10	153	60,79	5,54	0,15	0,47	13,07
10 30	199	243,67	22,22	0,60	1,90	13,30
30 50	71	130,00	11,85	0,32	1,02	12,52
50 100	65	171,53	15,64	0,42	1,34	8,78
100 150	29	75,63	6,90	0,19	0,59	6,92
150 200	17	79,86	7,28	0,20	0,62	10,45
200 300	24	169,40	15,45	0,42	1,32	7,35
300 500	14	71,39	6,51	0,17	0,56	4,94
500 1000	10	58,08	5,30	0,14	0,46	4,15
1000 e mais	3	36,30	3,31	0,09	0,28	7,00
TOTAL	585	1096,65	100,00	2,70	8,56	8,56

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

O arroz também é plantado fundamentalmente pelas pequenas e médias explorações agrícolas. Dos 1 096,65 hectares cultivados, 84,88% pertencem aos estratos que compõem esses dois tipos de explorações; as grandes explorações contribuem com apenas 15,12% da área de arroz cultivada. A proporção dos diferentes estratos na área total cultivada é, respectivamente, de 3,39% para os de área inferior a 50 hectares, 3,87% para os intermediários e 1,30% para os de área superior a 300 hectares. Dos 2,70% correspondentes à participação da rizicultura na superfície rural total, 2,30% são representativos das pequenas (1,07%) e médias explorações

(1,23%), cabendo às grandes explorações o montante de 0,40%. Resta mencionar que, também no que concerne à área cultivada de arroz por estratos é maior a participação das pequenas e médias explorações. O estrato de 200 a 300 hectares representa o percentual de 0,42%, 1,32%, 15,45%. Logo, o seu deslocamento dos estratos intermediários para os estratos superiores provoca uma alteração nos percentuais, expostos anteriormente, desses estratos.

O mais inexpressivo dos cereais, o feijão, assim como os demais cereais, é uma planta da entressafra. Plantado em 248 explorações rurais, ocupa uma área de 486,91 hectares, correspondentes a 1,19% da superfície agrária total. O quadro VIII oferece outras informações sobre a cultura do feijão.

QUADRO VIII - Área cultivada de feijão por estratos de área e percentuais desta área em relação à área total cultivada de feijão, à área total explorada, à área total cultivada e à área cultivada.

Estratos	nº expl.	área cult.	Percentuais das áreas			
			feijão	total	cult.	p/estr.
0 - 10	153	21,59	4,43	0,05	0,17	4,64
10 - 30	199	78,63	16,15	0,20	0,61	4,29
30 - 50	71	54,02	11,09	0,13	0,42	5,20
50 - 100	65	66,79	13,72	0,16	0,52	3,41
100 - 150	29	58,37	11,99	0,14	0,46	5,34
150 - 200	17	21,18	4,35	0,05	0,17	2,77
200 - 300	24	98,01	20,13	0,24	0,76	4,25
300 - 500	14	35,09	7,21	0,09	0,27	2,42
500 - 1000	10	45,98	9,44	0,11	0,36	3,28
1000 e mais	3	7,25	1,49	0,02	0,06	1,39
TOTAL	585	486,91	100,00	1,19	3,80	3,80

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Apesar de menos expressiva que as culturas de milho e de arroz, a lavoura de feijão possui os mesmos caracteres daquelas. É notório o predomínio das pequenas e médias explorações na produção desse cereal, seja em relação à área total, seja em relação à área cultivada, seja em relação à área cultivada de arroz por estratos, seja ainda em relação à área de feijão cultivada. A respeito desta, por exemplo, enquanto os estratos inferiores e intermediários compreendem 81,86%, os estratos superiores representam 18,14%. A inserção entre estes últimos do estrato de 200 a 300 hectares eleva a sua participação para 38,27%.

A área de mata abrange uma extensão de 3 636, 31 hectares, dos quais 2 907,29 hectares são ocupados por matas naturais e 729,02 hectares, por eucaliptos. Portanto, a exploração florestal ocupa 8,94% da área rural total, sendo que 7,15% referem-se à área de mata natural e 1,79% à área reflorestada. O quadro IX mostra a distribuição da mata entre os diferentes estratos.

QUADRO IX - Área total da mata por estratos de área, área de mata natural e área reflorestada por estratos de área.

Estratos	nº expl.	área de mata	% a.t.	% a.mat.	área de mata, nat	% a.m. nat.	a. euca lip.	% a. de eucal.
0 10	153	28,17	0,07	0,78	10,94	0,38	17,23	2,36
10 30	199	132,81	0,33	3,65	81,29	2,80	51,52	7,07
30 50	71	192,44	0,47	5,29	151,37	5,21	41,07	5,63
50 100	65	370,62	0,91	10,19	330,93	11,38	39,69	5,45
100 150	29	216,47	0,53	5,96	188,16	6,47	28,31	3,88
150 200	17	248,65	0,61	6,84	239,58	8,24	9,07	1,25
200 300	24	530,58	1,31	14,59	445,88	15,34	84,70	11,62
300 500	14	509,56	1,25	14,01	329,22	11,32	180,34	24,73
500 1000	10	945,57	2,32	25,00	733,82	25,24	211,75	29,05
1000 e mais	3	461,44	1,14	12,69	396,10	13,62	65,34	8,96
TOTAL	585	3636,31	8,94	100,00	2907,29	100,00	729,02	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Nota-se que a distribuição da mata natural e re florestada entre as explorações agrárias é de 9,72% para os estratos inferiores a 50 hectares, 37,58% para os estratos intermediários e 52,70% para os estratos superiores a 300 hectares. Dos 8,94% sobre a área total, 4,71% são representados pelas grandes explorações, cabendo às explorações médias 3,36%, e 0,87% às pequenas explorações. A redefinição dos estratos superiores, com a inclusão do estrato de 200 a 300 hectares, aumenta mais ainda a participação das grandes explorações na área de mata.

3. A base técnica da produção

Examinadas, ainda que superficialmente, a distribuição e as formas de ocupação da terra, passemos ao exame das condições técnicas em que se assenta a produção rural. Começamos pelo trator. O quadro X oferece informações sobre o uso desse instrumento de trabalho por grupos de estratos.

QUADRO X - Quantidade de tratores por estrato de área, área cultivada por trator e razão entre quantidade de tratores e de propriedades por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº trat.	% trat.	a.cult. p/trat.	razão entre trat/propried.
0 - 10	153	9	2,82	51,64	1:17,0
10 - 30	199	56	17,55	32,71	1: 3,5
30 - 50	71	26	8,15	39,92	1: 2,7
50 - 100	65	45	14,11	43,41	1: 1,4
100 - 150	29	29	9,10	37,68	1: 1,0
150 - 200	17	15	4,70	50,93	1: 1,1
200 - 300	24	50	15,67	46,06	1: 0,48
300 - 500	14	39	12,23	37,03	1: 0,35
500 - 1000	10	38	11,91	36,80	1: 0,26
1000 e mais	3	12	3,76	43,15	1: 0,25
TOTAL	585	319	100,00	40,15	1: 1,8

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Observa-se no quadro supra a quantia de 319 tratores para o conjunto das 585 explorações agrícolas. Esses tratores estão distribuídos da seguinte maneira: 91 pertencem aos estratos inferiores a 50 hectares, 89 aos estratos situados entre 50 e 200 hectares e 139 aos estratos superiores a 200 hectares. Quanto à razão entre quantidade de tratores e de propriedades, ela é menor (mais intensiva) nos estratos de área superior a 200 hectares.

Verifica-se, assim, tanto absoluta quanto relativamente ao número de explorações, um maior número de tratores nas explorações de superfície a 200 hectares. Essa supremacia, entretanto, não só desaparece como se inverte, quando se examina a relação entre a área lavrada e a quantidade de tratores: a um maior número destes corresponde uma maior área lavrada, o que confere às aludidas explorações uma menor proporção de área cultivada por unidade de trator.

Em que pese a heterogeneidade de cada grupo de estratos, porquanto uns apresentam, de uma parte, uma proporção menor de área cultivada por unidade de trator e, de outra parte, uma razão maior de tratores por propriedades, é possível concluir, de imediato, que o estrato mais intensivo de trator é o de 10 a 30 hectares, seguido de perto pelos estratos de 500 a 1000, 300 a 500, 100 a 150 e 30 a 50 hectares. Mencionamos, no entanto, que enquanto algumas explorações possuem mais de um trator, muitas delas não dispõem desse meio de trabalho. Esse contraste é facilmente constatável, nos estratos de maior e de menor área. Os quadros subsequentes informam sobre o uso de arados, grades, sulcadores, plantadeiras e pulverizadores.

QUADRO XI - Quantidade de arados por estrato de área, área cultivada por arado e razão entre quantidade de arados e de propriedades por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº arados	% arados	a.cult. p/arado	razão entre arad/prop.
0 - 10	153	53	11,04	8,76	1: 2,8
10 - 30	199	149	31,04	12,29	1: 1,3
30 - 50	71	54	11,25	19,22	1: 1,3
50 - 100	65	58	12,09	33,68	1: 1,1
100 - 150	29	36	7,50	30,35	1: 0,8
150 - 200	17	20	4,17	38,19	1: 0,8
200 - 300	24	46	9,58	50,06	1: 0,5
300 - 500	14	24	5,00	60,18	1: 0,5
500 - 1000	10	30	6,25	46,62	1: 0,3
1000 e mais	3	10	2,08	51,78	1: 0,3
TOTAL	585	480	100,00	26,88	1: 1,2

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Constata-se, no quadro imediatamente acima, o total de 480 arados para 585 explorações. Destes, 256 pertencem às explorações de área inferior a 50 hectares, 114 às explorações inseridas na faixa que se estende de 50 a 200 hectares e 110 às explorações de área superior a 200 hectares.

Como se vê, a maior concentração de arados ocorre nas pequenas explorações. Enquanto estas dispõem de 53,33% do total de arados, as médias e grandes explorações dispõem, respectivamente, de 23,76% e 22,91%. A esse predomínio corresponde também uma menor proporção (maior intensidade) da área cultivada por unidade de arado nas explorações componentes dos estratos inferiores a 50 hectares.

Não obstante a maior magnitude absoluta e relativa de arados por área de terra lavrada nas pequenas explora

ções, a razão entre o número de arados e o de explorações é menor (mais intensiva) nas grandes explorações. É que, apesar de as pequenas explorações possuírem maior quantidade de arados que as grandes explorações, numericamente elas são muito superiores a estas últimas. Daí a inversão da relação. Assim, do ponto de vista da superfície cultivada, as pequenas e médias explorações são mais intensivas; do ponto de vista da quantidade de explorações pertencentes a cada grupo de estratos, as grandes explorações são mais intensivas.

QUADRO XII - Quantidade de grades por estrato de área, área cultivada por grade e razão entre quantidade de grades e de propriedades por estrato de áreas.

Estratos	nº expl.	nº grades	% grades	área cult.p/grade	razão entre grade/prop.
0 10	153	9	3,48	51,64	1: 17,0
10 30	199	55	21,24	33,30	1: 3,6
30 50	71	24	9,27	43,25	1: 2,9
50 100	65	47	18,15	41,56	1: 1,3
100 150	29	22	8,49	49,67	1: 1,3
150 200	17	12	4,63	63,66	1: 1,4
200 300	24	36	13,90	63,97	1: 0,6
300 500	14	22	8,49	65,65	1: 0,6
500 1000	10	27	10,42	51,80	1: 0,3
1000 e mais	3	5	1,93	10,35	1: 0,6
TOTAL	585	259	100,00	49,45	1: 2,2

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Vê-se, por intermédio do quadro XII, o montante de 259 grades para as 585 explorações. Vê-se, ainda, a distribuição quase simétrica de grades na região: as grandes ex

plorações compreendem 34,74% do total de grades, ao passo que as médias e pequenas explorações compreendem, respectivamente, 31,27% e 33,99%.

Quanto à relação entre a área cultivada e o uso de grades, praticamente inexitem diferenças entre as explorações, salvo as contidas nos estratos com área superior a 1000 hectares, dotados de uma proporção bem menor.

Malgrado a simetria, há um descompasso sensível entre o número de explorações e o de grades compreendidas por grupos de estratos de área: as grandes explorações possuem 90 grades para 51 explorações, enquanto as médias e pequenas possuem, respectivamente, 81 para 111, e 88 para 423. Esses números evidenciam que muitas destas últimas explorações não dispõem de grades. Tal ausência, vale dizer, é mais frequente nos estratos de menor área, onde a razão entre a quantidade de grades e a de propriedades é maior.

QUADRO XIII - Quantidade de sulcadores por estrato de áreas, área cultivada por sulcador e razão entre quantidade de sulcadores e de propriedades por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº sulc.	% sulc.	áreas cult./por sulc.	razão entre sulc./ propr.
0 10	153	65	9,41	7,15	1: 2,3
10 30	199	185	26,77	9,90	1: 1,0
30 50	71	83	12,01	12,50	1: 0,8
50 100	65	127	18,38	15,38	1: 0,5
100 150	29	58	8,40	18,84	1: 0,5
150 200	17	24	3,47	31,83	1: 0,7
200 300	24	55	7,96	41,87	1: 0,4
300 500	14	55	7,96	26,26	1: 0,2
500 1000	10	30	4,34	46,62	1: 0,3
1000 e mais	3	9	1,30	57,54	1: 0,3
TOTAL	585	691	100,00	18,53	1: 0,8

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

As informações contidas no quadro acima mostram a existência de 691 sulcadores nas 585 explorações. Do total de sulcadores, 48,19% pertencem às explorações referentes aos estratos inferiores a 50 hectares, 30,25% , às correspondentes aos estratos intermediários e 21,56%, às relativas aos estratos acima de 200 hectares.

Evidencia-se, assim, o maior número de sulcadores nas menores explorações. Também a relação entre a área cultivada e o número de sulcadores é mais intensa nas pequenas explorações. Essa supremacia, entretanto, fica comprometida na medida em que examinamos a proporção entre número de sulcadores e de explorações. Enquanto os estratos inferiores a 50 hectares compreendem 333 sulcadores para o total de 423 explorações, os estratos intermediários e superiores a 200 hectares compreendem, respectivamente, 209 sulcadores para o total de 111 explorações e 149 sulcadores para o total de 51 explorações. Os dados da coluna sobre a razão entre a quantidade de de sulcadores e a de propriedades comprova esse fato.

QUADRO XIV - Quantidade de plantadeiras, por estrato de área, área cultivada por plantadeira e razão entre quantidade de plantadeiras e de propriedades por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº plant.	% plant.	área cult. por plant.	razão entre plant./prop.
0 — 10	153	8	4,15	58,09	1: 19,0
10 — 30	199	36	18,65	50,88	1: 5,5
30 — 50	71	18	9,33	57,66	1: 3,9
50 — 100	65	29	15,03	67,36	1: 2,2
100 — 150	29	23	11,92	47,51	1: 1,2
150 — 200	17	10	5,18	76,39	1: 1,7
200 — 300	24	28	14,50	82,25	1: 0,8
300 — 500	14	20	10,36	72,22	1: 0,7
500 — 1000	10	15	7,77	93,25	1: 0,6
1000 e mais	3	6	3,11	86,31	1: 0,5
TOTAL	585	193	100,00	66,36	1: 3,0

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Constata-se um total de 193 plantadeiras para 585 explorações. Do total de plantadeiras, 32,13% pertencem aos estratos inferiores a 50 hectares, 32,13%, aos estratos intermediários, e 35,74%, aos estratos acima de 200 hectares.

Constata-se, ainda, a supremacia das pequenas e médias sobre as grandes explorações, no que diz respeito à relação entre área cultivada e plantadeiras. Apesar de idêntico o número de plantadeiras existentes no grupo de estratos menores e no grupo de estratos intermediários, estes têm uma maior proporção de plantadeiras, uma vez que compreendem 111 explorações, enquanto aqueles compreendem 423. Essa desproporção é maior nos estratos situados na faixa acima de 200 hectares; nestes, a relação é de 69 plantadeiras para 51 explorações. A mesma coisa ocorre com respeito à razão entre quantidade de plantadeiras e de propriedades.

QUADRO XV - Quantidade de pulverizadores manuais, motorizados e acoplados por estrato de área, área cultivada por pulverizadores manual, motorizado, acoplado e razão entre quantidade de pulverizadores manuais, motorizados e acoplados e de propriedades por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº pulv.	% pulv.	área-cult. cebola P/pulv.	razão entre pulv propr.	nº pulv. mot.	% pulv. mot.	a. cult. cebola P/pulv. mot.	razão entre prop./ pulv.	nº pulv. acop.	% pulv. acop.	a. cult. cebola P/pulv. acopl.
0 10	153	65	8,05	1,58	1: 2,3	2	1,25	0,01	1:76,0	2	8,0	0,01
10 30	199	201	24,91	2,42	1: 0,9	26	16,25	0,05	1: 7,6	-	-	-
30 50	71	89	11,03	2,61	1: 0,7	13	8,13	0,05	1: 5,4	-	-	-
50 100	65	140	17,35	2,97	1: 0,4	23	14,37	0,05	1: 2,8	-	-	-
100 150	29	66	8,18	2,97	1: 0,4	16	10,00	0,08	1: 1,8	3	12,00	0,01
150 200	17	39	4,83	2,01	1: 0,4	3	1,88	0,03	1: 5,6	-	-	-
200 300	24	116	14,38	4,34	1: 0,2	31	19,37	0,06	1: 0,7	5	20,00	0,009
300 500	14	46	5,70	1,49	1: 0,3	17	10,63	0,24	1: 0,8	7	28,00	0,10
500 1000	10	36	4,46	2,08	1: 0,2	15	9,37	0,19	1: 0,6	8	32,00	0,10
1000 e mais	3	9	1,11	2,68	1: 0,3	14	8,75	0,57	1: 0,2	-	-	-
TOTAL	585	807	100,00	2,70	1: 0,7	160	100,00	0,07	1: 3,6	25	100,00	0,01

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Vê-se um total de 992 pulverizadores, sendo 807 manuais, 160 motorizados e 25 acoplados. A proporção de pulverizadores manuais pertencentes a cada grupo de estratos para o total de explorações é de 43,99%, 30,36% e 25,65% respectivamente.

Enquanto o grupo de estratos de área menor, que compreende 423 explorações agrárias e uma área efetivamente cultivada de 3 334,74 hectares, possui 355 pulverizadores manuais, o grupo de estratos de área média, que compreende 111 explorações agrárias e uma área cultivada de 3 810,37 hectares, possui 245 pulverizadores manuais e o grupo de estratos de área maior, que compreende 51 explorações agrárias e uma área efetivamente cultivada de 5 664,24 hectares, possui 207 pulverizadores manuais.

Os dados evidenciam, pois: a) uma maior magnitude de pulverizadores manuais e uma maior proporção dos mesmos pulverizadores por área cultivada nas menores explorações; b) uma maior quantidade de pulverizadores manuais relativamente ao número das maiores propriedades.

Dos 160 pulverizadores motorizados, 25,63% pertencem ao primeiro grupo de estratos, 26,25%, ao segundo e 48,12%, ao terceiro.

Apesar da supremacia (numérica e relativa ao número de explorações) de pulverizadores motorizados nos estratos superiores a 200 hectares, há, de fato, quase um equilíbrio entre os diversos grupos de estratos no que concerne à relação existente entre a área cultivada e o número de pulverizadores motorizados. O grupo de estratos de área inferior a 50 hectares possui 41 pulverizadores motorizados para uma área cultivada de 3 334,74 hectares, ao passo que os demais grupos de estratos possuem, respectivamente, 42 pulverizadores motorizados para uma área cultivada de 3 810,37 hectares e 77 pulverizadores motorizados para uma área cultivada de 5 664,24

hectares. Tal equilíbrio não se mantém, quando tomamos por referência apenas a área cultivada de cebola. Nesse caso, as pequenas e médias explorações são mais intensivas. No entanto, a razão entre quantidade de pulverizadores motorizados e de propriedades, revela uma maior intensidade nas grandes explorações.

A magnitude de pulverizadores acoplados no conjunto das explorações rurais é restrita. Esses instrumentos de trabalho concentram-se no grupo de estratos de área superior a 200 hectares: precisamente 80% deles pertencem a esse grupo de área. Com efeito, os dados revelam uma forte concentração desse instrumento de trabalho nas grandes explorações. O quadro XVII proporciona informações sobre as máquinas de beneficiar café.

QUADRO XVIII - Quantidade de máquinas de beneficiar café por estrato de área.

Estratos	nº Expl.	nº máq.	% máq.
0 - 10	153	-	-
10 - 30	199	-	-
30 - 50	71	1	2,78
50 - 100	65	4	11,11
100 - 150	29	3	8,33
150 - 200	17	2	5,56
200 - 300	24	7	19,45
300 - 500	14	8	22,22
500 - 1000	10	8	22,22
1000 e mais	3	3	8,33
TOTAL	585	36	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Nota-se que as máquinas de beneficiar café são típicas de determinadas explorações. Elas praticamente inexistem no grupo de estratos de área inferior a 50 hectares. Aparecem em menor grau no grupo de estratos médios e de maneira acentuada no grupo de estratos de área superior a 200 hectares. Há, na verdade, concentração das referidas máquinas nas explorações inseridas nesse grupo de estratos. Desse modo, enquanto os estratos intermediários compreendem 25,00% do total de máquinas de beneficiar café, os estratos de área superior a 200 hectares compreendem 72,22%, sendo os 2,78% restantes compreendidos pelos estratos de área inferior a 50 hectares.

Esses dados comprovam que o café é uma planta característica das grandes explorações, redefinidas como explorações com área superior a 200 hectares.

A eletrificação rural abarca 453 explorações. A proporção para as explorações que têm luz elétrica é de 68,21% , 20,53% e 11,26% para o primeiro, segundo o terceiro grupos de estratos, respectivamente. Enquanto todas as explorações pertencentes a este último grupo de estrato têm luz elétrica, nas explorações pertencentes aos demais grupos de estratos, o percentual de eletrificação varia de 0,66% a 0,89%.

QUADRO XVIII - Número de redes de eletrificação e percentagens delas por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº eletr.	% eletr.	% p/estrato
0 - 10	153	111	24,50	0,72
10 - 30	199	151	33,34	0,75
30 - 50	71	47	10,37	0,66
50 - 100	65	58	12,80	0,89
100 - 150	29	22	4,86	0,75
150 - 200	17	13	2,87	0,76
200 - 300	24	24	5,30	1,00
300 - 500	14	14	3,09	1,00
500 - 1000	10	10	2,21	1,00
1000 e mais	3	3	0,66	1,00
TOTAL	585	453	100,00	0,77

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Presentemente, existem 747 açudes na região. A proporção para as explorações que possuem açudes é de 37,08% , 27,04% e 35,88%, para os grupos de estratos de área inferior a 50 hectares, intermediários e de área superior a 200 hectares.

No que concerne ao número de explorações, há uma maior concentração de açudes no grupo de estratos de área superior a 200 hectares. Esse grupo de estratos também mantém a primazia no percentual de açudes por estrato.

QUADRO XIX - Número de açudes e percentagens deles por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº açudes	% açudes	% por estrato
0 10	153	44	5,89	0,28
10 30	199	153	20,48	0,76
30 50	71	80	10,71	1,12
50 100	65	102	13,65	1,56
100 150	29	71	9,51	2,44
150 200	17	29	3,88	1,70
200 300	24	114	15,26	4,75
300 500	14	61	18,17	4,35
500 1000	10	66	8,83	6,60
1000 e mais	3	27	3,62	9,00
TOTAL	585	747	100,00	1,27

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Verifica-se, no quadro que se segue, um total de 2 323 casas de trabalhadores. Dessa quantia, em percentuais, 22,30% das residências de trabalhadores pertencem ao grupo de estrato pequeno, 24,45%, ao grupo de estratos médios; e 53,25%, ao grupo de estratos grandes.

Os dados evidenciam uma pronunciada supremacia numérica de casas de trabalhadores no grupo de estrato de área superior a 200 hectares, pois apresenta uma proporção de 1 237 casas de trabalhadores para 51 explorações, ao passo que os demais grupos apresentam as proporções de 568 casas de trabalhadores para 111 explorações, e 518 casas de trabalhadores para 423 explorações. É o que também mostra o percentual de casas de trabalhadores por estrato.

QUADRO XX - Número de casas de trabalhadores e percentagem de las por estrato de área.

Estrato	nº expl.	nº c. t.	% c.t.	% po estrato
0 - 10	153	104	4,48	0,67
10 - 30	199	258	1,10	1,29
30 - 50	71	156	6,72	2,19
50 - 100	65	253	10,89	3,89
100 - 150	29	200	8,61	6,89
150 - 200	17	115	4,95	6,76
200 - 300	24	403	17,35	16,79
300 - 500	14	314	13,52	22,42
500 - 1000	10	404	17,39	40,40
1000: e mais	3	116	4,99	38,66
TOTAL	585	2 323	100,00	3,97

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Nota-se, no quadro abaixo, a existência de 681 ranchos na região. A proporção para o conjunto das explorações rurais é de 56,53% para o grupo de estratos de áreas inferiores a 50 hectares, 24,09% para o grupo de estratos de 50 a 200 hectares, e 19,38% para o grupo de estratos de área superior a 200 hectares.

Malgrado o predomínio numérico de ranchos nas explorações de área menor, a maior proporção entre número de ranchos e número de explorações ocorre nas explorações de área superior a 200 hectares.

QUADRO XXI - Número de ranchos e percentagem dadas por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº resid.	% resid.	% por estrato
0 10	153	110	16,15	0,71
10 30	199	187	27,46	0,93
30 50	71	88	12,92	1,23
50 100	65	93	13,66	1,43
100 150	29	45	6,61	1,55
150 200	17	26	3,82	1,52
200 300	24	50	7,34	2,08
300 500	14	33	4,85	2,35
500 1000	10	40	5,87	4,00
1000: e mais	3	9	1,32	3,00
TOTAL	585	681	100,00	1,16

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Vê-se, no quadro seguinte, um total de 425 depósitos. Das explorações que têm depósitos, 49,65% pertencem ao grupo de estratos de área inferior a 50 hectares, 28,24%, ao grupo de estratos de 50 a 200 hectares e 22,11% ao grupo de estratos superior a 200 hectares.

Da mesma forma que os ranchos, não obstante o predomínio numérico de depósitos nos estratos de área menor, é nos estratos de área maior que se verifica uma maior proporção entre o número de depósitos e o número de explorações agrárias.

QUADRO XXII - Número de depósitos e percentagens deles por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº depos.	% depos.	% por estrato
0 - 10	153	57	13,41	0,37
10 - 30	199	116	27,30	0,58
30 - 50	71	38	8,94	0,53
50 - 100	65	66	15,53	1,01
100 - 150	29	33	7,77	1,13
150 - 200	17	21	4,94	1,23
200 - 300	24	46	10,82	1,91
300 - 500	14	15	3,53	1,07
500 - 1000	10	23	5,41	2,30
1000 e mais	3	10	2,35	3,33
TOTAL	585	425	100,00	0,72

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Das explorações investigadas, 387 possuem pecuária leiteira: ela envolve uma área de pastagem de 22 721,04 hectares, dos quais 20 114,07 hectares são ocupados por pastos naturais e 2 606,97 hectares, por pastos artificiais.

A área de pastagem corresponde a 55,89% da superfície agrícola total, dos quais 8,70% são representativos das explorações incluídas no grupo de estratos abaixo de 50 hectares; 15,70%, das explorações inseridas no grupo de estratos de 50 a 200 hectares e 31,49%, das explorações contidas no grupo de estratos superior a 200 hectares. Da área total de pastagem, 15,56% são representativos do primeiro grupo de estratos, 28,10%, do segundo e 56,34%, do terceiro.

Esses dados mostram que a pecuária é característica das explorações de superfície maior. Tem-se, de um lado, um

diminuto número de explorações com mais da metade da área ocupada por pastagens; de outro lado, um grande número de explorações com uma parca área de pastagem. Entre esses extremos situa-se um razoável número de explorações com uma área igualmente razoável de pastagem.

QUADRO XXIII - Área total de pastagem e área de pastagem natural e artificial por estrato de área.

Estratos	nº expl.	área total	% da ar. total	a.past. nat.	% da a. p.nat.	a.past. artif.	% a.p. art.
0 - 10	153	409,61	1,80	386,81	1,92	22,80	0,88
10 - 30	199	1748,40	7,69	1662,83	8,27	85,57	3,28
30 - 50	71	1379,30	6,07	1292,35	6,43	86,95	3,34
50 - 100	65	2478,35	10,91	2257,89	11,23	220,46	8,46
100 - 150	29	2109,87	9,29	1818,87	9,04	291,00	11,16
150 - 200	17	1793,83	7,90	1533,07	7,62	260,76	10,00
200 - 300	24	3004,43	13,22	2415,77	12,01	588,66	22,58
300 - 500	14	3099,73	13,64	2823,29	14,04	276,44	10,60
500 - 1000	10	4317,21	19,00	2879,26	19,28	437,95	16,80
1000 e mais	3	2380,31	10,48	2043,93	10,16	336,38	12,90
TOTAL	585	22721,04	100,00	20114,07	100,00	2606,97	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

A área efetiva de pastagem, de 22 721,04 hectares, mantém 22 628 cabeças de gado, sendo 458 reprodutores, 10 776 vacas, 2 780 novilhas de 2 a 3 anos, 3 112 novilhas de 1 a 2 anos, e 5 502 bezerros.

Do total de bovinos, 18,30% pertencem ao grupo de estratos inferior a 50: hectares, 28,70%, ao grupo de estratos de 50 a 200 hectares, e 53,00%, ao grupo de estratos superior a 200 hectares. Malgrado o acentuado predomínio numérico de bovinos nas explorações de superfície maior, constata-se um relati

vo equilíbrio na densidade da população bovina entre os três grupos de estratos. A proporção de bovinos para a área efetiva de pastagem é, respectivamente, de 3,48% para o primeiro, 3,06% para o segundo, e 3,74% para o terceiro grupo de estratos.

Tal equilíbrio relativo desaparece quando examinamos cada estrato separadamente. A coluna 9 do quadro XXIX mostra-nos que o aproveitamento da pastagem decresce à medida que aumenta o tamanho da exploração, variando de 1,15% para as explorações de área inferior a 10 hectares a 0,88% para as explorações de área superior a 1000 hectares. E mais, enquanto as primeiras atingem o montante de 153 explorações, as segundas não vão além de 3 explorações. A mesma assimetria se dá nos demais estratos representativos das explorações localizadas nos extremos opostos da estrutura fundiária.

Diante disso, de imediato, conclui-se: a) pela razão inversamente proporcional entre área efetiva de pastagem e número de bovinos, visto que à medida que aquela aumenta este diminui proporcionalmente; b) pela concentração de bovinos nas explorações de maior superfície, e pelo fracionamento do número de bovinos nas explorações de menor superfície.

QUADRO XXIV - Total de bovinos e número de touros, vacas, novilhas e bezerras por estrato de área

Estratos	nº expl.	nº touros	% touros	nº vacas	% vacas	nº nov. 2-3	% nov. 2-3	nº nov. 1-2	% nov. 1-2	nº bez.	% bez.	total bov.	% bov.	% bov. p/a. past	área past. nov.	tot. nov.
0 10	153	20	4,37	220	2,04	41	1,65	56	137	2,49	474	2,09	1,15	409,61	97	
10 30	199	104	22,70	898	8,33	290	9,78	286	545	9,91	2123	9,38	1,21	1748,40	576	
30 50	71	50	10,92	673	6,25	250	8,06	225	348	6,32	1546	6,83	1,12	1379,30	475	
50 100	65	63	13,75	969	8,99	447	13,80	366	568	10,32	2413	10,66	0,97	2478,35	813	
100 150	29	39	8,52	843	7,82	257	11,07	395	510	9,27	2044	9,03	0,96	2109,87	652	
150 200	17	24	5,24	1041	9,66	220	7,82	241	512	9,31	2038	9,01	1,13	1793,83	461	
200 300	24	40	8,73	1935	17,96	325	12,78	428	654	11,89	3382	14,95	1,12	3004,43	753	
300 500	14	37	8,08	1407	13,06	245	9,13	293	633	11,50	2615	11,56	0,84	3099,73	538	
500 1000	10	62	13,54	1763	16,36	406	16,12	544	114	20,25	3889	17,19	0,90	4317,21	950	
1000 e mais	3	19	4,15	1027	9,53	299	9,79	278	481	8,74	2104	9,30	0,88	2380,31	577	
TOTAL	585	458	100,00	10776	100,00	2780	100,00	3112	5502	100,00	22628	100,00	10,28	22721,04	5892	

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

As salas de ordenha existem somente em 9 explorações, com uma capacidade de apenas 229 metros quadrados. Concentram-se nas explorações de 100 a 500 hectares. É o que mostra o quadro seguinte.

QUADRO XXV - Número de salas de ordenha e percentagem delas por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº s. o.	m ²	%
0 10	153	-	-	-
10 30	199	-	-	-
30 50	71	-	-	-
50 100	65	-	-	-
100 150	29	2	24	22,22
150 200	17	2	140	22,22
200 300	24	3	43	33,33
300 500	14	2	22	22,23
500 1000	10	-	-	-
1000 e mais	3	-	-	-
TOTAL	585	9	229	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Os estábulos acham-se difundidos entre as diversas explorações constitutivas dos diferentes estratos de área. Somam 238, sendo que 67 pertencem aos estratos de área inferior a 50 hectares; 72, aos estratos de área de 50 a 200 hectares; e 99, aos estratos de área superior a 200 hectares. A proporção de estábulos por estratos de área para o total de estábulos é, respectivamente, de 28,15% para o primeiro grupo, 30,25% para o segundo grupo, e 41,60% para o terceiro grupo. Há, portanto, predomínio numérico absoluto e relativo de estábulos nas explorações de área superior a 200 hecta-

res. Fato este corroborado pelo percentual dos estábulos por estrato. É o que se observa no quadro que se segue.

QUADRO XXVI - Número de estábulos e percentagem deles por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº estáb.	% estáb.	% por estrato
0 10	153	13	5,46	0,08
10 30	199	35	14,71	0,17
30 50	71	19	7,98	0,26
50 100	65	32	13,45	0,49
100 150	29	23	9,66	0,79
150 200	17	17	7,14	1,00
200 300	24	36	15,13	1,50
300 500	14	27	11,35	1,92
500 1000	10	27	11,34	2,70
1000 e mais	3	9	3,78	3,00
TOTAL	585	238	100,00	0,40

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

O quadro XXVII registra a existência de 368 currais, dos quais 153 pertencem às explorações contidas nos estratos de área inferior a 50 hectares; 102, às explorações situadas nos estratos intermediários; 113 às explorações componentes dos estratos superiores a 200 hectares. Os referidos estratos representam, ainda, respectivamente as magnitudes de 41,58%, 27,72% e 30,70% do total de currais.

QUADRO XXVII - Número de currais e percentagem deles por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº currais	% currais	% por estrato
0 10	153	30	8,15	0,19
10 30	199	85	23,10	0,42
30 50	71	38	10,33	0,53
50 100	65	48	13,04	0,73
100 150	29	33	8,97	1,13
150 200	17	21	5,71	1,23
200 300	24	35	9,51	1,45
300 500	14	31	8,42	2,21
500 1000	10	33	8,97	3,30
1000 e mais	3	14	3,80	4,66
TOTAL	585	368	100,00	0,62

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

O exame dos dados revela a supremacia numérica absoluta de currais nas explorações de área menor. No entanto, essa supremacia não só se desfaz como se inverte quando se examinam, isoladamente, os diversos estratos de grupos de estratos. Percebe-se, então, que, enquanto o primeiro grupo de estratos possui um percentual que varia de 0,19% a 0,53%, o segundo e o terceiro grupos possuem um percentual variável de 0,73% a 1,23% e de 1,45% a 4,66%, respectivamente.

A pecuária leiteira possui 324 ordenhas manuais. A proporção para o conjunto das explorações que se valem desse método é respectivamente de 61,73% para o grupo de estratos de área inferior a 50 hectares, 24,69% para o grupo de estratos de 50 a 200 hectares e 13,58% para o grupo superior a 200 hectares.

QUADRO XXVIII - Número de ordenhas manuais e mecânicas e percentagens delas por estrato de área.

Estratos	nº expl.	nº O.M.	% O. M.	% p.Estr.	nº o.M.	% O.M.	% por estrato
0 10	153	39	12,04	0,25	-	-	-
10 30	199	119	36,73	0,59	-	-	-
30 50	71	42	12,96	0,59	-	-	-
50 100	65	47	14,51	0,72	-	-	-
100 150	29	20	6,17	0,68	3	23,08	0,10
150 200	17	13	4,01	0,76	1	7,69	0,76
200 300	24	18	5,55	0,75	5	38,46	0,20
300 500	14	13	4,01	0,92	1	7,69	0,07
500 1000	10	10	3,09	1,00	2	15,39	0,20
1000 e mais	3	3	0,93	1,00	1	7,69	0,33
TOTAL	585	324	100,00	0,55	13	100,00	0,02

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Pode-se justificar o predomínio numérico de ordenhas manuais nas menores explorações pela sua maior magnitude numérica, o que de certo modo é verdadeiro. Entretanto, ao analisarmos os dados sobre a ordenha mecânica constatamos a sua existência tão somente nas maiores explorações. A constatação da maior quantidade de ordenhas manuais nas pequenas explorações nos leva a inferir que não se trata apenas de uma maior quantidade destas explorações, mas também e fundamentalmente de formas diversas de organização da produção, alicerçadas em formas de trabalho distintas. Essa, aliás, é a problemática de nossa pesquisa, que tem por escopo a análise da parceria no cultivo da cebola, mediante a apreensão do processo de trabalho no período de 1954 aos nossos dias.

CAPÍTULO II

A FORMA DE PRODUÇÃO BÁSICA NA CEBOLICULTURA

1. A parceria

O processo de produção da cebola decompõe-se em duas fases: a da formação de mudas e a da lavoura propriamente dita. O trabalho do parceiro começa na primeira fase, com o levantamento dos canteiros onde se fará a sementeira. A abertura dos sulcos é feita, de modo geral, por meio de sulcadores de tração animal. Neste caso, o parceiro atua em todas as etapas dessa fase. Apenas no caso de sulcamento motomecanizado é que o proprietário prescindirá do trabalho do parceiro e utilizará aí trabalhadores assalariados.

As modalidades contratuais de parceria são a escrita e a verbal, com predominância desta última. Em regra, as relações contratuais incluem os seguintes componentes:

a) O empreendedor agrícola fornece a terra preparada, isto é, arada, gradeada e, não raro, riscada (1) para o transplante das mudas de cebola. Noutras palavras, o explorador fundiário (2) fornece, além da terra e dos meios de tra-

(1) O empreendedor agrícola fornece a terra riscada somente quando a irrigação é feita por aspersão; quando não, o risco é feito pelo parceiro com o uso do sulcador de tração animal. Todavia, há propriedades possuidoras de aspersores que não fornecem a terra riscada. Os motivos que levam o empreendedor agrícola a proceder assim serão explicados adiante.

(2) Dada a identidade entre explorador e proprietário fundiário, uma vez que o número de arrendamentos é ínfimo, empregaremos indistintamente, ao longo de nossa exposição, os termos explorador, empreendedor e proprietário fundiário.

balho, os trabalhadores necessários à preparação do solo para a transplantação das mudas de cebola. Caso o parceiro ou membros de sua família trabalhem nessa fase específica do cultivo da cebola, eles são remunerados por dia de trabalho.

b) A mesma coisa ocorre com os canteiros de sementeação. Aí, o empreendedor agrícola apenas ara, gradeia e, às vezes, risca o solo no local de construção dos canteiros de mudas. O acerto e o acabamento finais, assim como a adubação, sementeação, cobertura e os tratos culturais são feitos pelo parceiro. Esse não só fornece a sua força de trabalho, como utiliza seus próprios meios de trabalho nos diferentes momentos da formação dos canteiros de sementeação.

c) O parceiro fornece determinados meios de trabalho e a força de trabalho, própria ou alheia. A ele cabe pois, fundamentalmente, por reiteradamente a força de trabalho consumida no processo de trabalho. Para tanto, precisa garantir a sua manutenção e a de seus familiares, seja com recursos próprios, seja com recursos advindos de terceiros.

d) O parceiro, entretanto, não fornece antecipadamente o dinheiro necessário à realização do empreendimento agrícola. É o explorador fundiário quem financia os gastos com sementes selecionadas, adubos químico e orgânico, defensivos, energia elétrica, óleo diesel, etc. (3). A cota-parte do parceiro só é integralizada no final da safra, após a venda do produto. Essa integralização é feita mediante o pagamento, pelo preço atual, do material consumido, ou mediante a simples reposição do material consumido, ou ainda, o que é mais frequente, mediante um acréscimo ao preço de compra do material consumido, equivalente à taxa de juros bancários de financiamento agrícola. A cobrança ou não de juros

(3) A mesma constatação é feita por Léo da Rocha Ferreira, Parceria e risco na agricultura do nordeste, p. 68.

vincula-se ao financiamento ou não do material adquirido; quando financiado, o proprietário repassa parte dos juros bancários ao produtor direto.

O proprietário, a rigor, não efetua nenhuma outra espécie de fornecimento. Pode, eventualmente, garantir crédito ao parceiro, ou até lhe fazer um adiantamento. No mais das vezes, no entanto, bem ou mal, o parceiro é auto-suficiente. Mais que isso, em regra, o parceiro detém a propriedade de determinados meios de trabalho, a saber, sulcador de tração animal, pulverizador costal, enxadão, enxada, arreio, e, às vezes, o próprio animal de trabalho. Em geral, os instrumentos que usa lhe pertencem, o que evita, em boa medida, a sua danificação prematura por seu usuário, pois sendo propriedade do produtor direto, esse lhes dedica maiores cuidados. Além do mais, a exigência de que o parceiro seja proprietário dos instrumentos de trabalho mais comuns é um dos artifícios de que o empreendedor agrário se vale para reduzir os dispêndios monetários com meios de trabalho. Essa redução é ampliada na medida em que o parceiro paga a metade dos gastos com matérias-primas, energia elétrica e combustível, ainda que esses gastos só sejam ressarcidos após a colheita e a subsequente partilha do produto, quando então se processa o acerto de contas.

Apesar de proprietário de meios de trabalho e de vida, o parceiro não tem acesso ao financiamento rural. Todo financiamento rural requer a propriedade da terra como garantia elementar. Como o produtor direto, no regime de parceria, não é proprietário da terra que lavra, o acesso ao financiamento fica-lhe obstado (4). Pode obter empréstimo bancário, na carteira comercial, mas, mesmo assim, em

(4) A dificuldade de acesso ao crédito institucional pelo parceiro também é observada por Léo da Rocha Ferreira, Op. cit. p. 150.

conformidade com as suas condições cadastrais e as de seu avalista. O que significa que o proprietário é o repassador da metade do crédito bancário.

O parceiro goza, no entanto, da cessão gratuita de moradia, água e, em alguns casos, de lenha pelo proprietário fundiário. Isso quando reside na propriedade na qual trabalha, uma vez que há parceiros não residentes. Aliás, nos dias atuais, não raramente, os parceiros moram na cidade ou noutras propriedades, quer estas sejam suas ou de terceiros. (5) Dada a pequena dimensão da maioria das propriedades produtoras de cebola, nem sempre elas possuem casas suficientes para abrigar os trabalhadores que absorvem. Fato esse corrente nas propriedades mais intensivas, cuja lavoura principal é a de cebola.

Como essa lavoura requer, devido às características da planta e ao método de cultivo empregado, um elevado número de pessoas, na entressafra, uma vez que se trata de uma cultura sazonal, reduz-se a capacidade de absorção de força de trabalho de certas propriedades. Esse fato é mais sensível nas propriedades de produção menos diversificada, porquanto, nas de produção diversificada (6), há uma articulação entre as várias culturas, em especial com a cultura

(5) Apesar de não possuímos informações sobre a proporção de parceiros que também são proprietários, arrendatários e assalariados, a pesquisa de campo revela que a massa dos parceiros é formada por trabalhadores não proprietários, que se assalariam noutros afazeres.

(6) As propriedades de produção diversificada caracterizam-se pela presença de outras lavouras além da de café e da pecuária leiteira, e, por uma multiplicidade de formas de produção, sobre as quais se assentam; ao passo que as propriedades menos diversificadas se caracterizam pela produção de cebola e cereais, sob o regime de parceria. Enquanto nas primeiras se verifica, quase sempre, uma supremacia do café, nas segundas, o cultivo de cebola é hegemônico, tanto pelos recursos que emprega como pelas receitas que propicia.

de café, pela sua importância econômica e social no interior das unidades produtoras e no conjunto da agropecuária local. Isso não significa, entretanto, que, nas propriedades de produção menos diversificada, não haja também uma articulação entre as várias culturas. Há articulação, porém, de certo modo diferente da existente nas propriedades de produção diversificada. Nestas, a articulação se faz no tempo e no espaço: café, cebola e pecuária leiteira no período da seca, e café, cereais e pecuária leiteira no período das águas; ao passo que, nas outras propriedades mencionadas acima, a articulação se faz, fundamentalmente, no tempo; plantam-se cebola na época da seca e cereais na época das águas, e, esporadicamente, tomate e outros produtos hortícolas. Ou seja, a cafeicultura, por causa de seu caráter permanente e do modo pelo qual é praticada, ocupa um forte contingente de pessoas durante o ano todo, de sorte que as famílias que cuidam do café são as mesmas que cuidam da cebola e dos cereais. Cultivam o café por empreita e a cebola em parceria, sendo esta, com frequência, condicionada à proporção do trabalho com aquela: conforme o número de pés de café com que lidam, têm direito a determinada porção de sementes de cebola. Com a cultura de cereais se dá o inverso, pois, além de coadjuvante no interior das unidades agrícolas e no conjunto da economia rural local, é sazonal e tem uma restrita capacidade de absorção de trabalhadores. Contudo, em ambos os casos efetiva-se a rotatividade no uso do solo; cebola e cereais são plantas complementares no tempo, porque cultivadas nas mesmas terras em épocas diferentes.

Desse modo, na entressafra não só os parceiros não residentes tendem a sair à procura de trabalho, como também os moradores ou membros de suas famílias. Dentre estes, às vezes, parte da família permanece na propriedade, onde cultiva cereais em parceria e presta serviços como diarista, e par

te assalaria-se noutras propriedades. Quanto aos parceiros proprietários, em geral voltam às suas terras, onde plantam cereais com o uso do trabalho familiar.

A parceria no cultivo da cebola funciona como um meio de aliciar força de trabalho, não apenas para a cafeicultura, mas também e principalmente para a própria lavoura de cebola, que persiste altamente intensiva de trabalho, a despeito de sua crescente mecanização. Além disso, funciona como um verdadeiro reservatório de trabalhadores, ao liberá-los na entressafra (7). O fundamental, entretanto, como se verá adiante, é a economia de força de trabalho que ela proporciona.

Muito embora o parceiro não pratique uma autêntica agricultura de subsistência, de fato produz os seus meios de vida elementares: em parte, por meio do cultivo, em parceria, de cereais para venda, do qual extrai o arroz, o feijão e o milho que consome; em parte, por meio do plantio de verduras e legumes nas curvas de nível da cebolicultura ou no quintal da sua casa, formando assim pequenas hortas de subsistência; em parte ainda, por meio da criação de porcos e galinhas para o seu próprio consumo, e até mesmo por meio da produção de leite, quando o proprietário lhe cede pasto

(7) Na região de Rio Pardo, as necessidades sazonais de trabalhadores alcançam seu ponto máximo nos meses em que se realiza a colheita do café e da cebola, a saber, julho e agosto. Ver, também, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo". in: Agricultura em São Paulo, ano 9, nº 8, p.15; ibid. nº 6, pp. 66 a 68. Em virtude da sazonalidade da demanda agrícola de trabalhadores, torna-se crucial para os donos de terra a garantia de força de trabalho barata nos momentos em que necessitam dela. Ver, a respeito, Léo da Rocha Ferreira, Op. cit., pp. 30, 44, 114 e 170; Ignácio Mourão Rangel, A questão agrária brasileira, p. 17; Manoel Correia de Andrade, A terra e o homem do nordeste, cap. III, item 5.

para uma ou duas cabeças de gado (8).

Assim, sob o regime de parceria, o lavrador geralmente produz os seus alimentos básicos. O restante compra à vista ou a prazo no comércio local, desde os mantimentos que não produz, roupas, calçados, remédios, serviços médico, dentário, etc, até os meios de trabalho de uso próprio. Obviamente, a magnitude dessa compra varia de acordo com o tamanho e o poder aquisitivo de cada família e, principalmente, em função do volume da produção e apropriação de meios de subsistência pelo parceiro. Quanto mais amplas forem estas, menor deverá ser o dispêndio monetário com esses meios. Muitas vezes, essa produção é tão irrisória, que não atende sequer o consumo familiar, seja porque a quantidade plantada é pequena, seja porque as condições climáticas e sanitárias são desfavoráveis. Nesse caso, recorre ao mercado também para a complementação do consumo de alimentos que produz. Aproxima-se, então, da situação do lavrador quando parceiro exclusivo na cebolicultura. Como não produz diretamente os seus meios de vida, é compelido a adquiri-los integralmente no mercado. Compra tudo aquilo de que precisa. Mas o faz, freqüentemente, por conta própria.

(8) O Estatuto da Terra assegura ao parceiro o direito de produzir diretamente meios de subsistência. Art. 48 § 1º do Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966, que regulamenta as Seções I, II e III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra; Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Ainda sobre a produção direta de meios de subsistência pelo trabalhador, consultar, entre outros: José César Gnaccarini, Latifúndio e proletariado, p. 71; Sandra de Negraes Brisola, Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira; pp. VIII e 26. Ainda a propósito da produção direta de meios de vida pelo trabalhador, nota-se, por meio da descrição acima, que ela nada tem a ver com a renda da terra. De sorte que, não se confirma, na situação concreta em estudo, a tese segundo a qual a produção de mantimentos é uma forma de arrendamento.—Um dos defensores dessa tese é Brasília Sallum Jr., Capitalismo e cafeicultura, cap. 3.

De qualquer modo, na maioria das vezes, o parceiro preserva a sua auto-suficiência. É justamente a capacidade própria de manutenção e de obtenção de recursos que lhe proporciona a condição de fornecedor do trabalho vivo constitutivo do regime de parceria, incluído aí, o eventual trabalho alheio suplementar. Outro elemento básico da relação de parceria é a propriedade de meios de trabalho pelo trabalhador e a sua inserção no processo produtivo. A produção e a apropriação pelo lavrador de mercadorias equivalentes à sua subsistência, ao assegurar-lhe a propriedade de meios de vida e de eventuais recursos obtidos na comercialização das mercadorias que lhe pertencem, juntamente com a propriedade de meios de trabalho, o dispêndio com matérias-primas, energia elétrica, óleo diesel, etc. e a apropriação de parcela da produção de cebola, engendram parcialmente as condições necessárias à realização da parceria. A propriedade da terra, de materiais e da porção maior dos meios de trabalho pelo proprietário fundiário completa tais condições.

Em suma, o parceiro, enquanto proprietário de parcela das condições de trabalho, põe, no processo produtivo, a força de trabalho (própria, de seus familiares ou assalariados seus) e uma parte dos meios de produção (sulcador de tração animal), pulverizador costal, enxada, enxada, arreio, não raro o próprio animal de trabalho), além de pagar a metade dos gastos com sementes selecionadas, adubos químico e orgânico, defensivos, energia elétrica, combustível, etc. O proprietário fundiário, enquanto detentor de parcela majoritária das condições de trabalho, põe, no processo produtivo, a parte maior dos meios de produção, sob a forma de tratores, arados, grades, cultivadores, veículos, carretas, conjuntos de irrigação, pulverizadores acoplados, animais de trabalho, sementes selecionadas, adubos, defensivos, eletricidade, óleo diesel, benfeitorias, etc., além de fornecer a terra.

A parceria caracteriza-se, assim, como uma forma de produção, cujos componentes dividem entre si, ainda que de modo assimétrico, os elementos constitutivos do processo produtivo. Ela é, portanto, uma sociedade (9). Em consequência, o produto do trabalho divide-se em duas partes iguais. O parceiro, na qualidade de prestamista de trabalho vivo e de meios de produção, apropria-se da metade do produto. O proprietário, enquanto possuidor da terra e de meios de produção, apropria-se da outra metade do produto. Configura-se, destarte, uma modalidade específica de parceria, que se exterioriza sob a forma de meação (10).

(9) Por ora, indicaremos como referência apenas o Decreto nº 59.566, já citado, que, em seu Art. 4º, diz: "Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola (...), mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (art. 96, VI, do Estatuto da Terra).

(10) Ibid., Art. 35, parágrafo IV.

2. Por que a parceria ?

O parceiro é um trabalhador liberto de submissão pessoal. É, nesse sentido, um trabalhador livre. Para que a sua capacidade de trabalho seja utilizada, é preciso o estabelecimento de relações contratuais no mercado de trabalho. Apresenta-se aí como possuidor de uma força de trabalho peculiar: família portadora de trabalho em potencial e de meios de trabalho. A propriedade limitada desses meios impede-lhe a reprodução autônoma das condições de sua existência. A imperiosa necessidade de obtenção de tais condições impele-o a contrair relações de parceria.

De outro lado, o proprietário de terra e de capital, desejoso de movimentar os elementos de que dispõe e de os ampliar, apresenta-se no mercado como demandador dessa modalidade específica de trabalhador. Um e outro, ao defrontarem-se, estabelecem relações entre si, que se manifestam sob a forma jurídica de parceria, cujas cláusulas, fixadas previamente, regem os direitos e os deveres das partes envolvidas.

O parceiro, como vimos, obriga-se a executar desde a preparação e a formação da sementeira e do transplante de mudas para o terreno definitivo da lavoura até a colheita e os últimos reparos no produto para a venda. Afora a aração e a gradeação mecânicas da terra, os demais traba

lhos necessários à produção da cebola são realizados sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Sabemos que o parceiro não é apenas prestamista do elemento subjetivo do processo de trabalho. Ele é também prestamista de elementos objetivos. Por isso, não personifica só o trabalho. Sendo prestamista de meios de produção, personifica-os também. Constitui-se em personagem ambivalente. Apresenta-se ao mesmo tempo como fornecedor e consumidor de força de trabalho e de meios de produção. Por outro lado, o proprietário maior das condições da produção personifica-as. Como elas compreendem a terra e os meios de trabalho, constitui-se também em personagem ambivalente. Adiante retomaremos esse assunto.

Mas, se a nossa exposição explicita por que o trabalhador é movido a contrair relações de parceria, não revela por que o faz o proprietário fundiário. A análise que se segue, embora com limitações, é uma tentativa de explicação dessa questão.

Para tanto, faz-se mister o exame do preço dessa forma singular de força de trabalho. Começemos, pois, pela determinação de seu preço diário, apoiados na média do salário mínimo regional do ano de 1978 (11). Suponhamos que o trabalhador receba o equivalente ao salário mínimo, férias anuais remuneradas, décimo terceiro salário e que sofra o desconto de 20% de moradia. A aplicação da fórmula abaixo nos dá o preço de um dia de trabalho de um homem (12).

(11) Tomamos 1978 como referencial pelo fato de a aplicação dos questionários da pesquisa de campo ter-se realizado em meados desse ano. É preciso mencionar, entretanto, que 1978 é apenas um momento da pesquisa de campo. Ela teve início em 1976, prolongando-se até 1982.

(12) Antônio Dinaer Piteri, "O Estatuto do Trabalhador Rural", in: Agricultura em São Paulo, ano XI, nºs 1 e 2, pp. 7 e 8.

$$1 \text{ h/d trab.} = \frac{(1.408,80 - 20\%) 12 + 1.408,80}{(25 \times 11)} = 54,30$$

Ainda que não tenhamos feito um levantamento estatístico rigoroso sobre a capacidade de trabalho familiar, as informações obtidas pela pesquisa de campo nos possibilitam estimá-la.

Como já foi dito, a composição média das famílias é de três ou quatro adultos, mais as crianças. Compreendem, em geral, o casal, dois ou três filhos maiores de dezes seis anos e filhos menores. Mesmo quando a mulher e as crianças não trabalhem regularmente na lavoura, normalmente elas potenciam o trabalho familiar, ao colaborar na execução de operações decisivas, tais como sementeação, transplante e colheita. Casos há em que a família é ampliada pela presença de pais ou irmãos de um dos membros constituintes do casal. Isso tudo lhes assegura uma capacidade média de quatro homens-dia de trabalho por família (13).

Sendo de Cr\$ 54,30 o preço de um dia de trabalho, cada família portadora da capacidade de trabalho estimada acima deveria receber o total de Cr\$ 217,20 por dia de trabalho; ou melhor, a média do preço diário da força de trabalho familiar seria de Cr\$ 217,20 (14).

-
- (13) Em estudo sobre a força de trabalho na agricultura paulista, Oscar J. Thomazini Ettori diz que a família do colono de tamanho médio "dispõe, em geral, do chefe, da mulher e de dois ou três filhos (...)". "Mão-de-Obra na agricultura de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano VIII, nº 12, p. 25.
- (14) Apesar das objeções feitas a esse procedimento, o consideramos correto, porque: a) o parceiro é membro do mercado de trabalho; b) o rendimento que auferir depois de descontados os gastos de produção é um salário que varia em função do produto. Uma interpretação distinta da massa é proporcionada por Luiz Gonzaga de Mello Belluzo e Helcio Gonçalves, (Coords.), in: Comercialização e formação de preços, p. 66.

lógico, ao sistema semimanual é acrescido o sistema mecânico, de tal modo que o primeiro tende progressivamente ao desaparecimento. Isso quando o procedimento mecânico não substitui de imediato o misto ou manual. O aspersor, ao mecanizar integralmente a irrigação, simplifica-a. Além do mais, reduz de maneira extraordinária a quantidade de trabalho requerida por superfície de terra lavrada. Permite molhar uma extensão maior, com menos pessoas, num tempo menor. Desse modo, malgrado o seu alto preço, o aspersor restringe o custo da produção, ao ampliar a produtividade do trabalho. A isso, como observamos, segue-se a economia do terreno. Essas implicações econômicas, ao mesmo tempo que estimulam a adoção da inovação tecnológica, retardam-na.

A distância entre as linhas de transplantação é de quarenta centímetros. A irrigação por aspersão assegura uma maior produtividade do terreno. Por possibilitar a diminuição da distância entre as linhas e das plantas dentro das linhas, dá maior densidade ao cultivo. O uso do sulcador ou da enxada nas carpas não interfere no distanciamento das linhas de transplantação entre si. No mais das vezes, os dois instrumentos são utilizados nas capinas, em momentos diferentes, conforme o estágio vegetativo da planta. O sulcador aparece a partir da primeira carpa, enquanto a planta ainda é relativamente pequena; nas últimas carpas, quando a planta está alta e o seu tamanho dificulta o uso do sulcador, as capinas são feitas com a enxada. Isso, é claro, entre as linhas de transplante. Nas linhas de transplante as carpas são sempre realizadas com a enxada. Esse aspecto já foi abordado anteriormente.

A carpa é uma das operações componentes dos tratamentos culturais. É realizada sempre que necessária, desde o período inicial da cultura. Em geral são realizadas três ou quatro capinas no decorrer do período posterior ao replante: a primeira, quinze a vinte dias depois do replante; a

O número de dias de trabalho aplicado no cultivo da cebola é variável. Depende muito da técnica disponível, do método de cultivo adotado e do volume da produção.

Vejamos o assunto mais de perto. Investiguemos algumas propriedades, a começar pelas grandes (15). Retenhamos, dentre elas, as mais expressivas para os nossos objetivos, porquanto essencialmente produtoras de cebola. A base técnica e o método de cultivo em que se apóiam são bastante avançados, de modo a se aproximar de uma plena motomecanização do processo de trabalho. Quanto ao volume da produção, são as maiores produtoras. Uma delas semeia 280 quilos de semente. O replante das mudas tiradas da sementeira abrange 145,20 hectares de terra. O grosso das operações necessárias à realização da produção é executado por 225 pessoas.

Esses dados, além de mostrar a alta intensidade da produção (16), fornecem subsídios para a obtenção do número de dias de trabalho consubstanciado no processo produtivo. Vimos, por meio da fórmula exposta anteriormente, que a média de trabalho mensal de cada agricultor é de 25 dias. Extraímos essa média, retirando do denominador os dias correspondentes aos domingos, feriados e às férias. Feito o esclarecimento, continuemos a análise. O trabalho de 225 pessoas durante 25 dias perfaz o total de 5.625 diárias. Como a lavoura da cebola se estende por um período de sete meses, ela absorve 39.375 homens dia de trabalho. Ao preço diário de

(15) A nossa exposição anterior indica que não se mede a magnitude de uma propriedade somente pela extensão de suas terras. O volume dos instrumentos e dos materiais de trabalho, do trabalho e da produção são primordiais. Posteriormente faremos uma análise pormenorizada desse assunto.

(16) Referimo-nos aí tão-somente ao trabalho de parceria. Outras formas de trabalho que não esta, absorvidas ao longo da produção da cebola, são excluídas nesse momento.

Cr\$ 54,30, tal absorção, caso os trabalhadores fossem assalariados, implicaria o dispêndio monetário de Cr\$ 2.138.062,00.

A outra exploração semeia 300 quilos de semente. A lavoura ocupa uma superfície de 109,00 hectares de terra, lavrada por 200 pessoas. Aplicando o procedimento anterior, veremos que a produção absorve 5.000 homens-dia de trabalho por mês e 35.000 ao longo da sua consecução. Do mesmo modo que no primeiro caso, se esses trabalhadores recebessem salário como pagamento da força de trabalho fornecida, a empresa desembolsaria a importância de Cr\$ 1.900.500,00.

Mas, analisemos outros casos. Tomemos explorações com outras características: as de médio porte. São igualmente produtoras de cebola; de produção intensiva; possuidoras de técnica e método de cultivo modernos. A magnitude da produção e a produtividade do trabalho, apesar de elevadas, são inferiores às das primeiras propriedades.

Uma dessas explorações planta 40 quilos de semente numa faixa de terra de 21,78 hectares, valendo-se de 20 pessoas. Outra planta 35 quilos de semente em 24,20 hectares de terra, com 20 pessoas. A terceira e última planta 17,50 quilos de semente; ocupa uma área de 9,68 hectares de terra, que é trabalhada por 10 pessoas.

No primeiro caso, tem-se a absorção de 3.500 homens dia de trabalho por período agrícola; no segundo, 3.500; no terceiro, 1.750. Esses números, multiplicados por Cr\$ 54,30, dão-nos as seguintes cifras: Cr\$ 190.050,00 para os dois primeiros casos, uma vez que absorvem quantidade idêntica de força de trabalho, e Cr\$ 95.025,00 para a última propriedade.

Tomemos, agora, os pequenos produtores. Trata-se de propriedades menos intensivas; às vezes, de intensidade muito baixa. Operam com base técnica e método de cultivo menos evoluídos. Logo, a produtividade do trabalho e do solo é menor. O mesmo acontece com o volume da produção.

Examinemos três casos díspares. No primeiro deles, 4 pessoas cultivam 3 quilos de semente em 2,42 hectares de terra. Para a realização da cultura, essas pessoas trabalham o equivalente a 700 homens-dia de trabalho. Esses agricultores, se percebessem salários, receberiam o montante de Cr\$ 38.010,00. No segundo caso, 12 pessoas cultivam 5 quilos de semente em 3,63 hectares de terra. Para isso, consomem uma capacidade de trabalho igual a 2.100 homens-dia de trabalho. Essa magnitude, se transformada em dinheiro, ao preço diário de Cr\$ 54,30, atingiria a quantia de Cr\$ 114.030,00. No terceiro caso, 2 pessoas plantam 2 quilos de semente numa extensão de terra de 4,84 hectares. A força de trabalho necessária à realização da produção corresponde a 350 homens-dia de trabalho. Ao preço diário indicado, essa força de trabalho custaria Cr\$ 19.005,00.

Indicaremos, apenas de passagem, o grau de intensidade das distintas explorações, porque esse problema será objeto de análise mais acurada em capítulo subsequente. Enquanto as grandes explorações estudadas absorvem, respectivamente, 1,93 e 2,75 quilos de semente por hectare de terra cultivada e 271,17 e 321,10 homens-dia de trabalho por hectare de terra lavrada; as explorações médias absorvem 1,85, 1,44 e 1,80 quilos de semente por hectare e 160,60, 144,62 e 180,78 homens-dia de trabalho por hectare; as pequenas explorações têm uma intensidade de 1,24, 1,37 e 0,41 quilos de semente por hectare, e 247,93, 289,25 e 72,31 homens-dia de trabalho por hectare.

Esses dados mostram o diferencial de produtividade das explorações. Evidenciam a disparidade existente entre as diferentes formas de exploração, bem como a disparidade, ainda que menos sensível, existente no interior de um mesmo conjunto de explorações. Por exemplo, salta aos olhos a distância que separa as grandes das pequenas propriedades. Embora

menos sensível, é constatável que as duas grandes propriedades apresentam produtividades desiguais. O mesmo se passa com as médias e pequenas propriedades. No caso das grandes propriedades, uma delas não tem toda a sua área de plantação irrigada por aspersão. Parte da cultura é irrigada por infiltração. Fundamentalmente por isso, a outra produz mais num terreno menor. No caso das pequenas propriedades, os elementos diferenciadores são o emprego do trator e de produtos químico e orgânico, visto que nenhuma das explorações tomadas como base da análise possui irrigação mecanizada (17).

Voltemos ao assunto em exame. Vimos quanto custaria o trabalho assalariado. Acontece que o nosso trabalhador não é assalariado. Apesar de formalmente livre, é proprietário de meios de vida e de trabalho. Além disso, é trabalhador coletivo. A família é a sua unidade básica de trabalho.

O fato de ter a propriedade de determinados meios abre-lhe a oportunidade de apresentar-se como prestamista de elementos subjetivos e objetivos do processo de trabalho. Cria-lhe, com efeito, a condição de sócio em potencial. Com a efetivação da relação de parceria, efetiva-se o que antes existia apenas potencialmente. O produtor direto transforma-se em sócio da produção que realiza. Fato este que lhe confere o direito de se apropriar da metade do produto do trabalho.

Fica patente por que o trabalhador a que nos referimos não é assalariado. A separação do trabalhador das condições de sua existência é condição imprescindível ao assalariamento. É esse despojamento que o compele a vender, como

(17) Isso até 1976. Em nossos dias, todas as explorações produtoras de cebola possuem aspersor, embora nem sempre toda área de cultivo seja irrigada por aspersão. Cf. de pimento de A. Cabreira, agrônomo da Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo responsável pelo setor de cebolicultura.

meio de sobrevivência, a única mercadoria de que dispõe. Vende a sua capacidade de trabalho por um determinado número de horas e em troca recebe uma quantia expressa em salário.

É diferente a situação em que o produtor direto é prestamista de trabalho vivo e pretérito, de capital variável e constante, conforme veremos adiante. Neste caso, o produto do trabalho é dividido entre as partes constituintes da relação social, de acordo com o estipulado previamente em contrato, sendo as cotas-partes proporcionais à produção. O trabalhador, na qualidade de prestamista de capital em potencial, materializado em meios de subsistência e de produção, tem o direito de apropriar-se da metade do produto. O proprietário, como proprietário da terra e de capital em potencial, corporificado em meios de produção, tem o direito de apropriar-se da outra metade da produção. Constitui-se, desse modo, uma relação societária, ainda que assimétrica, e seus membros possuem, ao mesmo tempo, interesses comuns e contraditórios (18).

Mas, será o proprietário-capitalista em potencial um abnegado, desejoso de praticar o bem? Afinal, o que

(18) "Essencialmente, a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro". Cf. Antonio Cândido, Os parceiros do Rio Bonito, p. 81 (o grifo é nosso). Esquece-se esse autor de que a parceria não compreende apenas terra e trabalho, mas outros meios de produção também. "O parceiro é o produtor que em troca das terras e de uma parcela das sementes ou das mudas(...) trabalha com seus próprios instrumentos de trabalho, em pregando a própria família, e entrega ao latifundiário uma parcela estipulada do produto (...)", Cf. José César Gnaccarini, Latifúndio e proletário, Op. cit., p. 73. No caso por nós estudado, o proprietário fundiário também é prestamista de instrumentos de trabalho e de matérias-primas. É como diz Marx: "o parceiro fornece uma parte do capital, o proprietário fundiário a outra. Ambos dividem o produto total em proporção contratualmente estabelecida." Cf. Karl Marx, O Capital, p. 860.

o faz estabelecer relações societárias com o trabalhador direto ?

A produção de cebola demanda uma grande quantidade de trabalhadores (19). As características da planta e a maneira pela qual é cultivada, tornam-na mais trabalhosa que outras culturas. Para nos fixarmos numa de suas fases, a que, sem dúvida, demanda maior quantidade de pessoas, o replante de mudas em um hectare de terra, na propriedade em estudo (20), requer 6.732 homens dia de trabalho. Ora, se as famílias dos parceiros, na referida propriedade, possuem uma capacidade média de trabalho de 4,17 homens dia, cada família planta uma área de 619,43 metros quadrados por dia. E se o transplante em 619,43 metros quadrados exige o trabalho de uma família, um hectare de terra exige o trabalho de 16,14 famílias, isto é, de 67,32 pessoas; por conseguinte, 109,00 hectares exigem o trabalho de 1.759 famílias ou, mais precisamente, 7.338 diárias. Ocorre que a propriedade só dispõe de 48 famílias e de uma capacidade regular de trabalho familiar de 200 pessoas, o que dá a cada família uma ca

(19) Pesquisa realizada pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural) revela uma enorme desproporção entre o trabalho requerido para o cultivo de um hectare de terra de cebola e o trabalho requerido por outras culturas. "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", Op. cit., ano 9, nos 6 e 8, pp. 44, 9 e 15. Muito embora essa pesquisa tenha sido feita em fins dos anos 50, a cebolicultura, ainda hoje, persiste altamente intensiva de trabalho, apesar de sua crescente modernização, mormente nos últimos anos. A respeito disso, é interessante observar as estimativas de custos operacionais e efetuados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), Secretaria da Agricultura, Informações econômicas, (vários). Dados mais precisos nos são fornecidos pela Análise econômico-financeira, IEA., (vários).

(20) Referimo-nos à propriedade mais intensiva, onde 48 famílias plantam 300 quilos de semente, numa superfície de 109,00 hectares de terra. Essa propriedade servirá de base para a exposição que se segue.

pacidade média de trabalho de 4,17 pessoas (21). Vê-se que o número de trabalhadores existentes é insuficiente para a execução da tarefa que lhes é destinada, pois há uma desproporção gigantesca entre a extensão do terreno de transplante e os trabalhadores disponíveis para a sua realização. Como realizá-lo então? O transplante requer, de imediato, uma quantidade de trabalho que, à primeira vista, parece muito superior à que o parceiro poderia executar. Mas isso não o atemoriza. Tampouco ao proprietário fundiário. Ambos mantêm-se calmos. Tinham consciência das tarefas que se propunham quando contraíram relações societárias (22). E preveniram-se. Semearam aos poucos, de maneira que o transplante fosse parcelar. Assim sendo, cada família plantando numa faixa de terra de 2 hectares, 48 famílias plantarão em 96 hectares.

No entanto, certas famílias plantam mais de 2 hectares: às vezes, valendo-se da troca de dias com outros parceiros; às vezes, assalariando terceiros. De um modo ou de outro, aumentam a capacidade de trabalho. Mas esses métodos de incrementar a capacidade de trabalho não são os únicos, nem os mais usuais. O procedimento mais frequente é a inclusão de mulheres e crianças na execução de determinadas operações. O auxílio dessas pessoas é crucial, não apenas no replante, mas também nas carpas e na colheita. Ágeis e hábeis,

-
- (21) Esses cálculos apóiam-se em pesquisas realizadas em explorações de maior produtividade do trabalho. Não nos foi possível colher informações pormenorizadas acerca da produtividade do trabalho nas explorações menos intensivas. Mesmo as informações contábeis dizem respeito às maiores explorações. Em que pese tal limitação, as informações disponíveis são suficientes para a apreensão e a demonstração das tendências básicas da parceria na produção da cebola.
- (22) O termo societário é empregado para designar uma forma de produção particular e não uma forma de interação social, à moda da sociologia acadêmica.

cumprem essas funções com rapidez e perfeição (23). Portanto, ao inserirem-se no processo produtivo, elas potenciam o trabalho do parceiro. Com esta amplificação, o número de trabalhadores familiares sobe de 4 para 6 ou, no mínimo, 5. Isto, é claro, nas propriedades mais intensivas de trabalho. Nas propriedades menos intensivas, o número de trabalhadores familiares é menor: 3 a 4 pessoas nos momentos de maior intensidade (24). Na propriedade em apreço, a capacidade de trabalho eleva-se de 200 para 296 pessoas, aproximadamente.

A primeira vista, esses números são surpreendentes. Diríamos mais, chegam a parecer exagerados, pois onde já se viu uma capacidade média de trabalho familiar equivalente a 6 ou 5 homens dia de trabalho. Ainda mais em se tratando de uma cultura assentada em práticas agrícolas modernas. Quando, porém, pensamos essa questão menos afoitamente, começam a aflorar algumas indicações sobre a adoção da parceria.

Uma das exigências do proprietário fundiário para estabelecer relações de parceria é a de que o produtor direito possua um certo número de braços disponíveis para a lavou

(23) Essa virtuosidade da força de trabalho feminina e infantil não é apenas natural, mas também adquirida socialmente. A análise de Marx da forma manufatureira de produção é muito sugestiva para o exame dessa questão. Cf. Karl Marx, Op. cit., especialmente, p. 401.

(24) Constatação semelhante é feita por Brasília Sallum Jr. em Capitalismo e cafeicultura, Op. cit. Diz o autor, nas pp. 175 e 176: "A forma de contratação dos colonos(...) obrigava o chefe da família a ampliar a sua própria capacidade de trabalho com o uso da capacidade de trabalho dos demais membros da família (...). Desta maneira, se um homem adulto conseguia tratar de 2,5 mil pés de café por ano, chegava a tratar de 4 mil pés se contasse com a ajuda da sua mulher. Se além disso agregasse mais um filho adulto trataria de 6,5 mil pés; mas se incorporasse um filho apenas adolescente, conseguiria tratar somente de 5,5 mil pés."

ra. Quanto maior for o número de pessoas da família em idade de trabalhar, maior será a sua chance de adentrar e permanecer no regime de parceria. Mais, a magnitude da superfície de terra efetivamente cultivada sob regime de parceria é diretamente proporcional à magnitude de trabalho familiar do trabalhador. Não afirmamos, com isso, que a escolha do parceiro depende somente dessa magnitude. Outros requisitos, tais como bons antecedentes, conhecimento da cultura, aspiração de melhoria das condições de vida, dedicação ao trabalho, etc. interferem nas relações de parceria. Proprietários mais exigentes, levam em conta inclusive a descendência do trabalhador. Os de origem estrangeira são prestigiados em detrimento dos que são considerados brasileiros. O fundamental, entretanto, é o trabalho potencial da família. Esse requisito é imprescindível ao bom parceiro.

O cultivo da cebola é fortemente marcado pela presença do elemento subjetivo do processo de trabalho. Encerra um ciclo de 210 dias, que vai de meados de janeiro a julho ou agosto, dependendo do início da sementeira. Com o término da safra, cai brutalmente a absorção de força de trabalho pelas unidades produtoras. Sendo o ano agrícola de 12 meses, com início em outubro e encerramento em setembro do ano seguinte, na entressafra da cebola, tende a haver liberação de braços, sob pena de criar-se e manter-se uma capacidade ociosa de trabalho. Mesmo porque, para sobreviver, o produtor direto precisa trabalhar o tempo sobrando da parceria na lavoura de cebola. É impelido a inserir-se noutros processos de produção, seja na mesma unidade produtiva, seja em outras, na região ou não, seja, ainda, nas cidades.

Como reavê-lo então, na próxima safra? De outro lado, se não o libera, é mister proporcionar-lhe condições

de obtenção dos meios indispensáveis à sua vida e à de seus familiares. Por um momento, o proprietário hesita. Se liberar o trabalhador, poderá ficar sem ele ou não conseguir substituí-lo no ano seguinte; se o retiver, terá que remunerá-lo na entressafra, para usufruir plenamente de sua força de trabalho apenas durante o cultivo da cebola.

Não bastasse esse dilema, constata que o ciclo da cebolicultura compreende momentos díspares quanto à necessidade de trabalho. Certas operações são mais exigentes de braços que outras. Desse modo, ora se acentua o dispêndio de força de trabalho, ora se afrouxa. Os momentos de trabalho intenso alternam-se com os de folga relativa. O seu dilema aumenta. Entra em pânico. Como produzir cebola e colocá-la no mercado ?

Eis que, de súbito, recupera a sua lucidez. Controla-se. Faz uma pausa. Dera-se conta disso. Prevenira-se. Contraíra relações de parceria com o produtor direto. E a parceria, entre outras coisas, fixara o homem na terra, ao proporcionar-lhe a condição de sócio de empreendimento e obtivera deste o fornecimento do trabalho vivo constitutivo desse regime de trabalho (25).

Acostumado com a concepção vulgar, o proprietário

(25) Quanto a isso, é correta a sabedoria empírica do proprietário fundiário, pois, na verdade, "(...) a parceria é também uma forma de manter mão-de-obra disponível no imóvel para o proprietário utilizar nos momentos de maior necessidade. Assim, a parceria aparece claramente como forma de garantir um estoque de mão-de-obra na propriedade." Cf. José Francisco Graziano da Silva, Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, pp. 124 e 130. A parceria "(...) é um modo racional de os proprietários garantirem oferta de mão-de-obra o ano inteiro e especialmente nos períodos críticos (...). Desse modo, os parceiros constituem uma fonte importante de mão-de-obra para os proprietários." Cf. Léo da Rocha Ferreira, Op.cit., pp. 114 e 170. Emília Viotti da Costa já apontara esse aspecto da parceria no alvorecer do trabalho livre no (continua)

rio fundiário logo poderá objetar (26). A medida por mim adotada para solucionar o problema criado pelas sazonalidade e intermitência do trabalho me é caríssima. Por que contrái relações de parceria? Não tem o menor sentido dividir o produto com o trabalhador direto. Afinal, disponho de terra, de trator, arado, grade, cultivador, conjunto de irrigação, dinheiro, crédito, etc. E aquele que tomei como sócio nada mais tem que a sua capacidade de trabalho familiar e alguns instrumentos de trabalho de somenos importância. Mesmo que ele pague a metade dos gastos de produção, tirante a aração e a gradeação mecânica, não é bom negócio para mim. A bem da verdade, e é preciso que se deixe claro, de uma vez por todas, quando produzo cebola ou outro artigo para fins comerciais, de fato, estou à procura de uma recompensa. Pretendo uma justa remuneração dos fatores que apliquei. Isto sem contar a retribuição a que faço jus, ao exercer funções administrativas, tomar decisões, etc. (27). Por dividir a produção com outro, os meus fato-

-
- (25) Brasil; "Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências", in: Da Monarquia à República, p. 169. Ver, ainda, Caio Prado Jr., "Contribuição para a análise da questão agrária brasileira", In: Revista brasiliense, nº 28, p.215. A sazonalidade existe em outras culturas, mas não se conjuga, em todas, com a parceria. Todos esses textos citados nada indicam sobre a qualificação da força de trabalho. De qualquer modo, o primordial é a enorme demanda de trabalhadores. A parceria é o regime de trabalho que permite o parcelamento no uso da força de trabalho e, portanto, a ruptura da sazonalidade implícita.
- (26) Uma das expressões racionalizadas da concepção vulgar é a contabilidade agrícola. As suas categorias prediletas são as da órbita da circulação, onde tudo se passa à superfície e à vista de todos.
- (27) Essa é a idéia na qual também se apóia o IEA., na sua Análise econômico financeira das propriedades rurais. (vários).

res são parcamente reembolsados. Participam por inteiro do processo de trabalho e são pagos parcialmente. Assim, se não obtiver prejuízo, o máximo que conseguirei é um empate entre despesas e receitas. Como reporei, então, os fatores consumidos no processo produtivo? Não conseguirei sequer preservar as condições materiais de realização da produção. Para que as possa repor, terei que assumir dívidas. As despesas aumentarão. Em vez de gratificado, serei penalizado (28). Futuramente não mais contrairei relações de parceria, ainda que não mais produza cebola.

Analisemos um pouco mais o assunto. Estimamos uma capacidade média de 4 homens dia de trabalho por família, o que corresponde ao preço médio de Cr\$ 217,20. A força de trabalho, ao despender-se sob as formas de trabalho abstrato e concreto, cria uma quantidade determinada de um produto específico, que compreende uma magnitude de trabalho superior à contida no produto apropriado pelo produtor direto.

Exemplifiquemos, superficialmente, é claro, desde que só nos é possível operar com a categoria preço. Retomemos, inicialmente, um dos casos já expostos: o da exploração de maior produtividade. Mostramos que a sua capacidade média de trabalho é de 570,27 homens dia de trabalho por

(28) O IEA., em franca consonância com a linguagem corrente, assevera que "a retribuição do capital apresentou-se sempre baixa ou negativa, (...) porém não deve ocorrer resultados negativos, porque isto indica que está havendo descapitalização da empresa. Os desgastes não estão sendo repostos e o dinheiro estaria melhor aplicado em outras fontes." In: Resultados Comparativos da Contabilidade agrícola, IEA., 1969/70, p. 3.

hectare (30), à qual corresponde o preço médio por hectare de Cr\$ 30.965,00. Essa capacidade de trabalho familiar, ao entrar em atividade, gera um produto cujo montante é de 676 sacas de cebola por hectare. Ao preço médio de Cr\$ 490,58 por saca (31), tal magnitude atinge a quantia em dinheiro de Cr\$ 331.632,00. Lembremos que o preço da cebola no ano de 1978 foi excepcional. Há uma diferença marcante entre o suposto gasto com salários e o produto do trabalho. Ainda que a metade da produção pertença ao trabalhador e que o proprietário agrícola se aproprie apenas da outra metade, esta vai para as suas mãos, se não isenta, quase isenta de gasto com o trabalho familiar. Apropria-se do produto do trabalho alheio, dispendendo, para isso, pouco dinheiro expresso em salário (32), uma vez que, com exceção da aração e gradeação mecânicas, as demais operações são executadas pelo parceiro. O fato de o parceiro, muitas vezes, assalariar terceiros, não altera em nada o nosso raciocínio. Incorpora ao produto um trabalho e um sobretrabalho, que, no mais das vezes, é inteiramente apropriado por seu sócio.

É isso que o proprietário espera do trabalhador quando contrai relações societárias com ele. E age em consonância com as leis que presidem a parceria. Para apropriar

(30) Os 570,27 homens dia de trabalho referem-se ao trabalho de 296 pessoas, no período de 210 dias, em 109,00 hectares de terra. Nesse momento, interessa-nos examinar tão-somente o processo de valorização. A acumulação ou não pelo parceiro será discutida logo mais.

(31) Cf. média dos preços médios recebidos pelos agricultores nos meses de junho e julho de 1978, In: Informações Econômicas, dezembro de 1978.

(32) Aspecto esse muito bem observado por L.A. da Costa Pinto no seu estudo sobre a "Estrutura da sociedade rural brasileira", In: Sociologia e desenvolvimento, p. 258.

-se de parte do produto de seu trabalho, o proprietário da força de trabalho aliena o seu valor de uso, isto é, o próprio trabalho, o qual, durante o período em que se processa, pertence ao seu sócio. Fornece integralmente o trabalho vivo e apropria-se apenas parcialmente do produto do trabalho. Em regra, apropria-se não mais que do equivalente ao trabalho necessário, ou seja, do equivalente aos meios necessários à reposição das suas condições de existência e das de seus familiares. Não fosse assim, a apropriação acima mencionada não se efetivaria. É justamente o fato de que o produto de que o parceiro se apropria é menor que o trabalho por ele realizado, que faz com que o proprietário agrícola, ao se apropriar da metade do produto, apropria-se do trabalho alheio não-pago nele objetivado. E isso ocorre sem que se verifique violação da relação societária. Essa é preservada. É que a força de trabalho despendida pelo produtor direto incorpora ao produto uma magnitude de trabalho maior que a contida na metade da produção da qual se apropria.

Investiguemos uma nova propriedade: a SJ.12/A, no ano agrícola de 1975/76. Sabemos que a contabilidade apresenta limitações, pois registra as relações sociais sob suas formas de exteriorização. Se isso é verdade, não é menos verdade que ela nos proporciona, de modo mais preciso, a magnitude do trabalho sob formas que não a de parceria, além de informações mais detalhadas sobre esta. Por isso, tomá-las-emos como um dos pontos de partida de nossa reflexão. Assim, dos 7 025 homens dia de trabalho utilizados, 4 508 são de parceiros e membros masculinos e adultos de suas famílias; 2 170 são de mulheres e crianças pertencentes às famílias dos parceiros; o restante é extraído de trabalhadores assalariados, dos quais 55 são comuns e 284 são categorizados (33).

(33) Seguem em anexo, no final do presente capítulo, os dados da contabilidade da SJ-12.A.

Essa massa de trabalhadores cultivava uma área de 26,62 hectares. A relação entre o montante de trabalhadores e a área cultivada é de 263,90 homens dia de trabalho por hectare. Mas trabalhemos agora com os resultados globais. Esses homens produziram 9 977 sacas de cebola de 45 quilos. Ao preço de Cr\$ 68,16 por saca, tal produção alcança a cifra de Cr\$ 679.987,50. Exceto os Cr\$ 21.090,58 pagos em salários aos trabalhadores comuns e categorizados, a despesa registrada com força de trabalho é, na realidade, uma estimativa de custo. Se fossem remunerados, tal como a contabilidade registra, os parceiros receberiam Cr\$ 123.260,76, como pagamento de sua força de trabalho. Como, de fato, não são remunerados, sob a forma de salários, pelo trabalho que efetuam, a importância bruta da qual se apropriam no final do processo produtivo, referente a sua cota-parte da produção, é de Cr\$ 339.993,75, ou seja, a metade do produto expresso em dinheiro. Supomos aí que todo trabalho assalariado seja pago somente pelo proprietário fundiário. Cabe observar, ainda, que tanto o montante destinado ao produtor direto, quanto o montante destinado ao proprietário fundiário, compreende os gastos com os meios de produção consumidos. A propósito, a escrituração contábil registra um dispêndio de Cr\$ 34.618,94 com meios de trabalho e de Cr\$ 237.980,10 com matérias-primas, além de outros gastos, contabilizados como despesas gerais, dos quais prescindimos no momento, mais uma depreciação de Cr\$ 11.933,79 (34). Entretanto, os meios de produção não adi

(34) São depreciáveis os meios de trabalho e as benfeitorias. O desgaste dos meios de trabalho é computado nos gastos operacionais. Como, normalmente, a depreciação contábil inclui esses meios, eles acabam sendo depreciados duas vezes. Nota-se, com isso, que a escrituração contábil, aparentemente neutra, na prática, serve a interesses particulares, ao adulterar o efetivo resultado da produção. Cf. José Graziano da Silva e Angela A. Kageyama; O Preço de produção na agricultura, pp. 22 e 25.

cionam trabalho novo ao produto. Apenas transferem trabalho pretérito a ele na proporção em que participam de sua confecção e nunca superior ao trabalho neles contido. Só o trabalho vivo acrescenta trabalho ao produto, e não só trabalho, mas também sobretrabalho. Este, ao corporificar-se no produto, é apropriado pelo proprietário fundiário, que se apropria da metade da produção, cuja expressão monetária é, como vimos, de Cr\$ 339.993,75. A condição de sócio maior do empreendimento garante-lhe a apropriação de parcela majoritária do sobreproduto criado pelo trabalho do sócio menor. É precisamente essa forma peculiar de extrair o trabalho excedente do produtor direto que distingue a forma de produção da qual estamos tratando das demais formas de produção (35).

O proprietário tinha em conta essa diferença quando contratou o parceiro. Estava zombando, com todo aquele palavreado. Sabia que extrairia um trabalho excedente do processo de produção. Por isso, colocou à disposição do parceiro, no que foi auxiliado por ele, uma quantidade suficiente de meios de produção, que, nessas circunstâncias, se transformam em capital. Proprietários e parceiros constituem-se em prestamistas de capital (36). Afasta-se assim, a concepção segundo a qual o parceiro é um simples empregado, com a particularidade de que a sua remuneração é em espécie (37).

-
- (35) "Só a forma em que se extrai do produtor imediato, do trabalhador, esse trabalho excedente distingue as diversas formações econômico-sociais (...)", Cf. Karl Marx, Op. cit., p. 243.
- (36) Esse aspecto também é observado por L.A. da Costa Pinto, no seu já citado estudo sobre a "Estrutura da sociedade rural brasileira", p. 258.
- (37) Expressão da concepção vulgar, a contabilidade agrícola, referindo-se ao parceiro, registra: "(...) O mesmo aconteceu aos valores dos produtos colhidos pelos empregados (o grifo é nosso), nas suas roças (dada pela fazenda) nas culturas tocadas a "meia", com a empresa entrando como pagamento em espécie." Cf. Resultados comparativos da Contabilidade agrícola, Op. cit., p. 4.

Os adeptos desta concepção, sem o necessário espírito crítico, tomando-a de empréstimo à vida imediata, onde a relação de parceria aparece como uma forma espúria de assalariamento, não conseguem descer às profundezas dessa modalidade de trabalho, captando-a na sua singularidade concreta e articulando-a ao nível e ritmo local e nacional de desenvolvimento das forças produtivas. Do mesmo modo, cai por terra a idéia de que a parceria é uma relação semi-servil. Enquanto os primeiros não transcendem os limites do empirismo, os defensores da segunda concepção são prisioneiros do idealismo(38).

Apontamos, páginas atrás, o parcelamento do cultivo da cebola como mecanismo poupador de força de trabalho. Embora seja despendido o mesmo tempo de trabalho que se despenderia caso ele não fosse parcelar, tal procedimento capacita a força de trabalho a realizar um trabalho que demandaria uma capacidade de trabalho superior à sua. Mas como ? O trabalho é força de trabalho em movimento. As pessoas só podem despende as forças que possuem. Nada mais que isso. Não fosse assim o trabalho deixaria de ser o consumo da força de trabalho. Essas pessoas apenas executam operações que, se não fossem parceladas e não contassem com a cooperação familiar, demandariam maior quantidade de trabalhadores que a usual. A

(38) O maior expoente da primeira tese é Caio Prado Jr., "Contribuição para a análise da questão agrária brasileira", Op. cit., pp. 214 e 215; A Revolução brasileira, pp. 29 e 85. Dentre os defensores da segunda tese sobressaem -se Ignácio Mourão Rangel, Op. cit., pp. 11, 23 e 53 e Alberto Passos Guimarães, Quatro séculos de latifúndio, pp. 95 a 100. Caio Prado Jr. é um dos críticos radicais desta última concepção. Quanto ao empirismo presente nos trabalhos de Caio Prado Jr. Ver a sutil observação de José César Gnaccarini, Op. cit., p. 76. Ver também as considerações de Braz José de Araújo, "Caio Prado Jr. e a questão agrária no Brasil", in Temas de ciências humanas, nº 1, p. 75; Ruy Fausto, "A revolução brasileira de Caio Prado Jr.", in: Revista teoria e prática, nº 2.

parceria repousa numa forma peculiar de organização social do trabalho, cuja unidade básica é a família. Ora, a utilização do trabalho familiar potencia a capacidade de trabalho (39). Com isso, ameniza o problema causado pela enorme demanda de trabalho da cebolicultura. A solução final é dada pela racionalização do processo de produção. O parcelamento do trabalho reduz a porção da força de trabalho necessária à realização da produção. Potencia mais ainda a capacidade de trabalho familiar. Comprime-se, assim, a magnitude da força de trabalho, sem que ocorra uma diminuição correspondente na magnitude de trabalho. Ressalte-se que isso só é possível porque a parceria assegura a força de trabalho necessária. Ela funciona simultaneamente como reservatório e como meio de economizar força de trabalho.

Mantendo-se inalteradas as condições técnicas da produção, a quantidade de trabalho permanece estável. É o que se verifica nos momentos agudos do processo produtivo. O replante, por exemplo, ocupa 67 homens dia de trabalho por hectare. Tomando-se uma das explorações analisadas, o transplante das mudas em 109,00 hectares ocupa 7 338 homens dia de trabalho. De que modo realizá-lo então, se ela só dispõe de uma capacidade regular de trabalho equivalente a 200 homens dia? A enorme desproporção existente entre o trabalho efetivamente gasto no transplante e a disponibilidade de trabalhadores responde-se com o parcelamento da execução da operação e com a utilização de todo o potencial de trabalho familiar. Em consequência, 48 famílias, com uma capacidade regular de trabalho de 200 pessoas, realizam o trabalho de 7 338 homens dia. Com tal potenciação do trabalho, cada família passa de uma capacidade produtiva média de 619,43 metros

(39) Brasília Sallum Jr., Op. cit., p. 176.

quadrados de terra por dia, para 2,27 hectares. Eleva, pois, o potencial diário médio de trabalho familiar de 4,17 para 15 homens-dia. Na medida em que isso se dá, transpõe-se um dos obstáculos impostos à lavoura da cebola.

Não fora o caráter parcelar dessa operação, a sua consecução seria impossível. Mesmo elevando-se a capacidade de trabalho de 200 para 296. (de 4,17 para 6,17) homens dia, graças à utilização de toda a capacidade de trabalho familiar, as barreiras seriam intransponíveis: a dificuldade de obtenção periódica de trabalhadores e o alto custo da produção, provocado pelo incremento da massa de força de trabalho de 7 338 para 26 783 homens dia, inviabilizariam a produção de cebola (40). O parcelamento do transplante, ao permitir que um contingente menor de pessoas o efetue, engendra as condições favoráveis à dinâmica da cebolicultura, equacionando parcialmente o problema apontado. A complementação do equacionamento é dada pela inserção de mulheres e crianças no processo produtivo. A rigor, desde que parceiros e proprietários fundiários são prestamistas de capital, tal solução é, em última análise, solução do problema imposto à e pela acumulação do capital. A dinâmica da cebolicultura é, com efeito, a dinâmica do capital. É uma das formas concretas do movimento do capital (41).

Mas, apesar de o transplante ser uma das fases mais intensas de trabalho na cebolicultura, não é a única. A colheita também é muito trabalhosa. É inteiramente manual. Por isso, consome uma grande quantidade de trabalho, infe-

(40) Por hectare a demanda elevar-se-ia de 67,32 para 245,71 homens dia; por dia, elevar-se-ia de 15 para 54,75 pessoas.

(41) Para um exame teórico das formas de acumulação de capital no campo, ver Sérgio Silva, "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo", In: Jaime Pinsky (org.) Capital e trabalho no campo, 1977.

rior apenas ao replante. Logo, adotam-se os mesmos procedimentos na sua realização. Extração, secagem no campo, transporte, secagem no terreiro, corte das ramas, preparo e ensacamento do produto são feitos mediante a cooperação familiar do trabalho e parcelarmente. Um homem, trabalhando normalmente, arranca e prepara 5 sacas de cebola de 45 quilos por dia. Se o arrancamento e toda a preparação de 5 sacas de cebola exigem uma jornada regular de trabalho, 73 703 sacas (produção da propriedade agrícola em exame no ano de 1978) requerem 14 740 homens dia de trabalho (42). Por se tratar de um momento decisivo, em que o mercado e o caráter perecível do produto pesam muito, comumente tem-se a intensificação e ampliação do dia de trabalho. Com a aceleração do ritmo do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho, a produção por pessoa cresce de 5 para 10 sacas diárias. Esta duplicação da produção implica a redução do número de trabalhadores para 7 370, sem diminuir, entretanto, a quantidade de trabalho: as mesmas pessoas executam o trabalho que demandaria um maior número de trabalhadores. O emprego do trabalho infantil e feminino adulto eleva a produção diária para 12 sacas aproximadamente, variando em conformidade com o tamanho e o ritmo da jornada de trabalho e o número de pessoas disponíveis. Acresce-se a isso, não raro, a prática de troca de dias entre os parceiros e o assalariamento de terceiros. Conseqüentemente, a quantidade de diárias cai para 6 142, a despeito do aumento da magnitude efetiva do trabalho. O trabalho familiar é, portanto, nessa fase, potenciado em 2,4 vezes.

A formação dos canteiros de semente consome 1665 homens dia de trabalho. Diante da menor intensidade de tra-

(42) Por hectare a demanda elevar-se-ia de 56,35 para 135,24 homens dia; por dia, elevar-se-ia de 15 para 45 pessoas.

balho requerido nessa fase que nas duas outras mencionadas e do seu caráter parcelar, não apresenta maiores dificuldades quanto à sua realização. Embora mais densos de trabalho, (sobretudo as carpas) o mesmo se dá com os tratos culturais. Eles consomem 11 016 homens dia de trabalho.

Admitamos que o trabalho fosse feito por assalariados. Cremos ter demonstrado o acréscimo de despesa que o uso dessa modalidade de trabalho provocaria. Além da dificuldade de obtenção de trabalhadores, principalmente nos momentos de maior necessidade, ter-se-ia que remunerá-los por dia de trabalho, do que decorreria um grande gasto salarial, porque, como observamos, a lavoura de cebola é altamente intensiva de braços por área efetivamente cultivada. O empregador obrigaria-se a pagar ao trabalhador um ordenado correspondente pelo menos ao salário mínimo regional, férias, décimo terceiro salário, aviso prévio, em caso de demissão, bem como a garantir-lhe jornadas de trabalho de oito horas e descanso semanal remunerado. É verdade que, nesse caso, o proprietário fundiário desconta do trabalhador 20% do seu salário, referente à moradia (43). Ainda assim, o trabalho assalariado encareceria sobremaneira o custo da produção. Mesmo que optasse pelo trabalhador assalariado não residente na propriedade, o que é praticamente impossível, pelos motivos já expostos e por outros motivos que exporemos logo a seguir, desobrigar-se-ia dos encargos trabalhistas, mas, em compensação, pagaria maior salário ao trabalhador volante (44). Em ambos os casos, ver-se-ia compelido a elevar e a antecipar os gastos monetários com o trabalhador.

Não bastasse custar mais, nas condições técnicas

(43) Antônio Dinaer Piteri, Op. cit., pp. 9 e 10.

(44) Sobre a variação salarial entre as diferentes modalidades de trabalho assalariado, ver Prognóstico 78/79, p. 62.

e agronômica vigentes, o trabalho do diarista rende menos. Está sujeito a horário e só se realiza nos dias úteis. Além disso, por não ter interesse na produção, o trabalhador não se dedica a ela de corpo e alma. Frequentemente, restringe a produtividade do seu trabalho, por meio da lentidão dos seus movimentos, da paralisação constante e do rigoroso cumprimento do horário regular de trabalho (45).

A cultura da cebola é melindrosa. Requer uma vigilância permanente. Medidas certas devem ser tomadas nos momentos certos. O menor descuido poderá ser-lhe, se não fatal, pelo menos prejudicial. Quando o interesse do produtor direto limita-se à percepção do salário, em regra não cuida devidamente da planta. Tal fato, além de exigir uma fiscalização mais severa do proprietário, aumenta a vulnerabilidade da lavoura às pragas e doenças. O pagamento por tarefa, em vez de solucionar esse problema, tende a agravá-lo. O trabalhador não dispensaria à planta os cuidados que ela exige. A cebolicultura é um empreendimento arriscadíssimo. O seu sucesso ou insucesso não depende somente dos fatores e dafológico, climático e agronômico. Depende muito do preço. O mercado da cebola flutua consideravelmente, imprimindo fortes oscilações nos preços relativos do produto. A sua perecibilidade, por seu lado, reforça essa instabilidade. Anula o poder de barganha do agricultor às quedas estacionais dos preços (46)

(45) Recordemos que, apesar desse fator ser inerente a toda e qualquer cultura, ele é muito forte na cultura da cebola, porquanto, como se sabe, o cultivo dessa planta consome uma enorme quantidade de trabalho.

(46) Empregamos a palavra preço sempre que a referência se dê ao nível da circulação; e custo, quando nos referimos apenas ao nível da produção stricto sensu. A questão dos preços será retomada na frente, quando examinarmos a formação dos preços de mercado. Por ora, basta assinalar a influência do mecanismo dos preços de mercado sobre a produção...

Dessa maneira, se o trabalho fosse assalariado, numa safra desfavorável, o proprietário correria riscos de prejuízo, visto que teria antecipado os gastos salariais; ademais, arcaria com toda a despesa de produção.

Que ironia, diria ele, certamente, Justo eu que tomei a iniciativa de negócio, colocando em jogo o meu prestígio e dispondo dos elementos materiais do processo produtivo, estaria na iminência de obter saldo negativo. E o que é pior estaria pondo em risco o meu patrimônio, conseguido com muito esforço (47). Agora, não teria sequer como ressarcir os gastos efetuados, sobretudo os gastos salariais, que são e normes. Antecipei-os aos empregados (48), tendo, para isso, que ampliar o fundo de salários. E eles que nada fizeram senão trabalhar, sairiam ilesos da situação. Receberiam, no mínimo, o equivalente ao preço do fator de que dispuseram. Enquanto eu, que contribui para o progresso e o bem estar social, consumindo fatores de produção e ofertando empregos e produtos, não extrairia disso tudo, além é claro, da experiência, nem mesmo o equivalente aos preços dos fatores consumidos. Mas, só de experiência ninguém vive.

Deixemos, entretanto, o nosso proprietário fundiário com seu modo pragmático de raciocinar. Voltemos à nosssa problemática: a da parceria. Tomando-se, mais uma vez, a propriedade em exame como exemplo, notamos que ela não ocuparia 35 000 homens dia de trabalho, conforme estimamos, e sim 54 204, os quais custariam Cr\$ 2 943 277,00 e não os Cr\$ 1 900 500,00 estimados. Porque o transplante exigiria 26 783

(47) Esquece-se, porém, de dizer de quem é o esforço.

(48) Bem entendido, isso do ponto de vista do empregador. A realidade é outra. O empresário primeiro consome a força de trabalho para remunerá-la depois.

diárias. Do mesmo modo, em vez das 7 370 diárias previstas para a colheita e o preparo das 73 703 sacas de cebola necessitar-se-ia de 14 740 (49). Todavia, quando se examina melhor a produtividade do trabalho na colheita e na preparação do produto, nota-se que, ao contrário do que se supõe acima, ela cresce de 5 para 12 sacas diárias e, inversamente, o número de homens dia de trabalho decresce de 14 740 para 6 142 .

A essa redução da demanda da força de trabalho segue-se um maior volume de trabalho por superfície de solo lavrada. E isso, vale dizer, não é exclusivo dessa fase. Também é significativo no replante, onde, conforme assinalamos, demandar-se-iam 26 783 diárias em substituição às 7 388. Só o transplante consumiria, então, 49,41% das 54 204 diárias que seriam consumidas no cultivo da cebola em 109,00 hectares. Como realmente são consumidas 7 338 e 6 142 no replante e na colheita, respectivamente, há uma economia de 28 043 diárias. Em dinheiro, verifica-se uma economia de Cr\$ 1:522:735,00. Mas como ? Isso é um paradoxo ! Contraria até mesmo a nossa observação cotidiana. É sobejamente conhecida a fome de braços da cebolicultura. Ademais, diminuição da demanda e maior consumo da força de trabalho são irreconciliáveis. Entretanto, em momento algum negamos a intensidade de trabalho na lavoura da cebola. Pelo contrário, sempre a enfatizamos. E a reiteramos agora, ao afirmar a maior redução do número de trabalhadores que de trabalho. Este, aliás, permanece praticamente inalterado. Como, então, se realiza? Porque as pessoas despendem mais energia. Trabalham muito

(49) O fato de o terreno de transplante ser próximo ao da sementeira, economiza simultaneamente trabalho e carreto. E mais, à medida que as mudas vão sendo replantadas, o próprio terreno da sementeira é aproveitado para o transplante.

mais que o normal. As jornadas de trabalho são longas e intensas, e delas participam todos ou quase todos os membros da família. Além disso, quando preciso, laboram aos domingos, dias santos e feriados. Como eles próprios dizem " não temos horário, nem dia". E isso é possível graças à parceria (50). E ela que, nas atuais condições de trabalho, assentadas numa base técnica limitada, malgrado a sua modernidade, (51) por meio da cooperação familiar e do parcelamento do trabalho, propicia as condições adequadas à produção da cebola, possibilitando a execução do trabalho que demandaria uma maior massa de produtores diretos. Compreende-se, assim, porque a redução do número de trabalhadores não é obrigatoriamente acompanhada por uma redução equitativa da quantidade de trabalho. Desvenda-se uma das substâncias da forma parceria submersa nas profundezas da vida social. O aparente paradoxo se desfaz.

Suponhamos, porém, que o parceiro trabalhe tão só o equivalente a uma jornada normal de trabalho: que comece a trabalhar às 7:00 da manhã e pare às 11:00, recomece às 13:00 e termine às 17:00. Mesmo contando com o trabalho familiar, encontraria dificuldades para levar a bom termo operações fundamentais ao cultivo da cebola. Achar-se-ia diante da seguinte situação: ou não a realizaria com eficiência, ou

(50) Como se verá no próximo capítulo, essa racionalidade da parceria não se trata de uma racionalidade em geral e, portanto, invariável, mas de uma racionalidade determinante e determinada do e pelo movimento do capital agrário. Ela não só é uma reinvenção deste, como é modificada e, no limite, tende a ser destruída por ele. Destaque-se, nesse processo, o papel decisivo da formação da nova base técnica da produção.

(51) A base técnica é moderna e limitada, porque, como se verá no capítulo seguinte, ao mesmo tempo que ela corres-ponde ao regime da indústria moderna, ainda não possibilitou a plena mecanização do processo de trabalho. Muito embora ela tenha revolucionado as condições de produção, suplantando as limitações que se impunham à e pela acumulação do capital, perduram duas limitações básicas: o transplante e a colheita são tarefas manuais.

contrataria diaristas para ajudar a realizá-las. Num caso, fatalmente haveria quebra na produção; noutra, seria inevitável a elevação dos gastos da produção, com a agravante de desembolsar dinheiro expresso em salários antes da colheita. A diferença entre um caso e outro é a de que, no primeiro, as perdas seriam compartilhadas pelos sócios, enquanto, no segundo, o aumento das despesas decorrente da complementação do trabalho de parceria por assalariados sobrecarregaria somente o parceiro, uma vez que é o fornecedor do trabalho vivo constituinte dessa forma de relação social. O ponto comum entre os dois casos é o de que dificilmente a parceria se manteria. Estaria condenada ao desaparecimento. Sucumbiria perante os entraves que lhe são impostos.

Exploremos um pouco mais a nossa suposição. Admitamos a complementaridade do trabalho do parceiro pelo do assalariado (52). Mais ainda, admitamos que essa complementação se faça numa jornada de trabalho regular. Pois bem, sabemos que parceiros e proprietários fundiários são prestamistas de capital. Como tais, personificam-no. A racionalidade de que os move é a racionalidade do capital. E a racionalidade deste é a de incrementar-se continuamente. E só pode fazê-lo mediante a progressiva ampliação da extração do trabalho excedente. De que modo, entretanto, extrair da produção um excedente cada vez maior, nos limites de uma dada jornada de trabalho e de uma dada base técnica? Se reduzir os salários dos diaristas abaixo do preço corrente, certamente não os terá. De outro lado, o parceiro só admitirá prolongar a sua própria jornada de trabalho se vislumbrar a possibilidade de tirar algum proveito para si. Caso contrário, dificilmente se disporá a sacrificar-se, trabalhando tenazmente, pa

(52) Suposição procedente, porquanto é crescente a presença do trabalho assalariado nas várias fainas da cebolicultura. Frise-se, porém, que os assalariados, no caso, são empregados do produtor direto. Isso não contradiz a nossa análise, apenas mostra o movimento contraditório da parceria, enquanto modalidade específica de reprodução do capital.

ra que, no final das contas, o outro também usufrua do seu supertrabalho. Restaria, então, a rescisão do contrato de parceria. Isso, porém, traria problemas mais sérios ainda. Com o trabalho assalariado, nas condições técnica e agrônômica atuais, a cultura da cebola é irrealizável. Os obstáculos técnico e agrônômico limitam a sua utilização. Para nos atermos apenas a um aspecto, evitando-se reiterar argumentos já usados, encareceria a produção. Como, então, reanimar seguidamente esse ser social, cuja existência depende da sucção permanente do trabalho excedente ?

Mostramos que a produção média da propriedade no ano de 1978 é de 676 sacas de cebola por hectare, que, ao preço médio de Cr\$ 490,58 por saca, atinge a cifra de Cr \$ 331.632,00. Não é demais repetir que o preço da cebola nesse ano foi extraordinário, proporcionando à maioria das explorações uma excelente rentabilidade. Ainda assim, se computarmos a magnitude do trabalho familiar despendido, constataremos que o rendimento do produtor direto não é tão grande quanto parece. Expliquemos. Se se produz 676 sacas de cebola em um hectare e se cada família lavra em média 2,27 hectares de terra, a produção familiar média é de 1 534 sacas, as quais, ao preço supra indicado, somam Cr\$ 752.550,00. Destes, a metade cabe ao parceiro, isto é, 767 sacas, cujo preço é de Cr\$ 376.275,00. A outra metade (767 sacas ao preço de Cr\$ 376.275,00) pertence ao proprietário fundiário. Por outro lado, se o cultivo de 109,00 hectares de solo absorve, de fato, 26 161 (Cr\$ 1.420.542,00) e não os estimados 35 000 homens dia de trabalho (Cr\$ 1.900.500,00), o cultivo de um hectare absorve 240,00 homens dia de trabalho (Cr\$13 032,00). Cada família cultivando uma área média de 2,27 hectares, despende 544,82 diárias. Sendo o preço diário da força de trabalho de Cr\$ 54,30, o preço médio da força de trabalho familiar durante o ciclo produtivo é de Cr\$ 29.583,00. E, para fe

char o círculo, se cada unidade familiar despense 544,82 diárias, 48 famílias dispendem 26 161, às quais corresponde o montante de Cr\$ 1.420.542,00 (53).

A julgar pela diferença entre o suposto preço da força de trabalho e o rendimento bruto auferido pelo parceiro na venda do produto, dir-se-á que obteve um ótimo resultado. Extraiu da produção, além dos Cr\$ 26.425,00 referentes aos hipotéticos salários a que teriam direito, a quantia de Cr\$ 349.850,00.

O parceiro, todavia, fornece outros elementos que não a força de trabalho. Põe na produção, além do trabalho vivo, parte do trabalho morto cristalizado nos meios de produção. É prestamista destes meios. Além de contribuir com determinados meios de trabalho, paga a metade dos gastos com matérias-primas, eletricidade, óleo diesel, etc. Gastos estes, por sinal, elevados.

No caso em apreço, os citados gastos são da ordem de Cr\$ 1.399.743,00 (54), dos quais apenas a metade (Cr\$ 699.871,50) é rateada, proporcionalmente, entre os parceiros. Assim, admitindo-se que cada parceiro cultive em média 2,27 hectares, os gastos de produção de cada unidade familiar produtiva são de Cr\$ 14.575,00 (55). Deduzindo-se este

-
- (53) Alguns dados contábeis também confirmam a nossa estimativa: na S.J.12/A, por exemplo, foram consumidos 6 678 diárias de parceiros em 26,62 hectares, o que corresponderia à 27.344 diárias para 109,00 hectares; na S.J.11, foram consumidas 7.072 diárias em 29,04 hectares, o que corresponderia à 26.544 diárias para 109,00 hectares. Cf. Custo de produção: ano agrícola 1975/76.
- (54) Trata-se de um cálculo aproximado, porque não dispomos de todas as informações necessárias para um exame preciso dessas despesas.
- (55) Por falta de informações, deixamos de incluir nos referidos gastos as despesas com energia elétrica e óleo diesel. Esses dados nos foram prometidos pelo proprietário, que, posteriormente, de maneira polida, recusou-se a fornecê-los. Prometera-nos também cópias de custos de contas com parceiros, mas também não nos forneceu tais cópias.

gasto do rendimento bruto de cada parceiro (Cr\$ 376.275,00), obtém-se o rendimento líquido de Cr\$ 361.700,00.

Isso os deixa muito felizes. Estão radiantes com as suas respectivas situações. Conversam entre si. Decidem. Doravante só trabalharão em parceria. Esta é gratificante. Apesar de trabalharem arduamente, são recompensados. Eis aí a prova. Cada qual tem nas mãos exatamente Cr\$ 361.700,00. Ora, como conseguir isso trabalhando em regime de assalariamento? E mais, em apenas sete meses. Ainda que se ganhasse mais que o salário mínimo, não se conseguiria esse montante. Até porque, o que se ganharia a mais, gastar-se-ia com aluguel, mantimentos e luz. Um rendimento igual ao do parceiro, num ano favorável agrônômica e economicamente, é praticamente impossível. Se bem que, convenhamos, o assalariado trabalha menos. Mesmo assim, vale a pena ser parceiro. Trabalha-se mais, mas, em compensação, quando as coisas vão bem, ganha-se mais. E não é só: a parceria não se limita à lavoura de cebola; não raro estende-se à cultura de cereais; ou melhor, o trabalhador é, muitas vezes, parceiro durante o ano agrícola inteiro: na seca, planta cebola em parceria, nas águas, cereais (56). Ademais, os parceiros desenvolvem pequenas hortas nas curvas de nível e noutros espaços da cebolicultura ou, ainda, nos quintais das casas em que residem, além de criarem animais de pequeno porte. A condição de parceiro geralmente lhes garante a possibilidade de produzir os seus alimentos principais; arroz, feijão, milho, verduras, legumes, ovo, frango, porco, etc. (57). De resto, sobra-lhes tempo pa

(56) Isso é comum nas propriedades especializadas na produção de cebola. Nas propriedades de produção diversificada, nem sempre os cereais são plantados em parceria. Nesse caso, os trabalhadores são parceiros somente na lavoura da cebola.

(57) Isso também não ocorre nas propriedades de produção diversificada. Nelas, o trabalho em parceria é sempre complementar ao trabalho por empreita ou por dia na cafeicultura. Esses trabalhadores não possuem tais "regalias".

ra trabalhar de diarista, o que, evidentemente, lhes aumenta o rendimento.

Abandonemos, contudo, o parceiro com sua fala otimista e continuemos a nossa análise. Vimos que, para obter um rendimento bruto de Cr\$ 376.275,00 cada parceiro, despendeu Cr\$ 14.575,00, auferindo assim um rendimento líquido de Cr\$ 361.700,00. Por falta de informações precisas, não incluímos, em nosso cálculo, as despesas concernentes aos meios de trabalho de propriedade do produtor direto. Entretanto, dada a timidez desses gastos, a sua não inclusão pouco altera o rendimento líquido do parceiro. O dispêndio com energia elétrica, também não incluído, é mais expressivo. Mas, avancemos a investigação sobre o rendimento líquido do parceiro. Sabemos que ao longo do cultivo da cebola cada unidade familiar de trabalho despende 544,82 diárias. A divisão do rendimento líquido (Cr\$ 361.700,00) pelo número de dias de trabalho necessários à produção da cebola (544,82) nos dá o rendimento diário familiar de Cr\$ 663,89. Tal rendimento, por sua vez, dividido pelo número médio de 4,17 pessoas por família nos dá o rendimento per capita de Cr\$ 159,20.

É um ótimo rendimento, por certo exclamariam os mais afoitos. Quando se examina mais cuidadosamente o assunto, percebe-se que, ao longo do replante e da colheita, o trabalho familiar é potenciado em 3,65 e 2,4 vezes, respectivamente. E a potenciação não para aí. É extensiva à semente e aos tratos culturais. Admitindo-se que, nessas operações, ela seja de 2 vezes, a economia de diárias, às expensas do trabalhador, note-se bem, cresce de 28.043 para 40.724. O total de diárias eleva-se de 54.204 para 66.885. Explicitemos. Sabemos que foram consumidas 7.338 diárias no replante e 6.142 na colheita. Sabemos também que sem as mencionadas potenciações teriam sido despendidas 26.783 diá-

rias no replante e 14.740 na colheita. O total de diárias passaria, então, de 26.161 para 54.204. Do mesmo modo, sem a potenciação do trabalho na sementeira e nos tratos culturais, o número de diárias gasto nessas operações elevar-se-ia de 1.665 e 11.016 para 3.330 e 22.032, respectivamente. E o total de diárias ampliar-se-ia de 54.204 para 66.885.

Uma vez alcançado esse ponto, faz-se o caminho inverso. Começa-se, então, pelas 66.885 diárias, distribuídas em 3.330 para a sementeira, 26.783 para o transplante, 14.740 para a colheita e 22.032 para os tratos culturais. Com a potenciação do trabalho na sementeira e nos tratos culturais em 2 vezes, elas decrescem para 1.665 e 11.016 diárias, respectivamente. O total de diárias cai para 54.024. A potenciação do trabalho em 3,65 vezes no transplante e em 2,4 na colheita reduz, respectivamente, o número de diárias, nessas operações, para 7.338 e 6.142. O total de diárias passa a ser então de 26.161. Dessa maneira, há uma economia de 40.724 diárias (58). Conseqüentemente, a magnitude de trabalho despendido por unidade familiar aumenta de 544,82 para 1.393, pois, se 48 famílias trabalham o equivalente a 66.885 diárias, para lavrar uma área de 109,00 hectares, cada família, lavrando a área média de 2,27 hectares de terra, trabalha o equivalente a 1.393 diárias.

Com isso, não obstante cresça a quantidade de produto expresso em dinheiro apropriado pelo parceiro, paradoxalmente, o rendimento médio familiar e o rendimento diário

(58) É interessante observar que 48 famílias, com um total de 296 pessoas, trabalhando durante o período produtivo de 210 dias, despendem o trabalho equivalente a 62.610 diárias. Quantia esta muito próxima às 66.885 diárias. Queremos deixar claro que não ignoramos o nível e o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A base técnica existente, potencia a força produtiva do trabalho. Conforme veremos, o crescente em prego de produtos industriais e naturais, bem como a (continua)

médio familiar decrescem, respectivamente, para Cr\$141.462,50 e Cr\$ 259,65. Cada membro ativo da família tem, então, durante o ciclo produtivo, o rendimento médio diário de Cr\$ 62,27. Isso se a capacidade média de trabalho familiar fosse de 4,17 homens dia. Como é de 6,14 homens dia, na realidade o rendimento médio diário per capita é de Cr\$ 42,81 (59). A propósito, vale lembrar que o salário médio do diarista a seco, no mês de abril de 1978, é de Cr\$ 55,40 e o do trabalhador volante é de Cr\$ 72,90 (60). É verdade que o preço do trabalho da mulher e das crianças é inferior ao do trabalhador masculino adulto. Mas é igualmente verdade que executam determinadas operações com maior eficiência que os homens. Logo, o traba

(58) aplicação da ciência e da técnica, amplia a produtividade do trabalho, sem a qual a produção permaneceria pequena e de custo elevado. A acumulação de capital seria menor e mais lenta.

(59) Esclareçamos o óbvio: obtivemos esses resultados por meio da aplicação da regra de três. Se 48 famílias despendessem 66,885 diárias, 1 família despenderia 1.393. Dividindo-se o rendimento líquido por família pelo número de diárias, obtém-se o rendimento familiar de Cr\$ 259,65. A divisão deste pelo número médio de 4,17 e, em seguida, de 6,17 pessoas por família, nos dá os rendimentos de Cr\$ 62,27 e Cr\$ 42,08.

(60) Cf. "Salários rurais no Estado de São Paulo - abril de 1978", In: Informações econômicas, IEA., São Paulo, junho de 1978. A pesquisa de campo confirma esses dados. Em julho de 1978, o preço da força de trabalho era de: Cr\$ 50,00 a Cr\$ 60,00 para os diaristas residentes; Cr\$ 70,00 a Cr\$ 80,00 para os diaristas não residentes; Cr\$ 30,00 para mulheres e crianças residentes; Cr\$ 40,00 para mulheres e crianças não residentes, mais o transporte, que variava de Cr\$ 10,00 a Cr\$ 15,00 por pessoa. O trabalhador volante ganha mais, só que não tem direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário, aviso prévio, em caso de demissão, etc. O proprietário fundiário, por seu lado, desobriga-se dos encargos trabalhistas. Mencionamos, ainda, a título de comparação, que o salário mínimo do trabalhador urbano, nos meses de abril e julho de 1978, conferia-lhe o rendimento diário de Cr\$ 36,88 e Cr\$ 52,00, respectivamente.

lho da mulher e da criança deprime o preço da força de trabalho, a ponto de concorrer com o trabalho masculino adulto, principalmente nas propriedades de produção diversificada, onde há coincidência de culturas. Todavia, o mais importante disso tudo é que, sendo o parceiro sócio do empreendimento, mesmo num ano excepcional como o de 1978, o seu rendimento não é muito superior, se é que é, ao preço da força de trabalho que despendeu. Isso quer dizer que o produto do qual o proprietário fundiário se apropria compreende quase todo o sobretabalho do seu sócio. Além do mais, o parceiro só afe^{re} o seu rendimento no final da safra, após a venda do produto e o acerto de contas. Antecipa, portanto, o fornecimento da força de trabalho no decorrer da produção, que é remunerada apenas no final desta. Revela-se, assim, um dos segredos da parceria, oculto pelas linguagens corrente, jurídica, contábil, etc. Põe-se a nu a sua assimetria.

Retomemos, por um instante, a análise da S.J.12/A. Vimos que o rendimento bruto dos parceiros é de Cr \$ 339.993,75. Também vimos que os gastos dos parceiros com materiais somam Cr\$ 118.990,05. Subtraindo-se estes últimos do rendimento bruto chega-se ao rendimento líquido de Cr \$ 221.003,70. Para a obtenção desse rendimento foi despendido um trabalho cujo tempo é de 6.678 diárias. A simples divisão do rendimento líquido pelo número de dias de trabalho nos dá o rendimento individual de Cr\$ 33,09. Esse resultado ratifica a análise precedente. Ainda mais quando o comparamos com os salários do diarista residente (Cr\$ 27,85) e do trabalhador volante (Cr\$ 34,05) (61). Mas aprofundemos a nossa investigação. Admitamos que cada unidade familiar tenha uma capacidade média de trabalho de 4 homens dia e lavre uma área média

(61) Sobre o preço corrente da força de trabalho, consultar: Prognóstico 78/79, Op. cit., p. 62. O preço diário da força de trabalho dos trabalhadores das cidades, nos meses de abril e julho de 1976, era de Cr\$ 17,76 e Cr\$ 25,60, respectivamente.

de 2 hectares de terra. Se cada família lavra 2 hectares de terra, os 26,62 hectares ocupam 13,31 famílias. Sendo a capacidade média de trabalho diário por unidade familiar de 4 pessoas, a capacidade de trabalho do conjunto das famílias é de 53,24 homens dia. Sendo, ainda, o ciclo de produção da cebola de aproximadamente 210 dias, todas as famílias, trabalhando durante esse período, despendem 11.180 diárias. Da divisão do rendimento líquido supra mencionado por esse número de diárias resulta o rendimento de Cr\$ 19,77 por pessoa. O rendimento do parceiro decresce em proporção ao trabalho efetivo. Fato este constatado em outras propriedades sobre as quais possuímos informações contábeis de cuja exposição prescindiremos, para não enveredar numa repetição monótona (62).

Vê-se que, mesmo quando o rendimento do parceiro é aparentemente alto, pouco difere do preço corrente da força de trabalho assalariada. Ainda que não computássemos a potenciação do trabalho na sementeira e nos tratamentos culturais, por serem operações menos intensivas de trabalho, os rendimentos médio familiar e diário médio familiar persistiriam baixos. Seriam de Cr\$ 174.543,90 e Cr\$ 320,37, respectivamente. E a eles corresponderia o rendimento per capita de Cr\$ 76,83 para 4,17 pessoas ou de Cr\$ 51,92 para 6,17 pessoas (63). Portanto, ao se examinar o rendimento do par-

(62) Além da SJ.12/A, foram investigadas as seguintes propriedades: SJ.11, ano agrícola de 1975/76; SJ.7, ano agrícola de 1975/76; SJ.2, ano agrícola de 1973/74. Foram consultados ainda os registros contábeis de outras propriedades que não as mencionadas, num total de oito, a contar do ano agrícola de 1961/62 ao ano agrícola de 1975/76.

(63) Apesar de trabalharmos com médias, o rendimento dos parceiros é sempre diferenciado. Recordemos, por exemplo, que aos "melhores parceiros" cabem uma área maior de terra, nas melhores faixas, uma quantidade maior de sementes, etc. Essa diferenciação é extensiva aos membros da família do parceiro: não só às mulheres e às crianças, como a análise anterior indica, mas também aos demais membros da família, exceto, é claro, o chefe que os explora, se apropriando do equivalente ao sã (continua)

ceiro, há que se ter em conta o seu trabalho efetivo. A relação entre ambos é, de certo modo, inversamente proporcional. E a responsável por essa relação inversa entre trabalho realizado e apropriação de parcela do produto do trabalho pelo trabalhador direto é a própria parceria. Ela garante ao trabalhador a participação no produto. Ele, porém, produziu-o por ser substrato material do preço. Quer transformá-lo em dinheiro. E a quantia em dinheiro que poderá obter varia em função do volume da produção e das condições do mercado. Quando a oferta de cebola é maior que a procura, os seus preços relativos tendem a baixar. À medida que isso ocorre, comprime-se o rendimento do parceiro, a ponto de, muitas vezes, de crescer aquém do preço corrente da força de trabalho. Como este oscila em torno do tempo de trabalho socialmente necessário à produção dos meios de vida indispensáveis à reprodução da força de trabalho, nessa circunstância, o parceiro sequer obtém uma quantia em dinheiro equivalente a esses meios; melhor dizendo, recebe menos que o custo do elemento principal de que dispusera no cumprimento das relações societárias: a força de trabalho familiar.

Como sobrevive então ? Em parte, seguramente, graças ao cultivo da cebola em parceria, sem dúvida a atividade fundamental desse trabalhador; em parte, graças à produção de subsistência e ao plantio de cereais em parceria, que lhe propiciam alimentos e um pequeno rendimento monetário; em parte ainda, assalariando-se na propriedade ou fora dela. Tanto a atividade de subsistência como a plantação de cereais para venda são subsidiárias. A primeira é reduzidíssima. É praticada no quintal e nos acanhados espaços existentes no

(63) lário que aqueles teriam direito e repassando o sobre-trabalho ao proprietário fundiário. Percebe-se, agora, mais claramente, os efeitos depressivos da concorrência do trabalho da mulher e da criança sobre o preço da força de trabalho masculina e adulta. Evidencia-se por que os melhores parceiros são os que têm um maior número de pessoas aptas para o trabalho na família.

interior da lavoura de cebola, nos momentos de folga, que não são senão um modo disfarçado de prolongar e intensificar a jornada de trabalho. Mais do que isso, é um meio de obrigar o trabalhador a produzir diretamente parcela de sua subsistência. Consorciada no tempo com a cebolicultura, a segunda, apesar de bem maior que a primeira, também é pequena. Uma coisa é lavrar uma dada superfície de solo de cebola; outra coisa é lavrar o mesmo terreno de cereais. Com o plantio da cebola, devido às suas características, obtém-se um grande volume de produção numa área relativamente restrita. O mesmo não acontece com o plantio de cereais. A produtividade do trabalho por área lavrada de cebola é maior que a de cereais. Como a cultura destes é feita na mesma faixa de terra em que se realiza o cultivo da cebola, o volume de sua produção é limitado. Ainda assim, tirante o milho, que, com frequência, é consumido nas unidades produtivas, a produção de cereais em parceria ultrapassa as necessidades do trabalhador direto e da propriedade. Ademais, ela é complementar à parceria na cultura da cebola, num duplo aspecto: em primeiro lugar, porque prende o trabalhador na propriedade na entressafra, de modo a garantir os braços requeridos pela cebolicultura; em segundo lugar, porque proporciona um rendimento suplementar ao trabalhador, além de meios de vida básicos e um sobreproduto (64), do qual, sem dúvida, apropria-se o proprietário fundiário. Isto a associa, de um lado, às atividades de subsistência e, doutro lado, à expansão do capital.

A produção direta de meios de vida, quer em parce

(64) Deixamos de quantificar essas parcelas do trabalho por não possuímos informação necessária à realização de tal empreita. Os dados disponíveis permitem somente a análise do custo da produção no cultivo da cebola, conforme veremos na frente.

ria, quer em atividades próprias, assegura ao produtor alimentos componentes da sua dieta. Tal produção, ao suprir-lhe certas necessidades básicas, deprime-lhe os gastos de manutenção, contribuindo para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, não obstante a exiguidade da produção de subsistência, ela impõe uma sobrecarga de trabalho maior ao produtor direto, por coincidir com outras formas de produção das quais participa, a saber, a parceria no cultivo da cebola e o trabalho assalariado em fainas diversas. Além do mais, é um artifício do qual o proprietário fundiário se vale para fixar o trabalhador na propriedade (65).

Desse modo, apesar de a produção direta de meios de vida pelo parceiro não implicar a circulação de produtos que consome ela também se faz sob o domínio direto e material do capital. Trata-se de uma reinvenção pelo capital do fundo de consumo do trabalhador, a fim de proporcionar-lhe, ainda que parcialmente, condições próprias de manutenção, indispensáveis ao fornecimento do trabalho vivo constituinte da relação de parceria e à diminuição do seu custo. Portanto, não tem existência autônoma. É complementar ao fundo de acumulação, ao qual se subordina (66). Assim, ao mesmo tempo que restringe o custo de reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, da produção, amplia o trabalho excedente, na proporção em que aquele diminui, assegurando, ainda, ao produtor direto condições mínimas de sobrevivência. E mais,

(65) Caio Prado Jr., Op. cit., p. 215.

(66) Vê-se que nem mesmo a produção direta de meios de substistência confirma a tese da autonomia da produção em relação ao capital. Posição contrária à nossa é defendida por Yoshiaki Nakano, "A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura", In: Revista de Economia política, vol. 1, nº 3.

por realizar-se simultaneamente com outras formas de produção, a produção de subsistência acarreta o aumento da jornada de trabalho. Esta, que já é longa, notadamente na lavoura da cebola, adquire uma grande extensão, cujo limite máximo reside na resistência física do trabalhador. Além disso, a duração do dia de trabalho na lavoura é limitado pela extensão do dia. Trabalha-se somente no período diurno, que se inicia no amanhecer e cessa no anoitecer. Nesse sentido, é justa a expressão ordinária sobre a duração do dia de trabalho: "de sol a sol". No entanto, esse limite é transponível na execução de certas operações. O exemplo mais expressivo disso é a preparação e embalagem da cebola. Esse trabalho geralmente se estende ao período noturno. Mas não é realizado no campo e sim em galpões ou terreiros, com iluminação artificial. Aí laboram intensamente, lado a lado, homens, mulheres e crianças. A esse trabalho extraordinário do parceiro e dos membros de sua família, sem distinção de sexo e idade, corresponde a ausência da regulamentação da jornada de trabalho e de outros direitos já assegurados ao trabalhador assalariado.

É certo que o parceiro se submete a tal condição de trabalho por não possuir meios próprios para uma produção autônoma. Esse fator, apesar de importante, é menos específico do parceiro que do trabalhador assalariado. A parceria propicia ao trabalhador a condição de sócio da produção, dando-lhe, ademais, a ilusão de comunhão de interesses com o proprietário fundiário.

Essa visão a respeito da parceria motiva o produtor direto a trabalhar duramente, porquanto os seus ganhos variam em função da produção. O rendimento proporcional à produção dá ao parceiro a oportunidade de obter maiores ganhos, de outra parte, dissimula o trabalho gratuito do trabalhador direto, sob a aparência de que todo o trabalho de

le é para si. Por isso, considera-se "patrão de si mesmo", o que o leva a não só aceitar o regime de trabalho imposto pela parceria, como a atribuir um caráter natural a esta forma de trabalho, malgrado a diversidade de sua própria existência: parceiro que explora o trabalho de membros de sua família ou de terceiros, parceiro que se assalaria noutras lides, quer na propriedade em que é parceiro, quer noutra propriedade, parceiro "pobre", parceiro "rico", etc. Fica fácil entender por que o parceiro idealiza a perpetuação da parceria: uns assim o fazem, porque se consideram beneficiados por ela; outros, porque aspiram ser beneficiados por ela. Disso resulta o aumento da competição dos parceiros entre si.

A utilização intensa e sistemática do trabalho familiar reforça a redução do custo de reprodução da força de trabalho. A inserção de todos os membros da família do trabalhador direto no processo produtivo reparte o custo da força de trabalho entre eles. Logo, achata o seu custo. Embora, por exemplo, as 4,17 forças de trabalho componentes de uma família possam custar mais que a do chefe da família, obtém-se, em compensação, 4,17 jornadas de trabalho no lugar de uma. O custo da força de trabalho cai na exata medida em que o sobretrabalho de 4,17 trabalhadores, incorporado ao produto, ultrapassa o sobretrabalho de um único trabalhador. A potenciação do trabalho de 4,17 para 6,17, 8,34, 12 e 15 homens dia (67), nos distintos momentos do processo produtivo, aumenta o sobretrabalho. Mesmo quando cada membro ativo da família do parceiro percebe um rendimento superior ao salário vigente, incorpora ao produto uma quantidade maior de trabalho não-pago. Isto deixa o proprietário fundiário satis

(67) Implícita a essa potenciação está a nova base técnica e agronômica da produção, que subverterá as condições de trabalho, potenciando e simplificando este. Esse assunto será objeto de análise minuciosa no capítulo seguinte. Para uma discussão desse ponto, em condições históricas diversas, ver Brasília Sallum Jr., Op. Cit., pp. 175 a 177.

feito. Afinal, não optara pela parceria por acaso. Vira nela uma fonte de trabalho sobran-te. É disso que vive e se mantém como explorador fundiário. Aliás, não apenas ele, mas, por incrível que pareça, também o parceiro que, para sobreviver e manter-se como parceiro, tem não só que trabalhar, mas gerar trabalho excedente, submetendo-se a um determinado grau de exploração, vira nela a oportunidade de conseguir melhor condição de vida e, inclusive, de acúmulo de capital, ainda que restrito e lento. Ademais, a produção direta de meios de subsistência beneficia mais o proprietário fundiário que o parceiro, posto que, ao garantir os meios mínimos de sua subsistência e dos membros de sua família, deprime o custo da força de trabalho familiar. Sem a utilização desse expediente, dificilmente o parceiro conseguiria reproduzir-se como tal. Salvo situações excepcionais, o rendimento por ele auferido não lhe permitiria a reposição das condições de sua existência. Dessa maneira, o que se lhe apresenta como extremamente vantajoso, não passa de um expediente do qual o proprietário fundiário se vale para reter a força de trabalho e rebaixar o seu custo. É, na realidade, um dos artifícios empregados por este último para maximizar o seu rendimento em detrimento do rendimento do seu sócio. Ainda mais, o fato de o trabalhador ser prestamista do trabalho vivo e de meios de produção faz com que a fonte do seu rendimento compreenda, além do trabalho, o capital. Daí o seu rendimento compreender o equivalente ao custo de reprodução da força de trabalho familiar, mais o juro relativo ao capital por ele investido. Isso diminui a parcela do rendimento destinado à remuneração de sua força de trabalho e dos membros de sua família. Em situações de baixa rentabilidade, o parceiro tem a compressão da remuneração da sua força de trabalho agravada. Todo o ônus da produção lhe é repassado automaticamente, por quanto antecipara a força de trabalho consumida e se obriga-

ra a pagar a metade dos gastos com matérias-primas, energia elétrica, óleo diesel, etc. (68). Por isso, não só tende a entrar em estado de insolvência econômica, sendo compelido ao assalariamento, como sofre um aviltamento na reposição da sua força e dos seus meios de trabalho. Desfaz-se, desse modo, o equívoco muito frequente nas interpretações sobre as relações de parceria segundo o qual "há riscos e proventos para ambas as partes: se o ano corre mal, a porcentagem acompanha, e vice-versa" (69).

5246/BC

Em meio a essa situação erguem-se a vozes solitárias de parceiros. Sabíamos, desde o início, dizem eles, que a parceria é conveniente ao proprietário fundiário, por restringir o número de trabalhadores e o custo do trabalho vivo em benefício do trabalho pretérito. Acreditávamos, porém, que propiciasse um rendimento condizente com o nosso esforço e, por que não dizer, com os riscos por nós assumidos quando estabelecemos relações societárias. Por isso trabalhamos com afinco. Nem mesmo as mulheres e as crianças escaparam da labuta. Aliás, sem elas não teríamos realizado o que realizamos. A participação delas foi providencial. E é preciso que se diga que a presença delas no processo produtivo afetou as funções domésticas das donas de casa, o convívio familiar, o lazer e as atividades escolares dos filhos. Essa arenga, entretanto, não sensibiliza o proprietário fundiário, pois em negócio não há lugar para sentimentalismo. O interesse material cala-lhe mais fundo. Preocupa-se fundamentalmente com a rentabilidade do empreendimento. E só pode aumentá-la por meio da ampliação do trabalho exce -

(68) Contrapomo-nos aí à idéia de "transferência dos saldos negativos" ao produtor direto, via mecanismo de preços. Cf. José de Souza Martins, "Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica", In: Capitalismo e tradicionalismo, pp. 48 e 49.

(69) Antônio Cândido, Op. cit., p. 82.

dente, que, por seu lado, repousa na contração do trabalho necessário, no prolongamento e na intensificação da jornada de trabalho. E isso é feito mediante a exploração do trabalho familiar, sob a forma de parceria. As outras formas de trabalho, salvo a empreita no cultivo do café, são complementares. Dada a sazonalidade da cebolicultura, na entressafra, apesar de cultivar cereais em parceria e de desenvolver atividades próprias de subsistência, parcela significativa dos trabalhadores, para manter-se, assalaria-se, na mesma propriedade em que trabalham como parceiros ou em outras propriedades. Quando o parceiro trabalha por dia para o proprietário fundiário do qual também é sócio, recebe um salário inferior ao que receberia de outro empregador. As mulheres e as crianças têm os seus salários reduzidos à metade do preço corrente da força de trabalho masculina e adulta. E ainda há quem diga que o parceiro tem autonomia ! A autonomia que tem é a de contrair relações de parceria. Afora isto, não desfruta de nenhuma autonomia. A propriedade limitada de meios de vida e de trabalho impede-lhe a reprodução autônoma. A relativa maleabilidade do horário de trabalho não o beneficia. Longe disso. É para que trabalhe mais do que normal. Ademais, apesar de sócio, nada decide. Toda decisão é tomada por seu sócio. Mesmo este age sob condições dadas, que são determinadas pelo capital. Todo o processo produtivo é diretamente comandado por esse ser social, cuja expansão depende da crescente extração do trabalho alheio não-pago. Como conciliar a tirania do capital e a autonomia do trabalho a ele subordinado ? A propalada autonomia do parceiro é um engodo. Agora entendemos, concluem, por que nos aceitou como sócios. Quer explorar a maior propriedade que temos: a força de trabalho

familiar (70). O resto é de somenos importância. Serve apenas para restringir os gastos e os riscos da produção. Enquanto trabalhamos brutalmente para sobreviver e garantir a nossa condição de parceiros, o nosso sócio enriquece. Apropriou-se do nosso sobretrabalho. Pretendemos, pois, no mínimo, um rendimento mais equitativo ao trabalho despendido.

Em que pese essa reivindicação, raramente ela chega à justiça. No mais das vezes, os desentendimentos entre o trabalhador direto e o explorador agrário são resolvidos no âmbito da propriedade. A legislação trabalhista, introduzida no meio rural em 1963, não vige para a parceria. A instituição do Estatuto da Terra, em 1964, a excluiu daquela lei. Somente em situações em que o parceiro também se assalaria na propriedade em que é parceiro, configurando-se o vínculo empregatício, é que ele se submete à legislação trabalhista. Nesse caso, quando não consegue um rendimento igual ao salário mínimo vigente, recorre ao sindicato ou à promotoria, exigindo a complementação salarial. Afora esse caso, o sindicato só é procurado pelo parceiro para prestar-lhe serviços assistenciais, a saber: auxílio médico, hospitalar, dentário, etc. O Sindicato, por sua vez, estimula esse procedimento. Deixa de ser um autêntico representante dos interesses dos trabalhadores. Além disso, nem sempre o parceiro é filiado ao sindicato, porque o FUNRURAL lhe presta

(70) É a mecanização de determinadas operações que torna possível ao capital apertar o cerco à força de trabalho familiar e ao trabalho em geral. Compare-se, a respeito disso, a produção motomecanizada com a produção manual vigente na década de cinquenta. Cf. pp. 62 a 64, onde se demonstra que a organização da produção ajustava-se, aí, ao trabalhador, sendo o domínio do capital apenas formal. Somente a partir dessa época é que a oportunidade de obtenção de resultados econômicos satisfatórios, isto é, a remuneração normal do capital, impulsiona o crescimento da cebolicultura. Cf. pp. 64 e 65.

tal assistência.

Houve época em que os conflitos sociais se expressavam de modo áspero e intenso. Os anos imediatamente anteriores à introdução da legislação trabalhista no campo foram marcados por sucessivas reclamações de trabalhadores contra a exploração a que estavam submetidos. Essas reclamações, se bem que pessoais e isoladas, serviram para fazer sentir a necessidade de formas organizadas de luta. Data dessa época, a criação de sindicatos dos trabalhadores rurais, em decorrência da efervescência social no meio agrário brasileiro.

Sob esse ambiente tenso, nacional e local, em março de 1963, por iniciativa de trabalhadores e de um médico, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Rio Pardo. Nesse mesmo mês, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia os direitos trabalhistas ao homem do campo. Esse dispositivo legal, que estabelece piso salarial mínimo e limita a duração da jornada de trabalho, além de outros direitos já assegurados ao trabalhador urbano, agudizou o confronto entre trabalhadores e proprietários fundiários. As reivindicações e aos consequentes conflitos trabalhistas, estes últimos senhores respondiam com o incremento do uso do trator e de implementos agrícolas. Tratava-se, então, de rebaixar o custo da força de trabalho, incluindo-se a de parceiros, elevando a produtividade do trabalho mediante o progresso técnico. Este atuou destrutivamente sobre o colonato (*). Com a crescente destruição dessa forma de produção, não obstante a expulsão de trabalhadores do campo, em determinados momentos havia falta de pessoas capacitadas para o trabalho. Essa escassez periódica de força de traba

(*) O colonato caracteriza-se: a) pela utilização da unidade familiar de trabalho; b) pela remuneração proporcionada à tarefa realizada; c) pela cessão ao trabalhador da terra para o cultivo de cereais, em parceria ou por conta própria. Ver a respeito, José César Gnaccarini, *Op. cit.*, pp. 94 e 95; Vinicius Caldeira Brant, "Do colono ao bóia-fria...", In: *Estudos Cebrap*, nº 19, p. 51.

lho levava os proprietários a disputar por trabalhadores, o que pressionava os salários para cima^(*). O encarecimento da força de trabalho impunha a necessidade de adoção de novos meios de produção.

A lei trabalhista, ao regulamentar a jornada de trabalho, ao estabelecer um piso salarial mínimo, férias remuneradas, etc., incentivou o desenvolvimento das forças produtivas materiais, acelerando artificialmente a transformação agrária que se processava de maneira lenta e espontânea. Disso redundou um maior domínio do capital sobre o trabalho alheio não-pago. Esse domínio foi permeado, de uma parte, por um aumento da concorrência entre os que exploram o trabalho e, de outra, por aumento da concorrência entre os produtores diretos.

Nos anos que se seguiram a 1964, os trabalhadores perderam a sua capacidade de luta: em parte, por causa da repressão que assolou o país - de que uma das manifestações em âmbito local foi a destituição da diretoria do recém-criado sindicato dos trabalhadores rurais; em parte, por causa da instituição do Estatuto da Terra, que objetivava, entre outras coisas, abrandar as tensões e os conflitos sociais. Depois da intervenção no sindicato, foram eleitas apenas duas diretorias: uma delas, empossada logo após a queda da primeira diretoria, em 1965, permaneceu na direção do sindicato até 1969; a outra, reeleita várias vezes, permanece na direção do sindicato até hoje. Isso, porém, não quer dizer que as contradições e os antagonismos entre trabalhadores e proprietários tenham amenizado. Ao contrário, as medidas mencionadas, ao favorecerem a ampliação das condições da produção, aguçaram as contradições e os antagonismos entre os que personificam o trabalho e os que personificam o capital.

(*) Lembremos que a parceria era um meio de atrair e reter a força de trabalho na propriedade, bem como de rebaixar o seu custo. Ademais, por colocar o trabalhador na condição de sócio, amortecia os conflitos entre este e o proprietário fundiário.

Custo de Produção e Renda na Exploração de Cebola
 Código: SJ-12A Ano agrícola: 1975/76

Área 26,62 ha prod.9.977sc.45kg	Volume físico			Valores monetários			
	Total	por ha	por saco	Total cr\$	por área	por saco	
A-Mão-de-obra							
Comum-homem	55	2,06	42,82	2355,10	88,47	0,24	0,
CH-emprego	4508	169,35	20,00	90160,00	3386,92	9,03	11,
Mulher	8	0,36	32,56	260,48	9,79	0,03	0,0
MC emprego	2170	81,52	15,13	32840,28	1233,67	3,29	5,
Categoriz.	284	10,67	65,97	18735,48	703,81	1,88	2,
Sub-total A	7025	263,90	0,70	144351,34	5422,66	14,47	22,
B-Máquina, anim.							
Trat.	98	3,68		16916,52	635,49	1,70	2,
Carreta	80	3,01		4076,55	153,14	0,41	0,
Ferguson	67	2,52		10509,37	394,80	1,05	1,
Arado	58	2,18		1068,36	40,13	0,11	0,
Grade	34	1,28		796,28	29,91	0,08	0,
Plantadeira	9	0,34		527,15	19,80	0,05	0,
Riscador	2	0,08		34,71	1,30	0,00	0,
Burro				690,00	25,92	0,07	0,
Sub-total B	348	13,09		34618,94	1300,49	3,47	5,
C-Materiais							
Semente				90733,50	3408,47	9,09	1,
Adubo orgân.	150249	5.644	15,06	59202,12	2223,97	5,93	9,
Adubo quím.	89256	3.353	8,95	81407,27	3058,13	8,16	1,
Inseticida				6637,21	249,33	0,67	1,
Sub-total C	239505	8.997	24,01	237980,10	8939,90	23,85	36,
Ordenado emp.				10.319,76	387,67	1,03	1,
Depr.geral				11.933,79	448,30	1,20	1,
Prod.ced.propr.				358,06	13,45	0,04	0,
F-Custo de produção (D+E-outras)	646.219,09			24.275,70	64,77	100,	
G - Renda bruta	679.987,50			25.544,23	68,16	-	
H - R.líquida total	33.768,41			1.268,53	3,39	-	

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DA CEBOLA

Vimos que o processo de produção da cebola se decompõe em duas fases distintas e complementares: a da formação das mudas e a da lavoura propriamente dita. Primeiro, forma-se a sementeira, de onde as mudas são extraídas e, em seguida, transplantadas para o local definitivo da lavoura. Nos primórdios do cultivo da cebola, em meados dos anos cinquenta, os canteiros de sementeira eram preparados durante os meses de abril e maio. No Estado de São Paulo, de modo geral, e na região em estudo, em particular, apenas as variedades de ciclo curto produzem bulbos (71). Destas, as mais usadas em nosso meio foram a Pera e a Canária, de procedên-cia norte-americana e das Ilhas das Canárias, respectivamente. Apesar de resistentes, são menos precoces que as novas variedades, a saber, Texas Early Grano 502, Excel (Bermuda

(71) Olympio de Toledo Prado, "Cultura da Cebola", in: O agrônômico, ano 4, nº 58, p. 1. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da Cebola", In : O agrônômico, vol. 21, nºs 1 e 2, p. 10.

986) e Granex (Híbrida) (72). A introdução das variedades mais precoces (73) possibilitou a antecipação da sementeira dos meses de abril e maio para os de fevereiro e março; logo, possibilitou a antecipação da colheita dos meses de setembro e outubro para os de julho e agosto. O produto passou, então, a entrar no mercado numa época menos competitiva (74). Isso se deu por volta de 1960. A partir daí, a cebolicultura inaugura uma nova fase, com a crescente presença, no seu interior, de produtos industrializados: tratores,

(72) Texas Early Grano 502; produz bulbos comerciáveis num ciclo de 4 a 5 meses após a sementeira; apresenta bulbos grandes, elípticos, de coloração amarela, película e pescoço finos, boa uniformidade e consistência média; pouco resistente ao armazenamento. Excel (Bermuda 986): é uma seleção americana melhorada da antiga variedade Amarela Chata das Canárias; apresenta bulbos relativamente achatados, de coloração amarela, firmes, película e pescoço finos e boa uniformidade; é pouco resistente ao armazenamento. Granex: híbrido de dia curto, bulbos amarelos e chatos, pouco resistente ao armazenamento. Cf. Maria Helena Tabim Marcarenhas, "Cultivares de cebola", in Informe agropecuário, 6 (62), p. 17.

(73) As variedades são mais ou menos precoces relativamente ao período necessário à formação dos bulbos. Por bulbos entendemos a espécie de caule subterrâneo, cujo tipo mais comum é a cebola. São tunicados (invólucro chamado túnica), concêntricos, formados pelas bainhas das folhas, que se tornam carnosas e suculentas, sobrepondo-se uma às outras, e recobertas, exteriormente, por escamas secas, de coloração amarela, roxa, branca, dependendo da variedade. Cf. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções para a Cultura da cebola", in: Boletim nº 164, p. 1.

(74) Waldemar Pires de Camargo Filho: "Situação do abastecimento de cebola no Brasil", in: Informações econômicas, IEA., janeiro de 1980, p. 32; "Concentração da produção de cebola no Brasil", ibid., maio de 1980, p. 24.

arados, grades, cultivadores, pulverizadores, bombas elétricas e a diesel, adubos artificiais, inseticidas, fungicidas, etc. Até então, por causa da falta de mecanismos de impulsão d'água para os locais mais altos, a sementeira situava-se obrigatoriamente nas baixadas, perto da fonte d'água, de onde também se avizinhava o terreno de transplantação. O terreno no qual se edificava a sementeira era plano, bem batido de sol, argiloso e o mais rico possível em matéria orgânica, a fim de conservar bom teor de umidade, não formar crostas, facilitar os tratos e a extração das mudinhas na ocasião da transplantação. Tais características do solo são válidas para os dias atuais. Sobre esse aspecto, a diferença existente entre o momento anterior e o presente é a de que, com a adoção de bombas elétricas a diesel, a cultura da cebola foi deslocada para os locais mais altos, mais adequados à planta e, portanto, mais produtivos.

É grande a influência do clima na sementeira. Tempo chuvoso e quente lhe é inadequado. O excesso de umidade é desfavorável à germinação das sementes. É comum a perda de sementes e de mudas pela manifestação de doenças. Os bulbos originários de sementeira nessas circunstâncias são de má qualidade e aparência. A tendência à emissão de pedúnculo floral, principalmente quando a temperatura abaixa, compromete a conformação interna e externa dos bulbos, envoltos por películas espessas, que lhes dão mau aspecto. Além disso, o máximo desenvolvimento sob forte calor e chuvas prolongadas antecipa o ciclo da planta, forçando-a, desde logo, a entrar no segundo ciclo, com emissão de folhas e raízes novas. Em consequência, os bulbos não amadurecem, porque, para isto, são indispensáveis a morte das raízes e o murchamento das hastes. Se se forçar a colheita, a cebola será afetada por seu amadurecimento prematuro, com a perda de características que tem quando amadurecida em circunstâncias normais, a saber, bulbos mais enxutos e leves e películas

exteriores brilhantes e quebradiças. Por outro lado, a semente a partir do mês de abril, tardia, portanto, não obstante realizar-se sob temperatura mais fresca e tempo menos chuvoso (75), inibe o desenvolvimento da planta e dos bulbos. A produção decresce com a semente tardia, pois quanto mais retardatária for a semente menor será o ciclo da planta. A planta e os bulbos crescem pouco. Aumenta o número de "charutos" (76).

O local da sementeira também é decisivo. Quanto mais arejado e ensolarado, melhor para a planta. Daí a importância da preparação dos canteiros. A inobservância de aspectos elementares nesse momento concorrerá, para o malogro do empreendimento (77). A sementeira devem ser propiciadas umidade e temperatura adequadas à germinação e ao crescimento das mudas, nutrientes, isenção de elementos causadores de doenças e condições de fácil manuseio da planta. O terreno

-
- (75) Enquanto o verão apresenta a média de 750 mm em dias de chuva e a temperatura média de 21,8°C, o outono e o inverno apresentam, respectivamente, as médias de 282 mm em 25 dias de chuva e 19,7°C; 56 mm em 9 dias de chuva e 16,7°C. Cf. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; "Clima do estado de São Paulo", In: Zoneamento agrícola do Estado de São Paulo, vol. 1, 1974.
- (76) Olympio de Toledo Prado. "A Cultura da cebola", In: O agrônomo, vol. I, nºs 1 e 2, pp. 3, 4 e 5; "Instruções práticas: à cultura da cebola", In: O agrônomo, vol. 12, nº 9 e 10, pp. 12 e 13. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., pp. 12, 13 e 14; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 4. Maria Helena Tabim Mascarenhas, Op. cit., p. 17. Esclarecemos que "charutos" são bulbos cuja forma é alongada.
- (77) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., pp. 13 e 14; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 5. Olympio de Toledo Prado; "A cultura da cebola", Op. cit., p. 5; "Instruções práticas: à cultura da cebola", Op. cit., pp. 14 e 15.

entre si pelo comprimento da prancha. À medida que os ani mais se moviam, arrastavam a madeira sobre a terra, acertando-a (79). A seguir, efetuava-se o desterroamento e o revolvimento do solo com o enxadão e a enxada, instrumentos que os trabalhadores também utilizavam para erguer, acertar e retocar os canteiros. Muito embora a introdução dos primeiros tratores e acessórios, na região em estudo, date de 1954, a sua utilização na cebolicultura só começa a despon-tar efetivamente em fins da década de cinquenta, intensifi-cando-se no decorrer dos anos sessenta, principalmente de- pois de 1967, quando se generaliza. Na medida em que se expande o seu emprego, as condições técnicas da produção vão-se modificando. Progressivamente, o trabalho de aração e de gradeação passam a ser mediatizados pela motomecanização. o trator substitui o animal; o arado movido por motor subs-titui o arado movido por animal; a grade acoplada ao trator substitui o pranchão amarrado em dois animais; e sulcador puxado por animal substitui a enxada na abertura dos sulcos. A prepara- ção do terreno da sementeira torna-se praticamente motomeca- nizada. Só não o é plenamente porque o levantamento dos can- teiros é feito com o sulcador de tração animal e os acertos finais continuam sendo feitos com a enxada. Nesse sentido , há um ajuste entre as operações motomecanizadas e as ma- nuais. Não afirmamos, com isso, tratar-se de um sistema misto. Afinal, a primeira forma de operar é hegemônica. Apesar disso, há uma barreira à plena mecanização: o uso da enxa- da no desterroamento e acerto dos canteiros de mudas res- tringe a mecanização dessas operações. De outro lado, cons- titui-se em complemento indispensável dela. Todavia, o mais

(79) Lançava-se mão "dum pranchão para aplainar (...) o ter-reno". Cf. Olympio de Toledo Prado, "A cultura da cebo-la", Op. cit., p. 7.

não pode ser inclinado. Se o for, em vez de a água infiltrar-se no solo, ela escorre, levando consigo o adubo aplicado. Ademais, a inclinação tende a provocar desequilíbrio na água. Enquanto os pés dos riscos permanecem secos, as suas cabeceiras apresentam excesso de umidade. Mesmo em se tratando de terreno excessivamente úmido, a inclinação da sementeira é desaconselhável. O que se faz, nesse caso, é uma pequena vala ao lado do canteiro, para drená-lo melhor. Mas não é só. Para que a sementeira mantenha um escoamento adequado e possa resguardar-se das enxurradas, ela é construída numa altitude de vinte centímetros acima do nível do terreno. Altura maior provoca o ressecamento dos canteiros, sendo desaconselhável em circunstâncias normais. Apenas em terrenos úmidos ou épocas chuvosas é que se costuma dar à sementeira uma altitude superior a vinte centímetros (78). De outro lado, os canteiros de sementeira são demarcados acompanhando a linha de nível. O nível dos canteiros é fundamental ao escoamento d'água, que, por seu turno, é imprescindível à salubridade das mudas. Esta, aliás, está para o escoamento d'água, assim como aquele está para o nível dos canteiros. Se estes não forem bem nivelados, a planta fatalmente será prejudicada pela umidade excessiva, proveniente das chuvas e também das irrigações.

O terreno escolhido para a confecção da sementeira é, sempre que possível, bem arado, gradeado e desterroado. No início, a terra era preparada por meio de arado puxado por animal. Depois, aplainava-se o terreno, mediante a aplicação de uma prancha atrelada em dois animais, distanciados

(78) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 6. Paulo César Rezende Fontes et alii, "Métodos de plantio de cebola visando à produção de bulbos", In: Informação agropecuária, Op. cit., p. 28.

importante disso tudo não é a motomecanização em si e sim a potenciação do trabalho, isto é, o incremento da produtividade do trabalho. Noutras palavras, o fundamental é a ampliação das forças produtivas e a sua associação à organização social da produção. Cabe aqui uma observação: no começo, a preparação do terreno de sementeira era feita pelo parceiro; nos tempos recentes, com a introdução e a difusão de novos meios de trabalho, os preparativos iniciais do terreno da sementeira são executados por assalariados do proprietário fundiário. É no erguimento dos canteiros que começa o trabalho do parceiro.

Erguer os canteiros consiste em abrir os sulcos por meio de sulcadores movidos por animal ou, menos frequentemente, por trator. Neste caso, prescinde-se do parceiro. No seu lugar aparece o assalariado. Ao parceiro compete então, mediante o uso da enxada e do rastelo, dar acabamento aos canteiros de sementeira. As operações de acabamento resumem-se em desterroar, nivelar, revolver e assentar a terra.

A disposição dos canteiros é em linha reta, transversal ao declive do solo (80). Medem, em regra, dez metros de comprimento e um metro de largura. Isso quando o terreno é plano. Quando o terreno é acidentado, a dimensão dos canteiros é menor. Nesse caso, não ultrapassam a cinco metros de comprimento e um metro de largura. A altura dos canteiros, salvo situações excepcionais, é sempre de vinte centímetros. Embora no início do cultivo da cebola o tamanho dos canteiros fosse menor (quatro metros de comprimento e um metro de largura), atualmente, em algumas culturas, os canteiros são mais estreitos e menos longos que o tamanho usual:

(80) "O comprimento do canteiro pode variar(..), mas a direção deve ser sempre perpendicular ao declive do terreno". Cf. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 6.

possuem sessenta centímetros de largura e seis metros de comprimento. Os proprietários dessas culturas entendem ser essa medida mais adequada à sementeira, por garantir-lhe maior produtividade, em decorrência do bom teor de umidade, que proporciona e que funciona como medida profilática. Ademais, canteiros muito longos dificultam o trânsito dos trabalhadores na sementeira e, por conseguinte, a execução das operações de sementeira, capina, escarificação e pulverização.

O espaço entre um canteiro e outro é de quarenta centímetros, formando assim pequenas ruas por onde circulam as pessoas e a água das chuvas e da irrigação. Em caso de irrigação por sulcos, predominante no período inicial da cebolicultura e hoje praticamente extinta, a água corre nesses regos, constituindo pequenas poças, de onde é extraída e distribuída pelos canteiros com o regador ou uma espécie de cuia, mais precisamente, uma lata pregada na ponta de um pau semelhante ao cabo de enxada. Esse instrumento, usado ainda na década de cinquenta, logo foi substituído pelo regador, que perdurou até a adoção da irrigação por aspersão nos últimos anos da década de sessenta e no decorrer dos anos setenta. O aspersor simplificou a irrigação e reduziu sensivelmente o trabalho necessário à realização dessa operação.

Não obstante a sementeira seja a lanço, procura-se dar maior uniformidade possível ao distanciamento das mudas nas linhas de plantação e entre elas. No início, cada metro quadrado de canteiro continha cinco gramas de semente (81) e cada canteiro comportava, em média, vinte gramas de semente de cebola. Obedecendo à mesma proporção, duzentos metros quadrados de sementeira absorviam um quilo de semente, mil metros quadrados absorviam cinco quilos de semente, dez mil

(81) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 6.

metros quadrados absorviam cinquenta quilos de semente, etc. Se para cada hectare (dez mil metros quadrados) de terra de replante de mudas empregava-se aproximadamente um quilo de semente, cinco hectares (cinquenta mil metros quadrados) de terra, por exemplo, requeriam cinco quilos de semente; dito de outro modo, duzentos metros quadrados de sementeira forneciam mudas para o transplante de um hectare de terra, mil metros quadrados de sementeira forneciam mudas para o transplante de cinco hectares de terra...

Ainda hoje a proporção de semente por metro quadrado de canteiro é de cinco gramas, ou seja, de um quilo de semente para cada duzentos metros quadrados de sementeira. Se a densidade de semente for maior que essa, as mudas nascem muito próximas umas das outras. A alta densidade da sementeira dificulta a sua oxigenação. Tal fato interfere negativamente no desenvolvimento das mudas. Debilita-as (82). Além disso, no caso de chuvas excessivas, mesmo quando há adequada drenagem d'água nos canteiros, aumenta a probabilidade de incidência da mela (fungo). Se se diminuir muito a densidade, de modo a ampliar o espaço entre as mudinhas, criam-se ervas daninhas em demasia, o que dificulta e encarece a produção, pois competem com a planta, que passa a exigir cuidados excessivos. A proporção adequada é de cinco gramas de semente por metro quadrado de canteiro, visto que possibilita uma maior e melhor produção de mudas. Considerando-se um aproveitamento de oitenta por cento da sementeira, obtém-se uma média de cem mil mudas por quilo de semente. Isso nas explorações mais intensivas, onde, numa área menor de sementeira, produz-se uma maior quantidade de mudas, sem que se verifiquem perdas qualitativas. A respeito disso, cumpre observar

(82) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 7.

que as mudas de primeira não são necessariamente as de haste cujo diâmetro gira em torno de cinco milímetros, como normalmente se apregoa (83). As mudas menores inclusive se adaptam melhor ao terreno de transplantação. O fundamental é a haste nuclear, denominada "guia". Desde que as mudas a tenham, e não contenham doenças nem cabecinhas, a sua qualidade é considerada satisfatória.

Retomemos o assunto anterior. Aparentemente, não há diferença de produtividade entre a fase atual e a inicial da sementeira. Em ambas, a proporção de semente por metro quadrado de canteiro é de cinco gramas. Isso, porém, não quer dizer que sempre se produziu uma média de cem mil mudas por quilo de semente. Comparemos um pouco mais os dois casos. Dissemos que um quilo de semente supria de mudas um hectare de terra de transplantação, cinco quilos de semente supriam de mudas cinco hectares de terra de transplantação, etc. Hoje, nas explorações mais intensivas, a relação existente entre quantidade de semente e área de terra lavrada é de dois quilos e setenta e cinco gramas de semente por hectare (84). Apenas dois hectares de terra de transplantação consomem cinco quilos e quinhentos gramas de semente, ou seja, cinquenta gramas a mais do que antes era consumido por cinco hectares. Na realidade, a produtividade da sementeira era menor. As condições técnicas da produção eram outras. Afora a aração e o aplainamento do terreno, que se apoiavam na utilização de mecanismos rudimentares, nas demais operações a enxada constituía o principal instrumento de trabalho. A limpeza, o desterroamento, o nivelamento, o acerto do terreno eram realizados manualmente. O mesmo ocor

(83) Essa idéia é defendida pelos técnicos agrícolas. Humberto Ribeiro de Campos, por exemplo, diz: "são consideradas mudas de primeira as de hastes com diâmetro superior a 5 milímetros(..)" "Instruções práticas: cultura da cebola", *Op. cit.*, p. 17.

(84) Ver, a respeito, as nossas considerações iniciais sobre a intensidade das explorações.

ria com o erguimento, o acabamento, a adubação e as carpas . A irrigação era por sulcos. O uso de adubos e venenos era muito pequeno. Obviamente, nessas circunstâncias, a manifestação de pragas e doenças era bem maior. A própria quantidade das mudas nos canteiros, menos densa, favorecia o crescimento de ervas daninhas, concorrentes das mudas e, por isso mesmo, restritivas de sua produção. Acrescenta-se a isso, o maior índice de requeima das mudas, resultante da localização da sementeira nas baixadas. Até fins da década de cinquenta e começo da de sessenta, malgrado a grande magnitude de trabalho materializado na formação e manutenção da sementeira, ela apresentava baixa intensidade: plantava-se pouco, a base técnica e as práticas agrícolas eram rudimentares. Além do mais, dado o maior espaçamento entre os canteiros, em virtude da irrigação por sulcos, entre as linhas de plantação e entre as mudinhas dentro das linhas de plantação, eles ocupavam uma faixa mais extensa de terra.

Antes de semear, distribuía-se esterco de curral sobre a superfície dos canteiros. Logo após, o esterco era misturado com a terra, por meio de um ancinho (85). Essa adubação era realizada imediatamente antes da sementeira. O emprego do estrume curtido e seco dispensa um intervalo entre a adubação e a sementeira.

Adubado o terreno, procedia-se à sementeira. Essa era feita a lanço, mas em linha, na superfície dos canteiros. Apesar de a sementeira ser a lanço, procurava-se manter certo distanciamento, a fim de evitar uma grande densidade de mudas. As sementes eram desinfestadas com cinza. Além disso, para auxiliar a sementeira, elas eram adicionadas em areia peneirada. A areia clara e seca permite uma identificação das sementeiras.

(85) Não possuímos informações sobre a quantidade de adubos aplicados na sementeira nessa época. Tudo indica, porém, que era muito pequena.

tes escuras. O trabalhador sabe, assim, com precisão, onde e quantas sementes caem (86).

Em seguida, cobriam-se as sementes com terra de ma^{to} ou esterco de curral e a superfície da sementeira com uma leve camada de capim seco, sem semente, ou de palha de arroz. Essa prática visava a proteger as sementes em germinação dos raios solares, a manter os canteiros mais úmidos, restringindo inclusive a quantidade de irrigação, a evitar a eliminação do esterco por chuvas pesadas e a formação de ervas daninhas. Tão logo iniciasse a germinação, o que ocorria entre seis e oito dias após a sementeira, a cobertura era retirada paulatinamente, de preferência à tarde, horário em que a temperatura é menos hostil, principalmente nos dias de sol quente. Caso se atrasasse a retirada da cobertura, esta não só impedia o erguimento da planta, como, ao ser retirada, não raro trazia consigo as tenras mudinhas nela entrelaçadas (87).

Antes disso, porém, uma vez semeado o canteiro, irrigavam-no copiosamente. Nos primeiros dias, as irrigações eram realizadas de manhã e à tarde. Assim que as plantinhas atingissem certo tamanho, suprimia-se a irrigação da manhã. Isto até às vésperas da transplantação, quando então a irrigação era reduzida, de maneira a proporcionar-lhes condições para melhor adaptação à vida que passariam a ter no campo. Contudo, previamente à extração das mudas, a sementeira era fartamente irrigada. A terra molhada auxilia a execução des-

(86) Olympio de Toledo Prado. "A cultura da cebola", Op. cit., p.6; "Instruções práticas: a cultura da cebola", Op. cit., p. 15. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 16; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 8.

(87) Olympio de Toledo Prado: "Instruções práticas: a cultura da cebola", Op. cit., p.16; "A cultura da cebola", Op. cit., p.6; Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p.16; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 8.

sa operação (88).

As mudas arrancadas eram colocadas num lugar fresco, onde eram preparadas. O preparo consistia no corte de parte das raízes e das folhas. Cortavam-se as raízes para evitar que elas ficassem enroladas, embaixo da terra. Diminuía-se o comprimento das folhas, a fim de diminuir a evaporação, evitando-se, com isso, um desequilíbrio na planta e um forte murchamento. O ponto exato do transplante era quando as plantinhas atingiam uma espessura pouco menor que a de um lápis (89), o que se dava cerca de sessenta dias após a sementeira (90). A partir daí tinha início o transplante. Entrementes, havia os tratamentos culturais: a irrigação era por infiltração; as carpas eram manuais; a adubação química e o combate às pragas e doenças praticamente inexistentes. É com a introdução de novos meios de trabalho, fundamentalmente o trator e acessórios, dotados de maior capacidade produtiva, das variedades mais precoces de semente e de outros produtos industrializados, a saber, adubos químicos, inseticidas e fungicidas, que se abre uma nova fase para a cultura da cebola. A adoção de bombas elétricas e a diesel facilitou a operação de irrigação e propiciou o deslocamento da sementeira e da lavoura para os locais mais altos, cujas condições edáficas e climáticas adequam-se melhor à planta. A utilização de variedades de semente precoces diminui o ciclo da sementeira. As mudas entram na fase de replante a partir do quadragésimo dia após a germinação. A maior quantidade de sol, a altitu

(88) Olympio de Toledo Prado: "A cultura da cebola", Op. cit., p. 6; "Instruções práticas: a cultura da cebola", Op. cit., p.17. Humberto Ribeiro de Campos; "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., pp. 16 e 17. Paulo César Rezende Fontes, Op. cit., p. 28.

(89) Essa era a concepção vigente na época. Ver, a respeito, as nossas considerações anteriores.

(90) Olympio de Toledo Prado, "A cultura da cebola", Op. cit., p.6.

de, a qualidade e a porosidade do terreno, o arejamento e o teor da umidade dos canteiros contribuem para a redução do ciclo e, por conseguinte, para a antecipação da safra. Com isso, a cebola passou a entrar no mercado num período menos competitivo, quer dizer, de preço mais elevado (91). Isso estimulou a expansão e a intensificação do seu cultivo. A quantidade de semente plantada aumentou progressivamente. Ao mesmo tempo, tem-se a aplicação crescente de produtos naturais e artificiais na sementeira. Esse processo que se iniciara em fins dos anos cinquenta e começos dos anos sessenta, avoluma-se no decorrer destes últimos, principalmente depois de 1967. Nesse momento, aos elementos apontados incorpora-se mais um, de importância extraordinária: o aspersor. A ele liga-se a crescente construção de açudes. A introdução da variedade híbrida de semente também é dessa época. De modo que, nos dias atuais, preparado o solo, com o uso de máquinas, são-lhe incorporados adubos orgânico e químico, numa proporção de dois quilos e quinhentos gramas de esterco de curral mais cento e cinquenta gramas de sulfato de amônia por metro quadrado de sementeira.

Bem entendido, essa adubação refere-se às condições agronômicas normais. Não é demais lembrar a sua variação de acordo com a fertilidade da terra, o poder financeiro e a intensidade da cultura de cada propriedade. Em solos muito ácidos, pouco frequentes na região, para a produção satisfatória de mudas é indispensável que o terreno seja arado e nele incorporado calcário para elevação do ph., pe-

(91) "O cultivo das cebolas claras precoces apresenta a vantagem de proporcionar parte da produção da entressafra e de ter alta produtividade, não sendo exigente de foto-periodismo(..)", Cf. Waldemar Pires de Camargo Filho e Ana Maria Montagio P. de Camargo, Op. cit., p. 24.

lo menos dois meses antes de se efetuar a sementeira (92). Em explorações carentes de recursos, nem mesmo a adubação usual é feita. Casos como este, em que os produtores se submetem a uma situação de "insuficiência econômica" (93), se nos apresentam com certa regularidade.

A adubação continua manual. É a lanço, sobre a superfície dos canteiros. É executada pelo parceiro, imediatamente depois da confecção dos canteiros, aproximadamente dez dias antes da sementeira. Embora esse prazo seja o desejável, nem sempre ele é respeitado. Dada a escassez de tempo, muitas vezes a sementeira é efetuada logo em seguida aos últimos reparos dos canteiros. Nesse caso, a germinação poderá ser prejudicada. Uma germinação normal requer o espaço de tempo necessário à amalgamação do adubo com a terra e ao nascimento de matos, para que possam ser arrancados antes da sementeira. Nesse meio tempo, as escarificações são imprescindíveis, por misturarem a terra com o adubo e tornarem-na mais solta.

A sementeira a lanço ainda é o método mais eficiente. De um lado, porque, apesar de manual, facilita o trabalho, por não exigir demarcação de espaços entre as covas. De outro lado, porque implica um melhor aproveitamento do terreno: quando a densidade das mudas é grande, extraem-se as excedentes, preservando-se o espaçamento necessário à oxigenação adequada à planta; quando a densidade das mudas é pequena, seja por sementeira insuficiente, seja por germinação insatisfatória, procura-se preencher os espaços vazios por meio de nova sementeira; e por último, quando a germinação é hetero

(92) Paulo César Rezende Fontes et alii, Op. cit., p. 28.

(93) Empregamos o termo "insuficiência econômica" no sentido imputado por Karl Kautsky, A questão agrária, pp. 187 e 199.

gênea, há possibilidade de transferência de mudas das áreas densas para as áreas rarefeitas dos canteiros. Assim, de um modo ou de outro, salvo situações anômalas, isto é, de infestação de fungos ou insetos, é possível controlar a germinação e a distribuição das mudas, garantindo uma maior uniformidade à sementeira e facilitando os tratos culturais.

A sementeira é feita em riscos transversais ao comprimento dos canteiros, de um centímetro e meio de profundidade. As sementes são postas manualmente nos riscos, sem o acréscimo de qualquer artifício. A junção de areia clara às sementes, visando identificar quantas destas caem e onde caem, é hoje uma prática fora de uso. Ademais, como as sementes já vêm desinfestadas das fábricas, é dispensável o emprego de qualquer substância. Conforme mostramos, a proporção de semente por área lavrada e a produtividade da terra e do trabalho cresceram consideravelmente.

A medida que as sementes vão sendo distribuídas nas linhas de plantação, vai-se realizando a cobertura das mesmas. Uma pessoa, de cada família, geralmente a mais habilitada para a execução dessa operação, semeia, enquanto outras, atrás dela, cobrem as sementes com esterco de curral puro ou batido com barba timão - resíduo de casca de madeira usada para curtir couro e cuja finalidade é diminuir a incidência de mato. Portanto, as sementes não são cobertas com a terra do próprio canteiro. Tampouco usa-se cobrir a superfície dos canteiros com capim seco ou palha de arroz, como proteção do sol e das chuvas. Trata-se, agora, de um procedimento desnecessário. A irrigação atenua o calor e a altitude dos canteiros assegura a drenagem d'água necessária. Por outro lado, além de encarecer a produção, por exigir uma carga maior de trabalho, a sua retirada, mesmo que cuidadosa, provoca danos nas mudinhas. Do mesmo modo que, no período inicial, a sementeira é parcelar. A relevância econô-

mica desse procedimento, bem como a da cooperação familiar do trabalho, foram tratadas no capítulo anterior. O que enfatizamos aqui é que esse procedimento tem por escopo suavizar o acúmulo de trabalho presente para ampliar a acumulação de capital.

A irrigação é por aspersão. Introduzida em fins da década de sessenta, a irrigação por aspersão difundiu-se por todas as explorações de cebola. As implicações do seu uso serão discutidas logo mais. Fica mencionado, entretanto, que o aspersor, assim como o trator e outros produtos industriais revolucionaram a cultura da cebola. Como observamos, excesso ou falta de umidade nessa fase provoca perdas consideráveis. De modo geral, irriga-se de manhã e à tarde, diariamente, até a germinação. Daí em diante, é costume irrigar uma só vez por dia, de manhã ou à tarde, com exceção dos dias de temperatura elevada, em que também é feita uma irrigação no meio do dia. A irrigação matutina é preventiva, por impedir a requeima causada pelos efeitos dos raios do sol sobre as plantinhas envoltas de orvalho. No entanto, normalmente a irrigação é realizada à tarde, período em que a retenção da umidade pelo solo é maior.

A irrigação diária, a extração da vegetação natural e o controle de pragas e doenças requerem cuidados constantes. Apesar disso, a execução dessas operações não exige uma magnitude elevada de braços por área cultivada. Elas são mecanizadas. As carpas sim, por continuarem manuais, persistem consumindo grande quantidade de trabalho. Por isso, é comum nessa faina mulheres e crianças trabalharem tenazmente ao lado dos homens. A propósito, cumpre salientar que se adaptam melhor que os homens à realização de certas operações. É o que se verifica no combate às ervas daninhas. Trabalho leve, mas que exige mãos ágeis. A carpa, por

ser manual (94), implica o posicionamento de cócoras. As crianças, sobretudo pela mobilidade que lhes é peculiar, cum prem essa função de modo exemplar. Embora simples, trata-se de um trabalho intenso, que exige muita atenção, porque se o mato crescer em demasia sufoca as mudas; ademais, na sua extração, corre-se o risco de extirpar mudas.

Não é diferente nas outras operações descritas. A irrigação é realizada por qualquer pessoa. A mecanização e a facilidade de remanejamento dos tubos dispensam a força física; mulheres e crianças incluem-se na execução dessa operação. Além disso, a mecanização é restritiva de força de trabalho. Uma única pessoa é capaz de irrigar uma grande área lavrada. Portanto, seu traço básico, além, é óbvio, do incremento da produtividade do trabalho, é a intensidade técnica, em contraposição à capina, cuja característica é a intensidade de trabalho, em virtude do seu caráter essencialmente manual.

A pulverização é realizada por trabalhadores adultos. A ausência de equipamentos de segurança afasta as mulheres e as crianças da execução dessa operação. Ao afastá-las, atribui aos homens a exclusividade do trabalho de pulverização, expondo-os à periculosidade tóxica dos inseticidas e fungicidas. Logo, essa exclusividade redundará em outra: a da insalubridade.

A constatação da incidência ou não de insetos e fungos e o modo de combatê-los exigem conhecimentos especializados do produtor direto. É preciso que conheça as pragas e moléstias mais frequentes, bem como as medidas preventivas e de cura. Para isso, ele deve conhecer as suas causas. A mela, por exemplo, moléstia comum nos canteiros de semea-

(94) Nessa fase do cultivo da cebola, o emprego do herbicida não é recomendável, agrônômica e economicamente.

ção, é causada por vários fungos, que se aproveitam da debilidade das plantas nascidas em condições inadequadas, a saber, terreno úmido, mal ensolarado, alta densidade das mudas, etc. Seu principal sintoma é o apodrecimento da base da planta, rente à superfície, e das raízes. Em consequência, a planta tomba e sua parte aérea desprende-se do solo. E se a mela é favorecida pela má condição dos canteiros, é possível combatê-la por meio de medidas profiláticas, que visem a proporcionar melhores condições sanitárias aos canteiros, tais como pulverizações preventivas, suspensão da irrigação, melhoria do escoamento d'água, redução da densidade das mudas, etc. Quando difundida entre as plantas, além das medidas profiláticas indicadas, é indispensável a intensificação do emprego de fungicidas. Trata-se agora de erradicá-la e não de evitá-la apenas (95).

Vimos que, em condições normais, a germinação se dá entre o sexto e o oitavo dia posterior à sementeira. Depende muito do clima: dias quentes e chuvosos retardam-na; ao contrário, dias frescos e ensolarados aceleram-na. Ainda que parcela majoritária da sementeira se realize sob o verão chuvoso, a intermitência das chuvas contribui para a formação das condições ambientais necessárias ao nascimento e crescimento normais da planta e para a sua sanidade. A ausência de chuvas prolongadas e a presença de um razoável número de horas de sol auxiliam a gestação e o desenvolvimento das mudas, ao mesmo tempo que dificultam a infestação de insetos e moléstias.

(95) Heloisa Mattana Saturnino e João da Cruz Filho: "Doença da cebola", In: Informação agropecuária, 6 (62), p. 47. Waldir Botelho e Américo Iorio Ciociola, "Pragas da cebola e seu controle", ibid., pp. 44 a 46. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., pp. 31 a 34.

Em geral as mudas entram em fase de transplante em torno do quadragésimo dia após a germinação. Antes disso, as mudas são muito jovens, não suportando a transplantação. Se ultrapassarem o momento exato do transplante, as hastes engrossarão e iniciar-se-á a formação de bulbos. Elas sofrerão mais com a transplantação, o que provocará a queda de produção por área trabalhada. Ademais, à medida que as mudas vão sendo replantadas com idade mais avançada, as colheitas vão-se tornando tardias. Esse fato tem repercussão econômica, pois as cebolas enviadas mais cedo ao mercado alcançam melhores preços. A nova sementeira antecipa não apenas o plantio mas a colheita também, por possuir um ciclo menor. O clima ameno e os dias ensolarados, ao lado da oxigenação dos canteiros, qualidade do solo, adubação, irrigação, pulverização, etc. contribuem para a redução do ciclo.

Essas considerações permitem-nos concluir que a cebola só pode ser cultivada de maneira satisfatória agrônômica e economicamente num período curto, por preferir temperatura suave e chuvas bem distribuídas durante o seu desenvolvimento, e um período frio e seco, depois de os bulbos formados.

Paradoxalmente, a sementeira tem início na época das águas e de temperatura quente. Mas nem por isso a lavoura da cebola fracassa. Ao contrário, é bem sucedida, não obstante alguns tropeços. E uma das causas do seu sucesso reside justamente na antecipação do plantio. As novas variedades de semente, mais precoces, garantem a germinação e o desenvolvimento normal da planta, assim como a formação de bulbos, nas condições ambientais existentes. Mesmo porque, curiosamente, é grande o número de dias sol e o de horas luz diárias, formando, desse modo, um conjunto de fatores favoráveis à cebolicultura. Dentre eles, um merece

destaque: o terreno. O êxito da cultura depende muito dele. É preciso que possua certas características: que seja profundo, solto e rico em matéria orgânica. Solos arenosos são impróprios; resistem pouco às secas e conservam pouco os a dubos aplicados. Solos argilosos também são inadequados; são duros, dificultando o trabalho e o enraizamento da planta. Os melhores solos para o plantio da cebola são os relativamente ácidos, com ph entre 5,5 e 6,0 (96).

Esses requisitos são igualmente observados na es colha do terreno definitivo da lavoura. Escolhido o terreno, passa-se a cuidar do seu preparo, para receber as mudas. No início da cultura da cebola, os primeiros preparativos do terreno de transplantação corriam por conta e risco do produtor direto. Dez ou quinze dias antes do replante começa vam as operações de limpeza, aração, acerto e revolvimento do solo. Esses preparativos eram feitos em maio. Dependendo da data da sementeação, realizavam-se a partir do início ou de meados do mês. Normalmente iniciavam-se no começo do mês, prolongando-se até junho. Tratava-se, desde então, de um trabalho parcelado. A preparação do terreno era feita em conformidade com o transplante. Como este era parcelar, a preparação da terra também o era (97).

A terra era arada pelo próprio parceiro, com o em prego do arado de tração animal. No acerto e revolvimento do

(96) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 18. Olympio de Toledo Prado, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 18.

(97) Secretaria da Agricultura de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", ano 9, nº 8, Op. cit., p. 11.

terreno servia-se de uma prancha atada em dois animais, distanciados entre si pelo tamanho da mesma. Ao movimentarem-se, os animais arrastavam a madeira na terra, acertando-a e, ao mesmo tempo, revirando-a (98). As operações subsequentes apoiavam-se na utilização da enxada e do enxadão: limpar, desterroar, nivelar e esquadrear o solo eram operações essencialmente manuais. Depois de aplainado e nivelado, o terreno era dividido em quadras de três metros de largura. O comprimento de cada série de quadras de transplante variava em função da topografia do terreno. Quanto mais plano ele fosse, maior seria a sua extensão e, por conseguinte, maior seria o número de quadras contido em cada série. Em regra, abrangia cerca de quinze a vinte metros de comprimento.

Antes da divisão em quadras, o terreno era submetido a uma nivelação rigorosa. Primeiro, nivelava-se uma faixa de terra. Em seguida, ela era dividida em quadras, separadas entre si por sulcos de quarenta centímetros de largura e vinte centímetros de profundidade. Esses sulcos constituíam, na realidade, pequenos regos, por onde circulavam pessoas e águas das chuvas e da irrigação. Por último, abriam-se as linhas de transplantação, que mediam não mais que cinco centímetros; o suficiente para enterrar as mudas numa profundidade igual à que estavam habituadas nos canteiros de sementeira. Distavam entre si cerca de quarenta centímetros (99).

Voltemos ao passado. Examinemos o transplante. Preparada a terra, tinha início o replante das mudas. Este realizava-se, preferencialmente, nos dias de chuva. A umidade

(98) A prancha de madeira movida por animal exercia a função da grade. Por isso, em alguns momentos, identificamos a sua aplicação com a gradeação.

(99) Olympio de Toledo Prado. "A cultura da cebola", Op. cit., p.7. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 20.

do solo ameniza o impacto causado nas mudas pela sua passagem de um local a outro. Facilita, portanto, a adaptação das mudas ao novo ambiente. Como o transplante se fazia no inverno, época em que as chuvas eram escassas, sessenta dias depois da germinação, as mudas iam para o lugar definitivo da cultura. Após o quadragésimo-quinto dia, a transplantação dependia mais das chuvas que da espessura das mudas (100). Muito embora, segundo a concepção vigente na época, mudas de primeira eram aquelas cujo diâmetro se aproximava de cinco milímetros, as mudas finas não constituíam problema. Desde que tivessem "guia" e não estivessem contaminadas por doenças, o seu transplante vingava.

No momento da transplantação, adubava-se o solo com esterco de curral. O estrume era colocado com as mãos nos riscos de replante. Imediatamente depois, as mudas eram replantadas. Um trabalhador ia na frente efetuando a abertura dos riscos; outros, logo atrás, efetuavam a adubação e o replante, de modo que as mudas eram postas manualmente, uma a uma, nas linhas de transplante. Embora sequenciais, a abertura dos riscos, a adubação e a transplantação seguiam pari passu, risco por risco, quadra por quadra, série por série, até que se esgotasse o terreno de transplantação. Lembremos que o transplante era parcelar. Por isso, o terreno era preparado aos poucos. À medida que as mudas iam atingindo o estágio apropriado para a transplantação, o terreno ia sendo preparado, quer dizer, arado, nivelado, aplainado, revirado, riscado e esterçado pelo parceiro e seus familiares. Só então é que se efetuava o replante. Geralmente, este tinha início depois de meados de maio, estendendo-se até fins de junho e princípios de julho. Essa diversidade era

(100) Olympio de Toledo Prado, ibid., p. 6.

explicável, em parte, pela diversidade das datas de sementeação e, em parte, pela heterogeneidade do crescimento das mudas. O mais frequente, porém, era as plantas adentrarem a fase de transplante cerca de sessenta dias após a germinação. As variedades menos precoces têm ciclo maior. Por isto, retardam o transplante. Logo, retardam a colheita também. Não só, retardam a sementeação. Como esta não pode ser antecipada, por causa da sua inadaptação às condições climáticas dos primeiros meses do ano, o produto só entrará no mercado nos meses de setembro e outubro, ocasião em que os preços são pouco favoráveis, dada a maior concorrência no mercado. É o que aconteceu até os primeiros anos da década dos sessenta, quando foram introduzidas as variedades de semente de ciclo menor e adaptáveis ao clima quente e úmido dos meses de fevereiro e março.

Voltemos ao transplante. Vimos que a adubação era a lanço, com esterco de curral, nos riscos de replante. Um mês depois, fazia-se nova adubação. Ainda que tímida e lentamente, o salitre do chile vinha sendo adotado nessa segunda adubação. É somente em fins dos anos cinquenta e princípios dos anos sessenta que o emprego de adubos químicos começa a aumentar. Até essa época a sua presença era insignificante. A adubação era predominantemente de esterco de curral. E numa proporção bem menor que a atual. Com um pouco de prática, os trabalhadores executavam o transplante com perfeição, colocando as mudas em posição e distância corretas nas linhas de transplantação. Atrás deles, outros trabalhadores cobriam de terra, removida por meio da enxada, as linhas de transplantação, onde as mudas tinham sido distribuídas. Havia um complemento recíproco entre as operações de riscar, adubar e transplantar: um trabalhador operava na frente abrindo as linhas de cultivo; outros, logo atrás, colocavam o adubo e, em seguida, as mudas nas referidas li-

nhas; atrás deles, outros trabalhadores chegavam terras nas mudas. Além de complementares do ponto de vista da efetivação do processo de trabalho, essas operações se ajustavam agronomicamente, de maneira que a primeira operação não se distanciava das outras, não permitindo o secamento da terra e o murchamento das mudas. Enfatizamos essa cooperação do trabalho pelo fato de desempenhar ainda hoje importante papel na cebolicultura. Dizemos cebolicultura e não apenas transplante, porque também é assim na sementeira e na colheita. São operações cuja execução requer pressa e muito trabalho. A cooperação potencia a força produtiva do trabalho. Em contrapartida, diminui o tempo de trabalho necessário à execução das operações. O simples contacto social aumenta a capacidade de trabalho dos produtores. As 6,17 pessoas das unidades familiares mencionadas produzem mais que 6,17 pessoas isoladas ou um trabalhador que trabalhe 6,17 dias consecutivos. Ademais, a divisão de tarefas entre as pessoas, de modo a realizá-las simultaneamente, também incrementa a produtividade do trabalho. Parafraseando Marx (101), suponhamos que uma pessoa trabalhe 12 horas por dia. Não pode extrair do dia de trabalho mais que 12 horas. Cada família portadora de uma capacidade de trabalho de 4,17 homens dias, trabalhando o mesmo número de horas por dia, obtém uma jornada de trabalho de 50 horas. A inserção de mulheres e crianças no processo de trabalho amplia a capacidade de trabalho familiar para 6,17 pessoas e, por conseguinte, a jornada de trabalho para 74 horas. Como na exploração examinada anteriormente, o processo de trabalho é realizado por 48 famílias, a jornada de trabalho é ampliada para 3.552 horas. A cooperação possibilita o aumento da superfície lavrada e o emprego de meios de trabalho e de materiais por área trabalhada. De outro lado,

(101) Karl Marx, Op. cit., pp. 375 e 376.

liberta, parcialmente, a produtividade do trabalho dos limites do trabalho isolado e da duração do dia de trabalho. Propicia, pois, o incremento do trabalho sobran-te, no que é completada pelo parcelamento do trabalho.

Mostramos que, no início, o volume de capital por área cultivada era pequeno. A produtividade do trabalho era baixa. É de supor que o domínio do trabalho pelo capital fosse formal (102). A tração animal era usada somente para arar e aplainar a terra. As outras operações, seja na sementeira, seja no transplante, seja ainda na colheita, eram manuais. A organização da produção ajustava-se ao trabalhador. As tarefas mais rudes, que exigiam pessoas dotadas de uma melhor compleição física, em geral eram executadas por trabalhadores adultos masculinos. Das tarefas mais leves, embora não menos árduas, que exigiam mais agilidade que força física, participava toda a família. Na sementeira homens, mulheres e crianças labutavam lado a lado, numa sucessão de operações encadeadas: enquanto os primeiros abriam os riscos, os outros, atrás deles, estercavam, semeavam e cobriam as sementes e a superfície da sementeira. Aí, bem como no transplante, nas carpas, na irrigação por infiltração, principalmente da sementeira, e na colheita, cujas operações eram essencialmente manuais, a participação de mulheres e crianças era decisiva. Não apenas por suprir a demanda de trabalhadores, mas por cumprir com eficácia as funções que lhes eram atribuídas no processo produtivo, sem elevar o custo da produção. Desde então, essas modalidades de força de trabalho possuem um preço inferior ao da dos homens. Tal fato, atrelado à maior capacidade de execução de determinadas operações manuais, comprime o custo da produção. Constituíam-se em operações simples, cujo aprendizado se fazia em prazo curto. As

(102) Sobre as formas de subordinação da agricultura ao capital, ver Claude Faure, Agriculture et capitalisme; Geraldo Müller, Estado, estrutura agrária e população, pp. 83 a 87.

operações mais difíceis, requerentes de uma maior qualificação do trabalhador, tais como escolha, nivelamento e aplainamento do terreno, divisão em quadras, altura dos canteiros, etc. eram realizadas pelos homens. A eles eram reservados, além dos trabalhos que requeriam conhecimentos especializados, os que requeriam força física. Muitas vezes, um mesmo trabalho requeria ambas as coisas. Até porque o trabalhador projetava e executava o seu trabalho. Diante da base técnica vigente, a execução de determinadas operações componentes do processo de trabalho implicava um grande esforço físico. Não raro, também os trabalhos leves eram penosos. Já outras operações exigiam mais cuidados constantes que conhecimentos especializados. Estes eram necessários na confecção dos canteiros. Na formação da sementeira, mesmo em se tratando de variedades mais resistentes e de produção numa escala reduzida, todo cuidado era pouco. A germinação, a irrigação, as carpas, etc. exigiam não só a participação de grande número de pessoas, como uma vigilância permanente. Na lavoura não era diferente. Também aí as distintas operações, que são realizadas sucessivamente pelos trabalhadores familiares e que se entrecruzam no decurso do processo de trabalho, apresentam-lhes exigências diversas: a preparação do terreno de transplante exigia força e conhecimento, os tratos culturais exigiam atenção e habilidade, etc. (103). Mas, se as mulheres e as crianças eram aptas somente para funções especiais, os homens possuíam qualidades para executar, se não com a mesma eficácia, pelo menos com certa perícia, as diferentes operações.

(103) Muito embora a análise de Marx se refira ao trabalho industrial, ela é de grande valia para a compreensão do assunto que estamos examinando. Ver, a respeito, Karl Marx, Op. cit., especialmente pp. 400 e 401.

Mostramos ainda que a cultura da cebola adquire no vo alento na virada da década de cinquenta. A introdução de variedades de semente de ciclo mais curto, mais bem adaptadas às condições edáficas e climáticas locais, ampliam o rendimento das explorações. A oportunidade de obtenção de resultados econômicos satisfatórios impulsiona o crescimento da produção da cebola. A implantação de bombas a diesel e elétricas acentuou esse processo, ao propiciar a mudança da sementeira e da lavoura para faixas de terra mais adequadas à planta. A produtividade e a produção aumentam. A cebolicultura anima-se ainda mais. É progressiva a disseminação de tratores, arados e grades, cuja introdução se iniciara muito vagarosamente na metade da década de cinquenta. Ao mesmo tempo, são adotadas novas práticas agrícolas, com a aplicação sistemática de adubos químicos e orgânicos, defensivos, etc. A produção adquire maior intensidade. O capital avoluma-se e concentra-se. Esse processo estende-se até 1968, momento em que as modificações iniciadas na fase anterior ganham maior profundidade e extensão. Paralelamente à difusão dos elementos introduzidos no momento anterior, tem-se a introdução e a propagação de conjuntos de irrigação por aspersão, pulverizadores mecânicos, veículos, carretas, sementes híbridas de ciclo menor, mais produtivas e propiciadoras de um produto de melhor receptividade no mercado, bem como a construção de açudes e galpões. Também se espraia o emprego do trator e seus complementos. Na metade dos anos setenta, surge o pulverizador acoplado ao trator. Acresce a isso a institucionalização do corte da rama em substituição às réstias e a redução da distância entre as mudas nas linhas de transplantação. Há uma revolução nas condições de produção da cebola. Só as operações de sementeira, transplante, colheita e de parte das carpas prosseguem sendo realizadas manualmente. O processo

técnico e agrônomo eleva a produtividade do trabalho(104), a despeito dos ecologistas (105). A ciência e a técnica são recrutadas para servir ao capital. A motomecanização da aração e da gradeação do solo, juntamente com a maior aplicação de adubos, aumentam a fertilidade da terra. O uso do trator e do aspersor economizam terreno e trabalho. O sulcador de tração animal ou motorizada simplifica a realização da abertura dos sulcos e das carpas. O preparo da terra, a irrigação e parte das carpas são agora operações de fácil execução. Recrudesce o domínio da agricultura pelo capital (106). Embora com limitações, o elemento objetivo sobrepõe-se ao elemento subjetivo do processo de trabalho.

No entanto, essa assimilação da indústria pela agricultura não se faz de maneira uniforme. Como se verá no próximo capítulo, é relativamente grande o número de propriedades que operam com baixa produtividade do trabalho: aproximadamente 52% delas incluem-se aí; 25% incluem-se entre as propriedades de produtividade elevada; 23%, incluem-se entre as propriedades de produtividade média. Tal diversidade expressa as tendências opostas da transformação agrária: um número relativamente pequeno de propriedades deten-

(104) B.F. Johnston e Peter Kilby, Agricultura e transformação estrutural, pp. 431 a 433. Em que pese a ideologia modernizante presente nesses autores, eles fornecem informações importantes sobre o progresso técnico e agrônomo no meio rural.

(105) Os ecologistas defendem a agricultura natural como alternativa à agricultura industrializada. Ver, a respeito, Francisco Graziano Neto, "Capitalismo e tecnologia no campo, pp. 86 e 87.

(106) José Francisco Graziano, Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura, pp. 24, 34 e 76. Para um exame teórico desse assunto, ver Karl Marx, El capital, tomo III, especialmente p. 741.

toras de uma elevada composição técnica e orgânica de capital; um número relativamente grande de propriedades detentoras de uma baixa composição técnica e orgânica de capital; entre esses extremos opostos e antagônicos situam-se as propriedades de média composição técnica e orgânica de capital. Temos, assim, duas linhas diretivas básicas: a de economizar meios de produção modernos às custas de sacrifícios dos produtores diretos, que suportam condições vis de trabalho; a de incrementar, coagidos pela concorrência, a incorporação de meios de produção modernos, passando a produzir em moldes semelhantes aos da indústria: revolução permanente das condições de produção, especialização e concentração da produção, produção em larga escala, distinção entre grandes e pequenos capitais, centralização de capital, ruína de pequenos produtores; enfim, o domínio dos tempos de trabalho necessário e excedente pelo capital, num contexto geral caracterizado pela concorrência oligopólica (107).

Em consequência disso, sempre que possível, não raro ainda sob as derradeiras chuvas de verão em fevereiro, têm início os preparativos do terreno de transplantação, cujas primeiras operações consistem em limpar e arar a ter-

(107) Há que se considerar nesse processo de industrialização da agricultura, além da já aludida repercussão da legislação trabalhista sobre a modernização agrária, a influência do crédito subsidiado. Sem dúvida, a atuação desses elementos contribui não apenas para a modernização rural, mas também para a concentração e centralização de capital no campo e dos desdobramentos delas decorrentes: concorrência entre as explorações de maior domínio do capital sobre o trabalho não-pago. Sobre o caráter monopolista do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, ver, entre outros: Francisco de Oliveira, Elegia para uma re(li)gião, notadamente pp. 86 a 92; João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Reflexões sobre a crise atual", In: Escrita ensaio, ano 1, nº 2.

ra (108). O mais comum é arar a terra uma só vez. Apenas em caso de lavra insuficiente ou de estrago provocado por fortes pancadas de chuva é que se faz uma nova aração, para aprofundar a lavra e revolver a terra. Ainda assim, em solos profundos é desnecessário o aprofundamento das lavras, porquanto a produção não se altera. Quando se altera, é para pior: uma aração profunda pode condenar as mudas às camadas do solo de baixa umidade, em virtude da evaporação provocada pelo revolvimento da terra. Em solos rasos, o aprofundamento das lavras além de certo limite chega a ser prejudicial, por misturar o solo com o subsolo. Assim sendo, a aração profunda é sempre desaconselhável. Uma lavra de mais ou menos quinze centímetros é suficiente (109).

Todavia, um outro fator interfere na aração: o potencial de trabalho existente. Caso o trabalho a realizar-se o exceda, desde que as condições do solo não comprometam demasiadamente a lavoura, a segunda aração do terreno é dispensada. Mesmo porque, em que pese o acréscimo da produtividade do solo que poderia proporcionar, aumenta o custo da produção. Eleva, em particular, os gastos monetários do proprietário fundiário, visto que a aração é de sua exclusiva responsabilidade. Aliás, ela não só corre por sua conta, como é mediatizada por meios de trabalho de sua propriedade ou alugados. É efetuada, no mais das vezes, com tração motorizada, isto é, por meio de arados acoplados ao trator.

(108) A sementeira formada a partir de fins de janeiro entra em fase de transplantação a partir do limiar do mês de março. Como a preparação do terreno de transplantação antecede em quinze dias o transplante, ela se dá a partir de fins de fevereiro.

(109) Humberto Ribeiro de Campos; "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 19; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 10.

Cabe observar que, embora em número pouco significativo relativamente ao volume da produção, ainda há propriedades em que a aração é realizada por intermédio da tração animal. Nesse caso, o trabalho de arar a terra é executado pelo parceiro.

Efetuada a aração, a próxima operação a realizar-se é a gradeação. Esta nem sempre é realizada sob a responsabilidade exclusiva do explorador fundiário. Muito frequentemente, a gradeação é feita pelo parceiro, com meios de trabalho próprios ou do proprietário fundiário. Este só fornece a terra gradeada quando a força motriz da grade é motorizada. Quando utiliza a tração animal, a gradeação fica a cargo do parceiro.

Supomos, a partir dessa constatação, que, à medida que se motomecaniza o processo de trabalho, restringe-se o trabalho necessário à produção. Além disso, o trabalho tende a se tornar mais simples e, portanto, menos dispendioso. Desse modo, a forma trabalho de parceria deixa de ser imprescindível à realização das operações ora motomecanizadas, sendo substituída pelo trabalho assalariado, mais apropriado às novas condições (110). É o que se verifica no preparo do terreno e, em menor proporção, na irrigação, por exemplo.

Voltemos à gradeação. Do mesmo modo que a aração, o mais frequente é gradear a terra uma única vez. Entretanto, há momentos em que é preciso gradeá-la duas ve-

(110) É o que também apontam B.F. Johnston e Peter Kilby, no exame que fazem do progresso técnico na agricultura do Mississipi, no sul dos E.U.A. Dizem os autores: "O principal efeito dos estágios iniciais da mudança técnica consistiu na expulsão dos parceiros dos estabelecimentos agrícolas (...). O sistema de parceria deixou de ter atrativos para os proprietários de terra". Op. cit., p. 221.

zes. Sempre que a terra não atinja o ponto certo para o transplante com a primeira gradeação, se possível, faz-se a segunda gradeação. A gradeação não obedece a nenhum prazo rígido. Orienta-se pelas condições do solo. Só pode ser feita em terra relativamente enxuta. Mesmo a aração não pode realizar-se em terreno úmido. O uso do trator em terra molhada, em vez de revolvê-la, tornando-a leve e solta, amassa-a, deixando-a pesada e pastosa. Diante disso, uns efetuam a gradeação no momento do transplante; outros, aproximadamente uma semana antes do transplante. Todos, porém, fazem-na parceladamente. O terreno é gradeado aos poucos, conforme a dinâmica do transplante das mudas.

Realizadas a aração e a gradeação, quanto antes for feita a abertura dos riscos de transplantação na terra, maior será a probabilidade de apanhá-la mais solta e sem mato. Todavia, isso não impede que o risco possa ser feito momentos antes do transplante. Muitos costumam fazer os riscos e logo em seguida transplantar as mudas; outros preferem esperar mais ou menos uma semana. Mas, antes de proceder à abertura dos sulcos, nivela-se o terreno. Se este apresentar bom nivelamento, as curvas de nível são dispensáveis. Elas são feitas para facilitar o desaguamento das chuvas e da irrigação. Um mau escoamento d'água é pernicioso à planta. Pode provocar o surgimento de doenças na lavoura. Mais ainda, deteriora o solo, erodindo-o.

Depois de nivelado o terreno, tem início a abertura dos riscos de transplantação, mediante o uso de sulcadores movidos por trator ou por animal. Só se usa a tração motorizada em culturas irrigadas por aspersão. Embora esse método seja o mais eficiente, porquanto permite um melhor aproveitamento do terreno, além de elevar a produtividade do trabalho, a utilização da tração animal ainda é

bastante difundida na abertura dos sulcos, mesmo nas áreas irrigadas por aspersão.

A primeira vista, tal fato causa estranheza. Por que se valer de uma técnica mais primitiva, se se dispõe de uma técnica mais avançada? Ou como se explica a permanência de um instrumento de trabalho tracionado por animal, sendo que já existe um substituto motomecanizado para ele, portador de maior produtividade?

Quando se examina o assunto mais a fundo, compreende-se que o que parecia estranho tem razão de ser. É que o trabalho de abertura dos riscos de replante das mudas, por meio de sulcador movido por trator, realiza-se por conta do proprietário fundiário. Nesse caso, todo o trabalho de preparação do terreno de transplantação é de sua inteira responsabilidade. Fornece a terra de transplantação das mudas arada, gradeada, nivelada e riscada. Ao parceiro compete executar todas as operações subsequentes. É a partir daí que se inicia o seu trabalho, nessa etapa do cultivo. Nem sempre, porém, isso acontece. Não raro os sulcos são abertos pelo parceiro ou membros da sua família. Então, apenas o trabalho de aração é executado por assalariados contratados pela propriedade. As outras operações de preparação do solo para o transplante das mudas são realizadas pelo parceiro e seus familiares, que não só trabalham como utilizam seus próprios instrumentos de trabalho: enxada, sulcador de tração animal, às vezes arreio e até animal de trabalho. Por quê? Supomos que, mesmo sob uma nova base técnica, o trabalho de parceria, em algumas operações, continue a oferecer vantagens ao proprietário fundiário, pela disponibilidade de braços, dedicação do produtor direto, redução dos gastos de produção, etc. Logo, nesse sentido, nem sempre o trabalho assalariado adequa-se melhor que a parceria à execução de certas operações. Mas co

mo ? A parceria não fora recriada como resposta aos limites técnico e agrônômico da produção ? Sim. Emergira como solução para a acumulação do capital. Acontece que nem todos os obstáculos foram transpostos. O transplante e a colheita, por exemplo, que se caracterizam pela absorção de grande quantidade de trabalho, continuam sendo feitos manualmente. Assim, não obstante a motomecanização de certas operações tenda a liberar o trabalho de parceria, outras operações, ainda não motomecanizadas ou parcialmente motomecanizadas, impõem a sua permanência. Sem dúvida, o entrave maior é de ordem técnica e agrônômica. O social é decorrente da base técnica e do método de cultivo vigentes, que impossibilitam a plena mecanização do processo de trabalho. À medida que os primeiros forem sendo superados, o segundo deixará de existir. Há indícios de tal superação. A semeadura direta, já praticada por alguns proprietários fundiários de menor expressão, tem grandes probabilidades de prevalecer. No que tange à colheita, o simples acoplamento de uma barra de aço na traseira do trator viabilizaria a sua motomecanização. O limite financeiro, no presente estágio da cebolicultura, é de somenos importância.

Nesse contexto, a parceria ainda é atraente para o capital, por reter a força de trabalho na propriedade, rebaixar o seu custo de reprodução, incrementar e intensificar a produtividade do trabalho mediante a cooperação e a parcelização das operações. Ela impulsiona a ampliação do capital, pois, como potenciadora do trabalho, não é senão uma forma específica de aumentar o trabalho sobranete. Mas, como o processo de acumulação do capital é o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, no curso da sua reiterada efetivação, ele tende a subverter as condições material e social da produção, ajustando-as às suas necessidades. Na medida em que isso ocorre, a tendência é a

de prescindir cada vez mais da parceria. Se isso é verdade, não é menos verdade que, como alimentadora contínua desse ser social diabólico que é o capital, atravança o progresso técnico e agrônômico. De um lado, o promove; de outro, o entrava. Estabelece-se, assim, uma unidade contraditória entre parceria e acumulação do capital.

Vimos que as mudas atingem o estágio de transplantação por volta do quadragésimo dia depois da germinação. Tão logo alcancem esse estágio, impõe-se a necessidade de realização do transplante. Se possível, deve-se esperar chover, já que a operação deve ser executada em terra úmida. Caso não chova, irriga-se abundantemente o terreno de transplantação (111).

Dias antes, a terra é preparada. Os preparos iniciais do terreno ocorrem em torno do décimo dia anterior ao transplante das mudas. É parcelado, como a sementeação. Aliás, é o caráter parcelar desta que condiciona o parcelamento daquele. A sementeação em etapas distintas faz com que as mudas entrem diversamente em estágio de transplantação. Além disso, mesmo quando semeadas na mesma data, as mudas não ficam prontas de maneira uniforme para o transplante, porque crescem desigualmente. À medida que vão atingindo o estágio de transplantação, a terra vai sendo preparada proporcionalmente à sua demanda e o transplante vai-se efetuando. Em geral, o transplante se estende de começos de

(111) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p.19; "Instruções para a cultura da cebola", Op. cit., p. 11. Esse autor, no entanto, considera necessário o período de cinquenta a sessenta dias para que as mudas atinjam "o melhor tamanho para o transplante", Op. cit., p.11. A pesquisa de campo por nós efetuada mostra que as mudas são transplantadas a partir do trigésimo-quinto dia depois da germinação.

março a meados de maio; isto porque, se for antecipado, a muda ainda débil não conseguirá um desenvolvimento normal; se for retardado, formará o bulbo prematuramente. O transplante precisa ser realizado no momento certo. Um adiantamento ou atraso na sua realização são perniciosos para a cultura, às vezes até mesmo fatais. É oportuno lembrar o prenúncio da sementeira direta.

O parcelamento do cultivo da cebola é um procedimento que objetiva atenuar o acúmulo de trabalho e facilitar a colocação do produto no mercado. Sem exagero, não fora esse procedimento, a cultura da cebola, nos moldes em que é praticada, estaria condenada ao fracasso econômico. A exigência de um número maior de trabalhadores que o usualmente utilizado, principalmente no transplante e na colheita, aumentaria excessivamente o custo da produção. O encarecimento da produção certamente provocaria a perda de competitividade do produto no mercado (112). Com isso, o proprietário ficaria impedido de repassar os altos custos ao consumidor. O prejuízo seria iminente. Ainda que fosse repassado ao parceiro, ele não o suportaria. A produção da cebola encontrar-se-ia inviabilizada.

Retomemos a descrição do transplante de mudas. Tempo excessivamente chuvoso e temperatura quente são inadequados. A planta adapta-se melhor à terra enxuta e à temperatura amena. Mas antes do transplante, dias antes ou no mesmo dia, porém sempre previamente a ele, efetua

(112) Nas palavras de produtores de cebola entrevistados: "A sementeira é feita em dias diferentes para não acumular trabalho, mormente na época de transplante. Se mear é fácil. Difícil é o transplante. Requer grande quantidade de pessoas. Por isso, nunca é feito de uma só vez. Também o mercado imprime variações no período de sementeira(..)". (vários - o grifo é nosso).

-se a adubação. Esta é feita por meio da colocação manual de adubos químicos e orgânicos no fundo dos sulcos de transplantação ou espalhando-os na superfície da terra, que é remexida logo a seguir. Entre nós, o mais frequente é a adubação manual, nos sulcos de transplantação. É mais econômica, visto que assegura um menor gasto de adubo (113). Numa proporção ainda pouco significativa, há experimentos de adubação por meio do aspersor.

A aplicação dos adubos artificial e natural é efetuada numa proporção de 2.066 quilos de superfosfato e 4.959 quilos de esterco de curral por hectare de terra lavrada. Isso, evidentemente, nas propriedades cujas lavras são mais intensivas. A adubação depende da qualidade do solo e das condições em que ele se encontra. Até a disponibilidade de tempo interfere nela. A falta de informações sobre o consumo de adubo pelo conjunto das propriedades impede-nos de aprofundar a comparação e a análise desse problema. Todavia, os dados disponíveis indicam que essa média cai sensivelmente quando tomamos a produção total como referência e não apenas algumas propriedades.

Em seguida, começa o transplante. As mudas são intercaladas (114) manualmente nas linhas de transplantação, numa distância de cinco centímetros nas explorações mais intensivas, e de dez centímetros nas explorações menos intensivas. Mais precisamente, enquanto um trabalha -

(113) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 21. Humberto Ribeiro de Campos, Olympio de Toledo Prado e W.R. Venturini, "Sistema de aplicação de torta de amona e fertilizantes minerais na adubação da cebola", In: Bragantia, vol. 22, nº 21, pp. 259 e 260.

(114) As mudas arrancadas e selecionadas não precisam ser podadas. Devem ser replantadas o mais rápido possível, para não ressecar nem perder parte da fecundidade.

dor abre os riscos com o sulcador de tração motorizada ou animal, outros trabalhadores, inclusive mulheres e crianças, distribuem as mudas nos riscos, que, em seguida, são cobertos de terra removida com a enxada, por outras pessoas. Esse método, conhecido por sistema misto, porque os sulcos são abertos mecanicamente e cobertos por meio da enxada, é o mais comum em nosso meio. Em geral, 67,32 pessoas replantam uma área de um hectare de terra por dia.

Há culturas em que os sulcos são abertos e cobertos por intermédio da enxada. Aí, enquanto um trabalhador abre os sulcos, outros colocam as mudas nas linhas de transplantação e cobrem-nas de terra. Exceto em relação à abertura dos sulcos, o trabalho da mulher e da criança ajusta-se perfeitamente às demais operações dessa fase do cultivo. A habilidade manual, que lhes é peculiar, capacita-as a realizá-las com rapidez e perfeição.

O primeiro método descrito, atualmente marcante, caracteriza-se pela combinação entre sulcador e enxada. Quer a tração seja motorizada, como ocorre em algumas propriedades, quer seja animal, como ocorre em outras propriedades, ela é sempre um sistema misto. O que se indaga é sobre a predominância de uma ou de outra forma de tração. Mais uma vez as informações disponíveis não permitem uma avaliação precisa. Mesmo porque, nem sempre nas propriedades possuidoras de trator e, às vezes, possuidoras de um considerável volume de capital, a tração motorizada é usada na abertura das linhas de transplantação. São frequentes os casos em que ela é feita com tração animal, não obstante a presença de tratores nas propriedades. As informações disponíveis permitem, no entanto, detectar certas tendências. Uma delas é o crescente uso do trator nas diferentes operações compreendidas pelo processo de produção. O trator e seus acessórios potenciam o trabalho. A

tuam como forças materiais emancipadoras da produtividade. A progressiva participação deles na execução de todas as operações de preparo do solo, inclusive na abertura dos riscos de transplantação, corresponde não só o afastamento da tração animal e seus petrechos, mas também a substituição da forma trabalho de parceria pela de assalariamento. Prescinde-se, então, do trabalho do parceiro na execução das operações motomecanizadas. Este trabalha apenas na cultura. A potenciação do trabalho resultante da cooperação familiar e da parcelização da execução dessas operações torna-se supérflua. Pouco significa diante da força produtiva do trator e seus complementos. Tal é a distância que os separa, que o mecanismo acionado pelo trator não economiza somente trabalhadores, mas trabalho efetivo. Reduz a magnitude de trabalho necessário à realização das operações. E, ao fazê-lo, ocupa o lugar antes ocupado por trabalhadores, isto é, os substitui. Todavia, nas operações não motomecanizadas ou parcialmente motomecanizadas, o trabalho de parceria continua mais rentável que o assalariado. Além da cooperação familiar e do parcelamento da execução das operações que o potenciam, permite a ampliação e a intensificação da jornada de trabalho, rompendo os limites impostos pela sua regulamentação. Ademais, restringe os gastos salariais e com meios de produção do proprietário fundiário. Em síntese, a parceria comprime o custo da produção: economiza trabalhadores e divide as despesas da produção entre os sócios. Apesar disso, é relativamente acentuado o número de parceiros que assalariam terceiros nas fainas diversas do cultivo; às vezes, esses parceiros mantêm relações empregatícias com eles, com registro em carteira profissional inclusive. Para se ter uma idéia mais precisa a respeito disso, na propriedade por nós analisada, no ano de 1982, oito parceiros, detentores

de uma força de trabalho familiar composta por trinta e oito pessoas, empregavam vinte e sete trabalhadores assalariados. Pouco a pouco, prenuncia-se o advento de outra forma de organização social do trabalho na cebolicultura.

Com efeito, esse processo compreende dois segmentos opostos e complementares: de um lado, a tendência à continuidade de técnicas de produção menos evoluídas e da parceria. Esta estimula e retarda a transformação das condições da produção. Estimula, por constituir o suporte da sua dinâmica. Retarda, por travar o progresso técnico e agrônômico. Mas, como suporte da dinâmica da produção, pressupõe uma dada acumulação de capital. Por pressupor um modo próprio de acumulação, à medida que esta se processa, tende a minar a base da acumulação vigente. Ou seja, ao mesmo tempo que a parceria constitui a viga mestra da acumulação do capital, a sua reprodução limita o avanço desta, que, a cada passo, toca no seu alicerce, enfraquecendo-o. Assim, a parceria não só é premissa e resultado do contínuo movimento que o capital perfaz, em que põe e repõe, num processo incessante de síntese, as efetivas condições de sua existência (115), como é o prólogo imediato do desenvolvimento capitalista ulterior (116) na cultura da cebola e no conjunto da economia local e nacional, nas quais se insere.

Retomemos o nosso ponto de partida. Só nos cultivos mais atrasados técnica e agronomicamente os sulcos são abertos e cobertos com o uso da enxada. Nos cultivos mais evoluídos adota-se o sistema misto, com fortes ten -

(115) José Arthur Giamotti, "Notas sobre a categoria 'modo de produção' para uso e abuso dos sociólogos", In: Estudos Cebrap, nº 17, pp. 166 e 168.

(116) L.A. da Costa Pinto, Op. cit., pp. 258 e 267.

dências a uma maior mecanização. A cobertura, sendo sempre manual, constitui o maior empecilho à plena mecanização dessa fase da cultura da cebola, visto que, exceto para o transplante, já existem as condições materiais para a mecanização das demais operações.

A distância entre as linhas de transplantação é de quarenta centímetros, de modo a permitir as capinas e as escarificações. Dentro da linha, como vimos, o espaçamento entre as plantas é de cinco centímetros nas explorações mais intensivas e de dez centímetros nas explorações menos intensivas. Quanto menor for o espaçamento, melhor será o aproveitamento do terreno, quer dizer, maior será a produção por hectare de terra lavrada. Também o tamanho do bulbo é influenciado pela distância das plantas: um espaço muito restrito pode impedir o crescimento normal da cebola. Assim, o espaçamento menor propicia, além da maior produtividade mencionada, um produto de tamanho médio e homogêneo (117).

Depois de transplantadas as mudas, irrigam-se os canteiros. Quinze ou vinte dias após o transplante é efetuada a primeira capina, com o sulcador de tração animal. A segunda capina é efetuada entre trinta e quarenta dias após o transplante. Também é feita com o sulcador de tração animal. O emprego desse instrumento nas carpas economiza trabalho. Ademais, amacia a terra. Terra mais solta absorve melhor a água e facilita as carpas. Em poucas palavras, a utilização do sulcador nas carpas diminui o trabalho e favorece a planta. Apesar disso, só pode ser empregado até

(117) A explicação que a concepção vulgar tem para isso é a de que as cebolas de porte médio têm melhor aceitação no mercado. Esse argumento não se mantém. Só se manteria, caso, na concorrência, a cebola de maior tamanho tivesse um preço menor, em função da redução dos custos de produção. Então, ela impor-se-ia ao mercado e a aceitação mudaria de alvo.

que as plantas atinjam determinado estágio vegetativo. A partir de determinado momento, o tamanho das ramas impede o seu uso. As carpas passam, então, a ser unicamente manuais. Utilizam-se nessa lição mulheres e crianças (118). É preciso esclarecer que o sulcador carpe apenas entre as leiras de plantação. Os pequenos espaços existentes entre as plantas nas linhas de plantação são carpidos com enxadas estreitas.

Assim que a segunda capina se tenha realizado, executa-se a segunda adubação. Como a primeira adubação é feita às vésperas ou no dia do transplante e a segunda adubação é feita logo após a segunda capina, a segunda é última adubação também ocorre entre trinta e quarenta dias depois da primeira. É feita por cobertura, a lanço ou por aspersor. O mais frequente é o processo manual. É o método recomendável, desde que o adubo seja bem misturado com a terra (119). A mecanização da adubação é pouco difundida em nosso meio, apesar de simplificar o trabalho, mormente na segunda adubação, quando a lavoura já está formada. O herbicida também é pouco usado (120). Nas cul-

(118) A carpa manual é onerosa. Exige grande dispêndio de força de trabalho. Daí a presença de mulheres e crianças.

(119) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas : cultura da cebola", Op. cit., p. 21.

(120) "(...) Como a produção de cebola é uma atividade muito especializada, com áreas em cultivo nas mais diversas condições de clima e solo, o resultado da aplicação de herbicidas no combate às ervas daninhas nem sempre é satisfatório. Um produto químico pode dar excelentes resultados em determinados clima e solo, mas pode causar danos para a cultura ou falhar no combate às ervas não infestantes, em outras condições de meio ambiente". Cf. Aldo Alves, Reinaldo Fortes e Humberto Ribeiro de Campos, "Efeito do herbicida Ramrod em canteiros de sementeação de cebola", In: Bragantia, vol. 27, nº 7, pp. 7 e 8.

turas mais intensivas, como vimos, a proporção de adubos por hectare de terra trabalhada é de 4.959 quilos de esterco de curral e 2.066 quilos de superfosfato.

A implantação de novos meios de produção visa a aumentar o trabalho excedente, sem no entanto alterar a duração da jornada de trabalho do parceiro. A ampliação do sobretrabalho faz-se por meio da redução do trabalho necessário. E isso só é possível mediante a elevação das forças produtivas proporcionada pelas mudanças técnica e agrônômica.

Cabe aqui um reparo: com isso, não pretendemos dizer que o progresso técnico e agrônômico se espraia em razão de suas próprias virtudes, como pensam os chamados "teóricos da modernização" (121). No nosso entender, ele assenta-se na concorrência, que coage os exploradores fundiários a introduzir ou expandir o progresso técnico e agrônômico, a fim de potenciar a extração do trabalho sobrando além da potenciação proporcionada pela parceria, ao exigir e viabilizar a superexploração do trabalho familiar.

Muito embora esse progresso técnico e agrônômico tenda à generalizar-se, ele se faz de maneira desigual, propiciando a retenção de lucros extraordinários aos seus promotores. A parceria, que fora o ponto de partida e o fundamento desse processo na cebolicultura, é, progressivamente, minada por ele. Os aperfeiçoamentos mecânico e agrônômico, ao possibilitarem a extração de lucros extraordinários, tornam supérflua a potenciação do trabalho de parceria. Mais do que isso, como já se viu, e ainda se verá, de fomentadora da acumulação do capital, a par

(121) Para uma discussão da ideologia da modernização, ver José de Souza Martins, "Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo", In: Capitalismo e tradicionalismo, p. 27.

ceria converte-se em seu grilhão. Em consequência, cresce o número de operações em que o parceiro perde o lugar de execução para o trabalhador, melhor ajustado às novas condições de produção. A forma privada do capital - a concorrência -, que é a base social em decorrência da qual a parceria se reitera é o acicate para o seu oposto, para a sua auto-negação.

No início, o elemento primordial da transformação das condições da produção era a força de trabalho. Atualmente, é o instrumental de trabalho. Sabemos que, no começo, os instrumentos elementares de trabalho eram a enxada, o pequeno arado e a prancha puxados por animal. O enxadão, o rastelo, o arco de barril, a lata d'água atada num pau e o regador completavam o equipamento técnico. É de supor que essa base técnica correspondesse à forma manufatureira de produção (122). As inovações introduzidas no decurso dos anos posteriores incluem o trator e seus complementos, as bombas a diesel e elétricas, o pulverizador costal e acoplado, a rede de irrigação por aspersão, a construção de açudes, galpões, etc. Ao lado dessas inovações ocorreram outras: a introdução e a difusão de variedades de sementes mais precoces, de adubos quími-

(122) Ver, a respeito, Karl Marx, Op. cit., pp. 384 e 385. "(...) a agricultura moderna (...) aproxima-se mais do estágio de desenvolvimento industrial que Marx chamava 'manufatura'. A predominância do trabalho manual e da cooperação simples, o emprego esporádico de máquinas, as proporções relativamente fracas da produção (...), provam efetivamente que a agricultura ainda não entrou no estágio da grande indústria mecânica no sentido de Marx. A agricultura ainda não possui 'um sistema de máquinas' combinadas em mecanismo de produção". Cf. V.I. Lenin, "La question agraire et les critiques de Marx", pp. 140 e 141 (a tradução é nossa).

cos e orgânicos, de defensivos, além de outras formas de aumentar a produtividade do trabalho agrícola, a saber, o corte da rama em substituição às réstias, a elaboração de curvas de nível, a rotação das culturas, o plantio em épocas certas, o espaçamento correto, a melhor localização da cultura, etc. Mas é do arado e da prancha que parte a revolução da produção (123). A aração e o aplainamento da terra por intermédio da associação arado e prancha com a força motriz do animal já constituíam operações mecanizadas. Nas duas operações, malgrado a diferença entre elas, pois a precariedade da madeira de aplainar o solo exige maior força muscular e maior habilidade das pessoas que o arado, o trabalhador não mais operava com os instrumentos de produção, porquanto estes compunham um mecanismo (124). Formavam sistemas mecânicos, embora incipientes e limitados. A introdução e a disseminação do trator, do arado, do cultivador e da grade ajustados à potência do primeiro consolidam a mecanização iniciada no momento anterior. Da combinação entre o trator e os seus complementos resulta um mecanismo que, ao ser posto em movimento, realiza com maior perfeição e produtividade as operações antes realizadas pelo outro mecanismo descrito e pelas mãos do trabalhador. A enxada constituía-se no complemento indispensável do aludido mecanismo. O fundamental, entretanto, é me

(123) "Não é o trabalho, mas o instrumento de trabalho que serve de ponto de partida para a máquina". Cf. Karl Marx, Op. cit., p. 432.

(124) Essa interpretação inspira-se na análise de Marx da manufatura e da indústria moderna. Ver, a respeito, Karl Marx, Op. cit., especialmente as pp. 433 e 436. Ver, também, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira; Considerações sobre a formação do capitalismo, especialmente p. 18.

nos a mudança da força motriz humana e animal para a motrizada e mais a transferência definitiva dos instrumentos de trabalho do homem para o novo mecanismo que se instaura. O mecanismo acionado por motor toma o lugar do mecanismo de tração animal e dos instrumentos manuais de trabalho. Composto por distintos elementos que funcionam sincronicamente, liberta-se dos limites do mecanismo anterior e dos limites físico do trabalhador que a enxada não podia ultrapassar. É clara a diferença entre uns e outro: com a enxada, o homem opera manualmente; com o mecanismo primitivo, empunha os braços do arado e o pedaço de madeira calcando-os sobre o solo ao mesmo tempo que controla o animal que puxa os mencionados instrumentos de trabalho; com o mecanismo motorizado, apenas dirige o trator. O trabalhador torna-se acessório consciente da máquina; em consequência, aumenta a competição dos trabalhadores entre si.

A mudança nas condições técnicas da produção ocorre primeiro com a apropriação do instrumento de trabalho pelo mecanismo impulsionado pelo animal e posterior mente pelo motor, reservando ao homem a função de direção dos mecanismos. No primeiro momento, apesar de perdurar a exigência de certo esforço físico e de certa perícia do trabalhador, a atuação deste sobre o objeto de trabalho, já não é mediatizada apenas pela enxada, mas também pelo mecanismo que opera. A enxada cede parcialmente o lugar para o equipamento de tração animal e composto por um conjunto de elementos de características semelhantes às suas. Dizemos parcialmente, porque o trabalho manual não é abolido totalmente. Longe disso: é complemento obrigatório do sistema mecânico. Todo o trabalho posterior à aração e ao aplainamento do terreno é manual. O elemento subjetivo ainda desempenha papel importante no processo de produ-

ção. Fato este limitante da redução do tempo de trabalho e, em consequência, da acumulação do capital. Será essa mecanização parcial que promoverá as modificações seguintes das quais originarão a motomecanização (125). A potência da força motriz animal é limitada. Além disso, não apresenta uma uniformidade no seu movimento (126). É o trabalhador quem a regula e lhe imprime o ritmo. Não obstante, o animal não só foi utilizado na infância da produção da cebola, como ainda o é na realização de determinadas operações. Mas é somente com o emprego do trator que os entraves apontados serão superados. Movido por motor de potencial variável, rompe os limites impostos pela motricidade do homem e do burro. O acoplamento do arado, da grade, do cultivador, do pulverizador, da carreta, etc. ao trator forma um mecanismo cujos limites estão muito acima dos da força humana e animal (127). Temos então a revolução do modo de produzir. Cada elemento coopera com os demais elementos do mecanismo para um fim comum. O arado, a grade e o cultivador completam-se na preparação do terreno. Esta se realiza por meio de operações sucessivas e conexas cuja execução é mediatizada por distintos elementos acoplados ao trator. A este acoplam-se ainda o pulverizador e a carreta. O primeiro é usado nos tratos cultu-

(125) É do mecanismo primitivo que se origina a revolução da produção a partir de fins dos anos sessenta.

(126) Toda melhoria que contribua para a uniformidade do solo favorece o emprego da máquina a vapor para produzir força puramente mecânica (...) O cavalo é necessário onde há cercados irregulares e outros obstáculos que impedem a ação uniforme. Esses obstáculos estão cada dia a desaparecer. Cf. J.C. Morton, estudo apresentado na Society of Arts, em 1859, apud Karl Marx, Op. cit., p. 429.

(127) M.J.C. Monteiro e P.E. Minoga: "A mecanização na agricultura brasileira", In: Revista brasileira de economia, vol. 23, nº 4, p. 74. Para um exame teórico do assunto ver Karl Marx, Op. cit., especialmente p. 427.

rais; a segunda, no transporte de materiais e da cebola, no interior das unidades produtivas, Outro componente da mecanização motorizada é o conjunto de irrigação por aspersão. Composto por fonte d'água represada, possantes motores elétricos e a diesel, linha mestra de canos, à qual se ligam os tubos portadores de aspersores, forma, do mesmo modo que os elementos relatados anteriormente, um autêntico sistema mecânico. A terra e os materiais aplicados nela e na planta emergida das suas entranhas são submetidas a sucessivas operações, levadas a cabo por meio de diferentes elementos articulados num mecanismo: as carpas, com o cultivador; as pulverizações, com os pulverizadores manual e automático, etc.

Assim, grande parte das barreiras impostas pelas condições anteriores da produção são desobstruídas. O elemento subjetivo do qual emergiam as transformações cede a primazia ao elemento objetivo. Agora é deste que emergem as transformações da produção. Acompanham o progresso técnico e agrônômico a redução e a simplificação do trabalho. A habilidade manual do trabalhador é praticamente abolida. Com isso, acentua-se a compressão do custo da força de trabalho, o que redundará em aumento do trabalho sobran-te. É preciso ressaltar, no entanto, que o replante e a colheita manuais dificultam a consolidação da subsunção real do trabalho no capital.

A isso corresponde a passagem da organização da produção similar à forma manufatureira para a organização da produção similar à grande indústria. Enquanto a primeira centra-se no trabalho vivo, sendo dependente da virtuosidade do trabalhador; a segunda centra-se no trabalho morto, implicando a redução e a simplificação do trabalho e, praticamente, prescindindo da habilidade manual do trabalhador. Mais ainda, põe em xeque a existência de parceria,

que se mantém porque as operações de replante e colheita continuam manuais.

Essa passagem expressa, portanto, o novo modo pelo qual o trabalho se subsume no capital. A forma primitiva de subsunção requeria a ampliação e a intensificação da jornada de trabalho como únicos meios de extração do sobretbalho; a nova forma de subsunção, por pressupor uma revolução nas condições de produção imposta pela lei do valor, que compele os agricultores à tecnificação do processo produtivo, sob pena de alijá-los da concorrência, não requer apenas a ampliação e a intensificação da jornada de trabalho como meios de extração do sobretbalho, mas também o incremento da produtividade do trabalho.

Cultura de inverno, época em que as chuvas são escassas, a cebola necessita de irrigação constante, seja por infiltração, seja por aspersão (128). O primeiro método de irrigação está praticamente em extinção. Raras são as vezes em que aparece. E quando aparece é complementar à irrigação mecanizada. A irrigação por aspersão é hegemônica. Introduzida em 1968, propagou-se (129), ao longo dos anos, por todas as propriedades produtoras de cebola. Não há hoje cultura de cebola sem aspersor. O que há é cultura não totalmente irrigada por aspersão. É em situações como esta que se faz necessária a complementação da irrigação por aspersão pela irrigação por sulcos. Dotado de bombas especiais, de canos leves providos de junções rápidas, remane

(128) "A irrigação tem por objetivo primordial a aplicação artificial de água ao solo, para suprir seu intervalo disponível, compensando a falta, a insuficiência ou a má distribuição das chuvas". Cf. João Batista Ioriotti Demattê et alii, Bragantia, vol. 33, p. CXXIII.

(129) Com certeza, essa propagação não se fez sem "embates e muito choro e ranger de dentes" por parcela dos adotantes.

jáveis por toda a área de irrigação, e de aspersores giratórios, o sistema de irrigação por aspersão constitui o método mais eficaz de irrigar a planta da cebola. É poupador de força de trabalho, de água, de energia elétrica de combustível, ou de ambos; ademais, é propiciador de melhor aproveitamento do terreno. Economiza, no mínimo, trinta por cento do terreno, porque, além de prescindir dos sulcos de irrigação, diminui a distância entre as linhas de transplantação e entre as plantas no interior das mesmas. É grande a economia de trabalho que proporciona. Apesar de não podermos mensurá-la numericamente, a simples comparação com a descrição da irrigação por infiltração permite uma avaliação. Uma coisa é irrigar risco por risco, mediante a abertura e o fechamento dos regos com a enxada. Outra é irrigar mecanicamente o solo. A cada dezoito metros da linha mestra há uma válvula. A cada doze metros há um aspersor. Cada aspersor irriga um círculo de dezoito metros. Como cada tubo possui dez aspersores, numa só vez molha-se uma extensão de cento e vinte metros de comprimento, por dezoito metros de largura. Uma vez efetuada a irrigação de uma área, remove-se o cano para a válvula seguinte. E assim sucessivamente. Como a rede d'água passa no meio da área de irrigação, molha-se primeiro de um lado, depois do outro. Enquanto na irrigação por infiltração todo o trabalho é manual, na irrigação por aspersão só a remoção dos canos é manual. O método da aspersão também economiza água; enquanto na irrigação por infiltração o consumo d'água é de quinze a vinte litros por metro quadrado de terreno de transplante, na irrigação por aspersão o consumo d'água por metro quadrado é de quatro a cinco litros, dependendo da quantidade e da frequência das irrigações, do tipo do solo

e do seu teor de umidade (130).

Executada por parceiros ou por empregados seus, a irrigação é semanal. Se o sol for intenso e a temperatura elevada, o intervalo entre uma irrigação e outra é reduzido para seis ou cinco dias. Obedecidos os prazos, que variam, repetimos, conforme o meio ambiente, a irrigação é feita durante o dia inteiro. Falta ou excesso de umidade são nocivos à planta. A carência de umidade concorre para o decréscimo da produção e retarda o amadurecimento do bulbo. A umidade excessiva estimula o engrossamento das hastes e torna os bulbos aquosos e de pouca duração (131).

A capacidade de irrigação do sistema de aspersão depende da extensão do conjunto dos seus elementos. Esta, por sua vez, varia em função da superfície cultivada. Caso a extensão do conjunto de irrigação seja inferior à da área trabalhada, esse sistema de irrigação é complementado pelo sistema de irrigação por infiltração. Caso não exista o sistema de aspersão, a irrigação é inteiramente feita por infiltração, o que não mais existe. Existiu antes e durante a implantação da irrigação por aspersão. Implantação esta, vale dizer, que se consolida na segunda metade da década de setenta. Na irrigação por infiltração, a água é impulsionada ao topo da cultura por bombas elétricas ou a diesel ou, ainda, por um canal adutor e retida em reservatório, de onde partem os canais distribuidores, dos quais saem os canais de irrigação entre as linhas de transplantação. Os sulcos de irrigação são construídos com a enxada ou o sulcador movido por animal, partindo da cabeceira da lavoura, a pleno declive e com inclinação bem próxima ao nível do terreno, o que se observa pelo deslocamento da água no trecho

(130) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 22.

(131) Ibid.

do sulco já construído. Em primeiro lugar, nivela-se uma faixa do terreno. Depois, ela é dividida em quadras de a proximadamente dez metros de comprimento e um metro de lar gura, separadas por canais de irrigação. Estes possuem um declive suave. Forte inclinação provoca o arrastamento de partículas terrosas, causadoras de erosão e prejudiciais à irrigação, pela obstaculização da circulação d'água nos re feridos canais (132). O conjunto de um certo número de qua dras forma uma série de quadras. Desse modo, risco por ris co, quadra por quadra, série por série são rigorosamente nivelados. A água penetra nos sulcos pela cabeceira das quadras, por meio da remoção de obstáculos de terra, que funcionam como comportas. Primeiro, abre-se a comporta de um sulco. Em seguida, é feita a irrigação, mediante o mes mo processo, só que agora nas linhas de transplantação. A irrigação é efetuada linha por linha, até esgotar-se a qua dra. Inicia-se então a irrigação da outra quadra. E assim por diante, até esgotarem-se todas as quadras. Esse método de irrigação configura-se como uma espécie de sistema mis to. A fonte d'água, não raro, é artificial: a água é repre sada em açudes ou depósitos. Mesmo quando a fonte d'água é natural, a sua extração, na maioria das vezes, é motome canizada. A ela articula-se a irrigação manual. Tem-se aí o prenúncio do sistema misto, que adquire forma acabada com a complementação da irrigação por aspersão pela irri gação por infiltração. Então, ao sistema mecânico é adicio nado o semimanual, resultante da combinação entre aguação e acionamento d'água mecânicos, de um lado, e acionamento d'água mecânico e aguação manual de outro; ou inversamen te, o que nos parece mais correto do ponto de vista crono

(132) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cul tura da cebola", Op. cit., p. 22.

segunda, vinte dias após a primeira capina; a terceira, quando o mato crescer novamente; a quarta, obviamente, só é realizada se houver mato e houver tempo de trabalho disponível. Esse fator é decisivo. O ideal é colher a cebola em terreno limpo. Mas nem sempre isso é possível, dada a escassez de tempo. A propósito, é oportuno lembrar que, em regra, as distintas operações constituintes do processo de produção realizam-se numa mesma época, em consequência do caráter parcelar. Elas são simultaneamente sequenciais e coincidentes no tempo. Nesse sentido, o parcelamento das operações implica uma sobrecarga de trabalho. Às vezes, na primeira carpa costuma-se empregar somente a enxada. A argumentação é a de que, por causa da tenra idade da planta, a utilização do cultivador nesse momento danificaria a cultura. Esse entrave gerado pelo incipiente grau de desenvolvimento da planta é superado pelo seu próprio desenvolvimento, que viabiliza o emprego do cultivador na segunda carpa, ocasião em que as raízes estão mais profundas e as ramas estão maiores, distinguindo-se do mato e resguardando-se de ferimentos e até da extirpação da planta. A terceira capina também apóia-se no uso do cultivador. Daí em diante emprega-se só a enxada. Agora o que impede a aplicação do cultivador é a altura das ramas. A diferença entre o passado e o presente é que antes havia nítido predomínio da enxada, ao passo que hoje o uso do cultivador é mais acentuado que no passado, dividindo com a enxada a instrumentalização das carpas. Anteriormente as carpas eram muito mais trabalhosas. Exigiam um grande contingente de trabalhadores (133). O emprego do cultivador economiza trabalho. A alteração de

(133) A carpa manual é uma operação intensiva de trabalho. Ver, a respeito, o estudo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", ano 9, nº 8, Op. cit., p. 9.

grau entre o uso do cultivador e o da enxada acaba por requalificar a mudança. Eleva a força produtiva do trabalho, possibilitando realizar um número maior de carpas, numa área maior, com menos trabalho.

O uso do herbicida, como vimos, é pouco difundido. Em parte, por exigir cuidados excessivos do trabalhador, seja em relação à planta, seja em relação a si mesmo, e também pela ausência de um diagnóstico preciso de suas prováveis implicações, principalmente para a terra; em parte, e isto nos parece fundamental, porque a carpa é executada pelo parceiro. Fato esse que diminui o custo dessa operação. Assim, se, de um lado, a adoção do herbicida implica a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, de outro, a permanência da relação de parceria, apesar de equacionar determinados problemas com os quais defronta a dinâmica do capital na cebolicultura, por reduzir o custo da reprodução da força de trabalho, bloqueia a incorporação de práticas agrícolas mais avançadas, excludentes de força de trabalho. É o que ocorre com o herbicida. Junte-se a isso o fato de que a aplicação do herbicida não dispensa totalmente o uso do cultivador, da enxada e nem das mãos despidas de quaisquer instrumentos. Posteriormente à sua aplicação, emprega-se o cultivador para extrair a erva daninha morta. Isso entre as leiras de transplantação. No seio delas, dado o exíguo espaço existente entre as plantas, o mato, morto ou vivo, é tirado com as mãos ou com enxadas estreitas e pouco afiadas, de preferência bastante gastas pelo uso, para não ferir os bulbos e as raízes situados quase na superfície do solo. No início, além de pequenas enxadas, utilizava-se um arco de barril cujas extremidades eram solidamente presas na ponta de um pau, similar ao cabo da enxada. Esse instrumento tinha a forma e o tamanho de uma enxadinha, com a vantagem de não ferir os bulbos, pois, como se sabe, as raízes da cebo

la não penetram as profundezas do solo de imediato, mas caminham, de início, uns dez centímetros quase paralelamente à superfície da terra e numa profundidade de cinco centímetros, para depois descerem verticalmente, atingindo então, em média, uma profundidade de setenta a oitenta centímetros (134). Nem mesmo a carpa com o cultivador dispensa o uso posterior da enxadinha. Aquele instrumento só arranca o mato radicado nas entrelinhas da transplantação. Entre as plantas, a limpeza do mato é feita com a enxada ou simplesmente com as mãos. Assim, em ambas as situações, a carpa manual é sempre imprescindível.

Do exposto infere-se que os tratos culturais consistem, entre outras coisas, em erradicar o mato e remexer a terra. A carpa, independentemente da maneira pela qual é executada, promove simultaneamente a limpeza e o revolvimento do solo, o que é benéfico à terra e à planta, a ponto de elevar a produtividade do trabalho. É realizada pelo parceiro ou membros da sua família, com o cultivador ou a enxada e, esporadicamente, com o herbicida, aplicado por intermêdio do pulverizador costal, de acionamento mecânico ou manual.

Além da capina e da escarificação da terra, os tratos culturais compreendem a pulverização. Esta é feita quantas vezes forem necessárias ao combate dos insetos e das moléstias. É costume pulverizar uma vez por semana. Em época chuvosa o número de pulverizações aumenta. Pulveriza-se então o suficiente para a preservação das condições sanitárias regulares. Nas culturas menos intensivas, o período entre uma pulverização e outra é de quinze dias. Isso, é claro, após o transplante. Antes dele, ou seja, na fase de for

(134) Olympio de Toledo Prado, "Cultura da cebola" in: O agronômico, ano 4, nº 58, p.3. Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 18.

mação das mudas, ela é realizada uma vez por semana. A falta de informações impossibilita-nos detectar se a pulverização cai aquém dessa proporção ou até desaparece em determinadas propriedades. É certo que nas propriedades de baixa intensidade de capital, onde os recursos financeiros e técnicos são poucos, as demais práticas agrícolas que exigem um dispêndio monetário relativamente alto são escassas. Isso deprime a produtividade do trabalho e da terra, que não recebe os devidos reparos, bem como influi negativamente na qualidade do produto, reduzindo-lhe a competitividade e, em decorrência, a capacidade de obtenção de preços favoráveis no mercado. Essa situação é semelhante à do início da cebolicultura. Naquela época a pulverização era muito rara. Praticamente inexistia. Empregava-se somente a cinza na sementeira. A adoção de defensivos data de 1959/60. Desde então o emprego desses produtos vem aumentando. Mas é na década de setenta que ele ganha grande impulso.

A pulverização é realizada pelo produtor direto, por intermédio da bomba costal manual ou mecânica ou, ainda, menos frequentemente, por meio de pulverizador acoplado ao trator. O funcionamento da bomba costal mecânica prescinde da força física, ao passo que a bomba costal manual exige o bombeamento. Por outras palavras, uma é automática; desde que ligada, o operador apenas a dirige, carregando-a nas costas. A outra, embora também seja costal, precisa ser acionada manualmente para funcionar. Exige, pois, um maior dispêndio de energia física. A capacidade de ambas é igual: de quinze a vinte litros. Um homem pulveriza cerca de mil e quatrocentos pés de cebola por dia. Isso operando com a bomba movida mecanicamente. Com o emprego da bomba manual, a capacidade de pulverização decresce, porque, além de a bomba ser acionada manualmente, a pulverização é feita por ruas. A bomba mecânica, ao contrário, possibilita a pulverização por

faixas, atingindo uma extensão maior. O pulverizador acoplado ao trator, obviamente, possui maior capacidade de pulverização e produtividade mais elevada. Entretanto, é de uso restrito. Apenas alguns dentre os grandes produtores de cebola o utilizam.

Entre o terceiro e o quarto mês posteriores ao transplante, a planta completa o primeiro ciclo vegetativo: as raízes morrem, os bulbos amadurecem, as folhas adquirem tonalidade amarela, murcham e tombam. A partir desse momento começa a colheita. Em circunstâncias normais, ela ocorre basicamente nos meses de julho e agosto. O amadurecimento dos bulbos é heterogêneo: alguns adiantam, outros não, ou outros ainda atrasam. Isso se deve à sementeira, ao local do cultivo, ao tipo e ao preparo do solo, à temperatura, aos tratamentos culturais, etc. Ademais, a sementeira e o transplante, dos quais depende o amadurecimento, são parcelares. Compreende-se, assim, por que as distintas operações componentes das várias fases da cultura da cebola, apesar de cronologicamente sequenciais, são coexistentes. Isso confere um duplo aspecto ao parcelamento do cultivo: economiza trabalho e sobrecarrega o trabalhador. Mesmo realizando-se de modo parcelar, a colheita é altamente absorvente de trabalhadores. É certo que o corte da rama em substituição ao restiamento, peculiar ao período inicial da cultura da cebola, reduziu muito o trabalho. É igualmente certo que a utilização de veículos motorizados, no transporte do produto da lavoura ao terreiro e daí ao galpão, também reduziu o trabalho. Ainda assim, a colheita requer um grande número de trabalhadores. Uma pessoa colhe até mil e quinhentos pés de cebola por dia. Essa quantidade varia de acordo com a extensão da jornada de trabalho e o ritmo do trabalho. Quanto mais extenso o dia de trabalho e mais intenso o ritmo de trabalho, maior será a quantidade de bulbos arrancados da

terra. Mas como conseguir isso ? Ainda mais tratando-se de uma operação manual, em que o trabalhador extrai a cebola da terra puxando-a pelas ramas ? Muito simples: por meio da racionalidade do regime de parceria, que submete o trabalhador ao seu império. Em que consiste tal racionalidade ? Sabemos que a parceria é uma sociedade, da qual o produtor direto participa como prestamista de meios de produção e da força de trabalho. Como fornecedor do trabalho vivo constituinte da relação de parceria, obriga-se a realizar a contento todas as operações que se comprometera a realizar. E só pode realizá-las trabalhando obstinadamente. Temos aí um dos fatores essenciais da reprodução do capital. A economia de trabalho ocorre sem que haja diminuição na duração do dia de trabalho, que permanece variável. Continua estendendo-se o máximo possível. Esbarra tão somente nos limites da resistência física e dos costumes do trabalhador (135). Não é a extensão da jornada de trabalho que se modifica, mas o modo de extração do trabalho excedente. Este se faz, então, num duplo sentido: restringindo-se o tempo de trabalho e prolongando-se a duração do dia de trabalho. Isso só se efetiva graças ao aumento da produtividade do trabalho. A esta corresponde, pois, a ampliação do trabalho sobranete. É isto que impele o proprietário fundiário a desenvolver incessantemente a força produtiva do trabalho. Objetiva restringir o trabalho, sem diminuir a jornada de trabalho. Economia de trabalho e incremento da extensão do dia de trabalho conjugam-se como meios de extração do sobretabalho. Bem diversa era a situação nos primórdios: a extração do excedente repousava no prolongamento e na intensificação da jornada de trabalho. A base técnica na qual a produção se assentava impedia a extração do excedente por meio da redução do tempo

(135) Para uma discussão teórica desse assunto, ver Karl Marx, Op. cit., pp. 191 e 262.

de trabalho. A acumulação de capital gera acumulação de trabalhadores.

Cuidemos da colheita. Sabemos que é parcelar e manual. Há um ajuste entre esses dois aspectos. O parcelamento da colheita modera o acúmulo de trabalho, sem reduzir a sua magnitude. Colhem-se primeiro os bulbos maduros, preparando-os, embalando-os e vendendo-os. E a colheita prossegue à medida que os bulbos vão amadurecendo. A não adoção de máquinas que possibilitem a mecanização da colheita, responde-se com o parcelamento e a cooperação do trabalho manual (136). Não é que a implantação dessas máquinas esteja remota. Ela é possível, e a curto prazo. São tratores equipados de secadoras. As mais simples apenas colhem os bulbos. As mais complexas efetuam concomitantemente o corte das raízes e das ramas: ao mesmo tempo que passam uma barra por baixo da terra para cortar as raízes, cortam a parte aérea da planta (137). Assim, exceto os retoques finais e o ensacamento da cebola, que continuariam manuais, as outras operações seriam mecanizadas. Haveria, sem dúvida, uma significativa economia de trabalho.

Todavia, essas secadoras ainda não foram implantadas. Fato esse que impede a mecanização da extração dos bulbos da terra. A racionalização da produção, por assegu

(136) "Na época da colheita e em outras ocasiões em que tudo tem de ser feito depressa, o trabalho se realiza melhor e mais rápido se há muitos trabalhadores (...) Realizam o dobro do trabalho que o mesmo número de trabalhadores divididos em grupos separados (...) J. Arbthnot, "An Enquiry into the Connection between the present price of provisions and the size of farms", by farmer, Londres, 1773, pp. 7 e 8, apud Karl Marx, Op. cit., p.375. A parcelização das operações é outra forma de potenciar o trabalho. Sobre isso consultar o capítulo anterior.

(137) Heloisa Mattana Saturnino et alii, "Colheita, cura, seleção, classificação, embalagem e transporte da cebola", In: Informação Agropecuária, Op. cit., p. 61.

rar a superação dos limites técnico e agrônômico, potencializando o trabalho, dificulta o progresso técnico e agrônômico - a adoção das secadoras e do plantio direto, por exemplo. De outro lado, a acumulação endógena do capital, isto é, na própria cebolicultura, impulsiona o progresso técnico e agrônômico. Enfim, relação de parceria e expansão do capital compõem-se contraditoriamente. Mas, nesse movimento contraditório, tirante o transporte, as demais operações componentes da colheita são manuais. Arrancados os bulbos, se o tempo estiver firme, o seu recolhimento é retardado. Permanecem no campo ou no terreiro para secar. A cura completa-se nos galpões, se possível espaçosos e ventilados. Sob a ameaça de chuvas, os bulbos são imediatamente recolhidos nos galpões (138). A operação seguinte consiste em aparar as ramas e as pequenas raízes, com canivete. A seguir, os bulbos são colocados ao sol novamente, a fim de que adquiram melhor aparência: as suas películas externas ficam finas, amarelas e quebradiças. Por fim, a cebola é embalada em sacas de quarenta e cinco quilos.

No passado, as cebolas eram presas por tranças de taboa seca e umedecida. Não obstante a quantidade de cebola fosse bem menor que a atual, tratava-se de um trabalho intenso e amplo. Dele participavam todas as pessoas da família. Nessa época, os bulbos eram maiores. Isso se devia não apenas às variedades cultivadas, mas também ao espaçamento das mudas na lavoura. Sabemos que a produtividade é inversamente proporcional ao espaço entre as mudas. Quanto ao tamanho dos bulbos, verifica-se justamente o contrário: maior espaçamento, maiores bulbos. Não é demais reiterar a influ

(138) "A cura ao sol tem por finalidade a perda excessiva de umidade das ramas e a secagem das películas externas dos bulbos." Cf. Heloisa Mattana Saturnino et alii., ibid.

ência da época de plantação na produção. Ela decresce com a sementeação tardia.

Muito embora nos nossos dias o ciclo regular seja de noventa dias, as culturas bem situadas e cuidadas antecipam a safra, restringindo o ciclo vegetativo para setenta dias. Conforme mencionamos, constata-se o amadurecimento dos bulbos pelo murchamento prévio da rama, especialmente do "guia", secamento e tombamento das folhas e morte das raízes. Essas características, no entanto, podem não se efetivar. Por exemplo, quando se emprega uma variedade não ambientada ao meio ou cultivada em solo úmido e muito rico em nitrogênio, a planta não tomba, pelo simples fato de a haste tornar-se grossa. Mas, com um pouco de prática, o trabalhador logo identifica o amadurecimento dos bulbos pela coloração das folhas ou movendo as plantas, que caem para os lados. A planta também pode entrar no segundo ciclo. Plantio tardio e colheita em época chuvosa e quente propiciam isso. Os bulbos nessa situação são arrancados imediatamente. Caso contrário, continuarão em ciclo vegetativo (139).

A cebola deve ser colhida no momento certo. O fundamental para a determinação do momento certo da colheita é o "guia". Se não estiver murcho é porque a planta não completou o ciclo. A colheita prematura impede o pleno crescimento do bulbo. É frequente a extração dos bulbos em estágios de crescimento. A ânsia do produtor de obter melhor preço no mercado, o induz ao arrancamento prematuro dos bulbos, provocando quebra na produção. O que, às vezes, ganha no preço, perde no peso e na qualidade do produto, pois os bulbos continuariam crescendo, adquiririam maior tamanho e

(139) Humberto Ribeiro de Campos, "Instruções práticas: cultura da cebola", Op. cit., p. 25. Heloisa Mattana Sa turnino et alii. Op. cit., p. 60.

melhor consistência. Os bulbos colhidos ainda verdes são aquosos, de má aparência e fraca conservação.

Vimos que, no início, a produção mecanizada se radicava numa base técnica limitada. E à medida que aquela se expandia, mais limitada esta se tornava. Vimos ainda que, em contrapartida, a expansão da produção compreendia a incorporação de novos elementos técnicos e agrônômicos. Aos poucos, erguia-se a nova base técnica. Mas só com a difusão dos elementos motomecanizados esta atinge o estágio em que é capaz de remover os obstáculos da velha base técnica. Sem eles, a aração, a gradeação, a irrigação, as carpas e o transporte motomecanizados não se consolidariam. A nova base material subverte a produção. Antes, em virtude do caráter manual da maioria das operações, a organização da produção ajustava-se ao trabalhador. Ainda que movidos por animal, o pequeno arado e o pedaço de madeira exigiam uma considerável quantidade de trabalhadores. As outras operações, inclusive a irrigação, eram manuais. Nessas condições, a expansão da produção ficava na dependência direta do número de trabalhadores e da duração e intensificação da jornada de trabalho. Com a mudança das condições da produção, a técnica da mecânica, da química, da agronomia, etc. impõe-se àquele princípio subjetivo (140). Restringe a quantidade de trabalhadores; ademais, prescinde da qualificação deles, antes requerida. Apesar disso, a produção permanece intensiva de trabalho. O transplante das mudas e a colheita dos bulbos continuam sendo operações manuais e, por isso mesmo, absorventes de um grande número de trabalhadores. É verdade que a parcelização des

(140) M.J.C. Monteiro e P.E. Minoga, Op. cit., p. 73. Para um exame teórico do assunto, ver Karl Marx, Op. cit., notadamente p. 433.

sas operações diminui a quantidade de pessoas necessárias à sua realização. Mas, é igualmente verdade que, por economizar trabalhadores, essa parcelização entrava a adoção de práticas agrícolas mais avançadas, poupadoras de trabalho (141), a saber, o plantio direto e a mecanização da colheita. É essa lacuna nas condições objetivas da produção que preserva a parceria como modalidade específica de reprodução do capital.

(141) Acerca da desproporção entre a economia de trabalhadores e a economia de trabalho derivada da parcelização da produção, ver o capítulo anterior.

CAPÍTULO IV

(142)

NOVOS DADOS SOBRE A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÁRIA

Os componentes do processo material da produção são a terra, os homens, a matéria-prima e os meios de trabalho. Conhecemos a distribuição da terra e as formas de sua ocupação. Sabemos que 72,31% das explorações cadastradas possuem uma superfície inferior a 50 hectares, sendo que 60,17% delas situam-se entre as explorações de superfície menor que 30 hectares. Sabemos também que o conjunto dessas explorações abrange apenas 18,03% da superfície rural (143). Em contrapartida, 8,72% das explorações dominam 54,21% da superfície rural. Essas explorações têm uma superfície que varia de 200 a 1 000 hectares e mais. As explorações restantes, cujo percentual é de 18,97%, abarcam 27,76% da superfície rural e têm uma superfície que varia de 50 a 200 hectares. Nota-se que a divisão e a concentração da propriedade

(142) Os dados que compõem o presente capítulo foram extraídos do citado cadastro das propriedades rurais do município de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

(143) Esses dados aproximam-se dos do conjunto do Estado de São Paulo, onde os estabelecimentos de menos de 50 hectares, representando 79,8% do total dos estabelecimentos ocupam uma área de apenas 18,2%. Cf. Juarez Rubens Brandão Lopes, *Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)*, In: *Estudos Cebrap*, nº 22, p. 64.

de da terra caminham juntas. Esboçam-se, à primeira vista, as faces opostas da transformação rural: a ampliação numérica das pequenas explorações e a redução numérica das grandes explorações. Enquanto as primeiras somam 423 explorações, as segundas somam apenas 51 explorações. As explorações médias somam 111. Esses grupos de explorações, é óbvio, são heterogêneos. Não só eles são heterogêneos, mas também as explorações pertencentes a cada um dos grupos. Elas encerram superfícies desiguais de terra. Como agrupar, então, explorações distintas? E mais, uma pequena área de terra pode ser explorada de modo intensivo e, inversamente, uma grande área de terra pode ser explorada de modo extensivo; uma mesma extensão de terra pode ser explorada de modos diversos. A superfície da terra não exprime a magnitude do empreendimento. Por isso, a classificação das explorações somente por meio desse critério é enganosa. Escamoteia o essencial, porque não é o "tamanho" (144) das explorações fundiárias que as diferencia e sim a maneira de produzir, da qual o volume dos elementos da produção e do produto são um aspecto. Daí a necessidade de se considerar como elementos diferenciadores, além dos mencionados meios de produção, do tipo e volume da produção, a forma e a quantidade de trabalho despendido, a área cultivada, etc.

Retomemos a exposição do capítulo primeiro. Começemos pelas pequenas explorações. São, como vimos, as de superfície inferior a 50 hectares. Tomemos, de início, os da

(144) "O termo tamanho é um tanto ambíguo porque as dimensões da propriedade variam conforme as variáveis que se tomam em conta (área, intensidade de capital (...)" Cf. Secretaria da Agricultura (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", ano 9, nº 6, Op. cit., p.25. Sérgio Silva vem desenvolvendo pesquisas nesse sentido. Ver, a respeito, Sobre a estrutura da produção no campo, 1981. Ver, também, o clássico trabalho de V.I. Lenin, "Nouvelles données sur les lois du développement du capitalisme dans l'agriculture", 1977.

dos sobre a área trabalhada (145). Essas explorações dispõem de 10,24% da área cultivada de café, 37,60% da área cultivada de cebola, 28,79% da área cultivada de milho, 39,61% da área cultivada de arroz, 31,67% da área cultivada de feijão, 15,56% da área de pastagem e 15,06% da área reflorestada.

As grandes explorações, como é de nosso conhecimento, são as de superfície superior a 200 hectares. Possuem 67,65% da área cultivada de café, 30,77% da área cultivada de cebola, 37,08% da área cultivada de milho, 30,57% da área cultivada de arroz, 38,27% da área cultivada de feijão, 56,34% da área de pastagem e 74,36% da área reflorestada.

Vejamos, por último, as explorações médias. Lembremos que esse grupo é formado por explorações de superfície de 50 a 200 hectares. Essas explorações contêm 22,11% da área cultivada de café, 31,63% da área cultivada de cebola, 34,13% da área cultivada de milho, 29,82% da área cultivada de arroz, 30,06% da área cultivada de feijão, 28,10% da área de pastagem e 10,58% da área reflorestada. O quadro abaixo nos propicia uma visão concisa do conjunto das explorações.

(145) Entendemos por área trabalhada a área cultivada mais as áreas de pastagem e reflorestada. A exclusão da área de mata natural da área trabalhada deve-se ao fato de essa área não conter trabalho passado.

QUADRO XXIX - Perfil da estrutura agrária: percentuais das explorações e das áreas total, trabalhada, cultivada, de pastagem e reflorestada.

	Est.	expl. %	a.tot. %	a.trab. %	a.cult. %	a.past. %	a.refl. %
p.	423	72,31	18,03	19,26	26,03	15,56	15,06
m.	111	18,97	27,76	28,32	29,75	28,10	10,58
g.	51	8,72	54,21	52,42	44,22	56,34	74,36
T.	585	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Muito embora essa descrição nos permita precisar os produtos principais e mensurar o volume da produção de cada grupo de explorações e, ainda, ilustrar a disparidade existente entre os três grupos de explorações, ela não nos permite detectar as diferenças contidas nas explorações concernentes à cada grupo de explorações. A rigor, apesar das indicações a respeito da produção e dos produtos, permanecemos presos à classificação das explorações segundo o critério da extensão da terra. Em vista disso, perguntamos: serão elas, de fato, pequenas, grandes e médias explorações? Há pouco criticamos o aludido critério da superfície do solo. Verifiquemos. Sabemos que um mesmo grupo de explorações compreende propriedades díspares quanto ao montante da produção. Tomemos, pois, os dados disponíveis sobre a produção das explorações pertencentes aos vários grupos. Eles indicarão o volume econômico das distintas explorações.

Começemos, agora, pelas explorações de maior produção. Pois bem, elas estão inseridas em cinco diferentes grupos de área, a saber, de 10 a 30 hectares, de 50 a 100 hectares de 200 a 300 hectares e de 500 a 1 000 hectares e mais. Examinemos esses grupos. O primeiro deles ocupa 10,02%

da área total trabalhada, o segundo ocupa 12,33%, o terceiro ocupa 14,87%, o quarto ocupa 13,03%, o quinto e último grupo ocupa 16,35%.

QUADRO XXX - Área trabalhada por estratos.

Estratos	nº expl.	área trab.	% a. trab.
0 — 10	153	891,61	2,46
10 — 30	199	3 631,86	10,02
30 — 50	71	2 458,40	6,78
50 — 100	65	4 471,66	12,33
100 — 150	29	3 230,98	8,91
150 — 200	17	2 566,85	7,08
200 — 300	24	5 392,24	14,87
300 — 500	14	4 724,57	13,03
500 — 1 000	10	5 927,72	16,35
1000 e mais	3	2 963,52	8,17
Total	585	36 259,41	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Esmiucemos esses dados. Vejamos, de início, a sua distribuição entre as várias culturas. Obedecendo a mesma sequência de exposição, temos os seguintes percentuais: 4,96%, 10,48%, 16,16%, 21,18% e 22,30% na cultura do café; 22,26%, 19,04%, 23,08%, 3,15% e 3,43% na cultura da cebola; 15,64%, 17,01%, 17,46%, 9,19% e 7,51% na cultura do milho; 22,22%, 15,64%, 15,45%, 6,51% e 5,30% na cultura do arroz; 16,15%, 13,72%, 20,13%, 7,21% e 9,44% na cultura do feijão. Observemos a participação de cada um desses grupos

de explorações nas áreas de pastagem e de reflorestamento. Na pastagem, os percentuais são 7,69%, 10,91%, 13,22% , 13,64% e 19,00%; no reflorestamento, os percentuais são 7,07%, 5,45%, 11,62%, 24,73% e 29,05%. Tais explorações possuem uma produção diária de 180, 3 542, 1 551 e 1 300 litros de leite B e 1 960, 2 206, 1 780, 4 390 e 2 910 litros de leite C.

Com efeito, essas explorações detêm 75,08% da área cultivada de café, 70,96% da área cultivada de cebola, 66,81% da área cultivada de milho, 65,12% da área cultivada de arroz, 66,65% da área cultivada de feijão, 64,46% da área de pastagem, 77,92% da área reflorestada, e uma produção diária de 6 573 litros de leite B e de 13 246 litros de leite C.

Esses dados fazem-nos crer que as maiores explorações não são necessariamente as de maior extensão, como normalmente se pensa. Eles indicam uma elevada produção nas explorações de superfície superior a 10 hectares. Mais ainda, indicam que essas explorações possuem o maior volume de produção (145) por hectare de terra cultivada. Os percentuais da área cultivada em relação à área total são de 4,51%, 4,81%, 5,67%, 3,55%, 3,44%, respectivamente. Essa vantagem do grupo de menor área inverte-se quando consideramos a área trabalhada, que inclui a pecuária e o reflorestamento. Os percentuais passam a ser, então, de 10,02% , 12,33%, 14,87%, 13,03% e 16,35%. Observa-se que o percentual aumenta particularmente em relação ao grupo de explorações detentoras da maior extensão de terra. Isso é explicável pelo simples fato de tais explorações serem produtoras de café e leite. Como, em regra, a pecuária consome

(145) É de supor que ao maior volume de produção corresponda uma maior massa de valor. No entanto, os dados que dispomos não permitem que trabalhemos melhor esse ponto.

um espaço físico maior, o mencionado acréscimo não invalida a afirmação sobre o elevado volume econômico das explorações de superfície superior a 10 hectares. Devemos considerar ainda que essas explorações são especializadas na produção de cebola, ao passo que as explorações de superfície maior, como dissemos, são produtoras de café e leite. Além disso, há uma acentuada desproporção numérica entre os dois tipos de explorações a que nos referimos. Enquanto um abriga 264 explorações, o outro abriga tão somente 48 explorações.

Não obstante as particularidades apontadas, os dados trabalhados não deixam nenhuma dúvida sobre o grande volume da produção dessas explorações. Constituem-se em grandes explorações pelo montante da produção. Mas, se tais explorações se identificam pelo volume econômico, diferenciam-se quanto à forma de produção em que se assentam. Uma parte delas tem na parceria a forma básica de trabalho; outra parte radica-se no trabalho assalariado. Por apoiar-se no trabalho de parceria, a primeira forma de propriedade constitui-se em empresa agrícola mercantil, enquanto a segunda forma de propriedade apontada, ao se escudar no trabalho assalariado, independentemente da forma do assalariamento, constitui-se em empresa capitalista.

Surge, aqui, um problema. Sabemos que, em certas propriedades, o café é cultivado por empreita. Sabemos também que a empreita implica o uso do trabalho familiar. De que maneira entendê-la, então, como uma forma de trabalho assalariado ?

Em primeiro lugar, porque o trabalho familiar não exclui, obrigatoriamente, a separação do produtor direto de seus meios de trabalho e de vida. O empreiteiro e seus familiares são despojados de toda propriedade que não seja a da força de trabalho, a qual é trocada por dinheiro, com o ob

jetivo de valorizar o capital (146). Em segundo lugar, por que a forma de pagamento do salário em nada altera a sua essência, a relação entre trabalho assalariado e capital (147). O pagamento por tarefa não suprime a extração da mais valia e a sua apropriação pelo capitalista. Repete-se aí, de certo modo, o que ocorre na relação de parceria. A utilização do trabalho familiar potencia o trabalho do em preiteiro. Logo, amplia o trabalho excedente. De outro la do, diminui o custo de reprodução da força de trabalho, por dividi-lo entre os membros da família. E mais, a empreita, na verdade, além de imprimir um ritmo intenso ao trabalho, impinge ao trabalhador o prolongamento da jornada de traba lho, como meio de aumentar o seu salário. Por isso, o em preiteiro procura cuidar de um maior número possível de pés de café, pois, quanto maior for a quantidade destes, maior será o seu salário, quer dizer, a quantia em dinheiro que perceberá como pagamento da força de trabalho des pendida nos tratos culturais do cafezal (148).

É evidente a adequação da empreita à racionalidade de capitalista. Por potenciar e intensificar o trabalho, as sim como aumentar a sua duração, ela contribui para o re baixamento do custo da força de trabalho e da sua expres são monetária, o salário. O trabalhador adianta, ainda, a força de trabalho ao empresário, que dispõe dela durante determinado período, remunerando-a por ano ou por carpas,

(146) Oscar J. Thomazini Etti, Op. cit., pp. 16 e 17; José de Souza Martins, "Adoção de práticas agrícolas e tensões sociais", In: Capitalismo e tradicionalismo, Op. cit., p. 78.

(147) Para um exame teórico desse assunto ver Karl Marx, Op. cit., pp. 637, 638 e 641.

(148) Para uma análise da similitude do trabalho por em preita e o trabalho por peças, ver Brasília Sallum Jr. Op. cit., cap. 3, notadamente pp. 172 e 173.

mas sempre em proporção às tarefas efetivamente realizadas.

Por que o empresário ainda se vale de tal expediente para garantir a força de trabalho de que necessita e comprimir o seu custo ? Certamente porque a dinâmica da cafeicultura não impôs as condições próprias para a produção especificamente capitalista. É à luz disso que podemos entender o expediente apontado. Constitui-se num meio de superação dos entraves à acumulação de capital decorrentes da mecanização parcial do processo de trabalho, por reduzir os gastos salariais, mediante o emprego da família como unidade de trabalho, o aumento e a intensificação da jornada de trabalho e a potenciação do trabalho (149).

Avancemos um pouco mais a nossa investigação. Examinemos as explorações de menor produção. Coincidentemente, elas pertencem ao grupo de menor superfície. Dispõem de apenas 2,46% da área total trabalhada, assim distribuídos:

-
- (149) "A variedade de tipos de pagamento estipulados nos diferentes contratos de trabalho resultam numa falta de homogeneidade do mercado de trabalho (...) O fato de persistirem os tipos tradicionais de contratos de trabalho pode ser explicado pelas vantagens para os proprietários (...) A principal vantagem consiste em reduzir as despesas em dinheiro." (o grifo é nosso) Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades (...), nº 6, ano 9, Op. cit., pp. 28 e 29. Embora essa pesquisa date de 1958 e, de lá para cá, muitas coisas tenham-se alterado, dentre elas a unificação do mercado de trabalho, a vantagem apontada perdura. Some-se a ela a não mecanização plena do processo de trabalho na cafeicultura. A colheita, por exemplo, continua manual. A propósito da redução dos gastos monetários com salários, são interessantes as considerações de Brasília Sallum Jr., "Contribuição ao estudo do colonato", In: Mão-de-obra volante na agricultura, 1978, p. 30. Ver, também, do mesmo autor, o já citado trabalho, cap. 3.

0,88% na lavoura do café, 4,71% na lavoura da cebola; 4,59% na lavoura do milho; 5,54% na lavoura do arroz; 4,43% na lavoura do feijão; 1,80% na área de pastagem; 2,36% na área de reflorestamento. Têm uma produção diária de 371 litros de leite C.

Sublinhamos que o retalhamento da propriedade da terra nem sempre é acompanhado por um aumento da sua produtividade. A pequena produção, apesar de gozar da simpatia de muitos, no mais das vezes, tem uma baixa produtividade do trabalho. É o que os números acima atestam. Tais explorações apresentam uma das menores produções de cebola e cereais por hectare de terra lavrada. Estão acima apenas das explorações com área superior a 1 000 hectares e mais, que se dedicam à produção de café e leite. É certo que entre elas se incluem explorações de produtividade elevada. Fato este constatado entre alguns produtores de cebola, legumes, cereais, aves, ovos, etc. Mas aí não se trata de pequenos produtores e sim de grandes ou médias empresas por causa do volume econômico que encerram e da forma de trabalho em que repousam. O mais comum, entretanto, é o produtor direto trabalhar na sua própria terra, com o uso do trabalho familiar e de seus próprios instrumentos de trabalho, extraindo diretamente dela um produto que lhe garante parte dos meios de que necessita para manter-se como trabalhador e um excedente. A essa forma singular de produção chamamos economia mercantil simples. É mercantil, porque nela se produzem mercadorias (150); é simples, porque, no geral, o que se tem é uma mera repetição do processo de produção, isto é, a reprodução simples. Repetimos: no geral. Isso não exclui o aumento das condições de produção por uns, nem a deterioração das condições de produção por

(150) É o que comprovam os seus produtos principais: legumes, hortaliças, cereais, aves, ovos, etc.

outros. Os fatos parecem comprovar a maior frequência da segunda hipótese. Um dos seus indicadores é o estabelecimento de relações de parceria ou de assalariamento por esses trabalhadores com outros proprietários. Outro indicador é o fato de que tais produtores são os que menos meios de trabalho e benfeitorias possuem, relativamente ao seu número. Dissemos número e não área, porque só assim é possível explicitar a concentração desses elementos em algumas explorações. Recordemos que elas somam 153 e dispõem de apenas 9 tratores, 53 arados, 9 grades, 65 sulcadores, 8 plantadeiras, 65 pulverizadores, etc. Daí a baixa produtividade do trabalho que, ao mesmo tempo que coloca esses produtores numa dependência maior do mercado, forçando-os a recorrer a ele para fornecer seus produtos e adquirir meios de produção e de vida, avilta a reposição de tais elementos. Convém esclarecer que, embora nos reportemos aqui às explorações de superfície inferior a 10 hectares, é provável que explorações de maior área se encontrem próximas dessa situação. Isso, porém, não nega a tendência por nós apontada. Ao contrário, corrobora-a. Esse fato nos autoriza a pensar que a pretendida prosperidade da pequena produção ancorada no trabalho familiar não passa de um mito (151).

Analise as explorações de produção média. Essas explorações pertencem a quatro grupos distintos: o de 30 a 50 hectares, o de 100 a 150 hectares, o de 150 a 200 hectares e o de mais de 1 000 hectares. Têm uma participação na área total trabalhada de 6,78%, 8,91%, 7,08% e 8,17%.

(151) Essa é também a conclusão a que chega Sérgio Silva no seu já citado estudo Sobre a estrutura da produção no campo. Ver, ainda, do mesmo autor, A via do capitalismo no campo, especialmente pp. 3 e 4.

A contribuição para a formação desses percentuais é de 4,40%, 8,34%, 3,29% e 8,01% do cultivo do café; 10,63%, 8,99%, 3,60% e 1,11% do cultivo de cebola; 8,56%, 8,50% 8,62% e 2,92% do cultivo de milho; 11,85%, 6,90%, 7,28% e 3,31% do cultivo de arroz; 11,09%, 11,99%, 4,35% e 1,49% do cultivo de feijão; 6,07%, 9,29%, 7,90% e 10,48% da pecuária leiteira e 5,63%, 3,88%, 1,25% e 8,96% do reflorestamento. Mantém uma produção diária de 252 e 1 101 litros de leite B, e 1 289, 1 489, 17 420 e 1 100 litros de leite C.

Assim sendo, essas explorações detêm 24,04% da área cultivada de café; 24,33% da área cultivada de cebola; 28,60% da área cultivada de milho; 29,34% da área cultivada de arroz; 28,92% da área cultivada de feijão; 33,74% da pecuária leiteira e 19,72% do reflorestamento; uma produção diária de 1 353 litros de leite B e 21 298 litros de leite C.

Temos aí reunidas explorações de extensão relativamente pequena e de maior extensão, além de explorações de superfície média. Repete-se aí fenômeno similar ao que se verifica nas grandes explorações, onde estabelecimentos díspares quanto à dimensão da terra estão próximos quanto ao montante da produção. Em ambos casos, temos a reunião, num mesmo grupo, de explorações de superfície pequena, média e grande. E, por estranho que pareça, as explorações de menor área têm uma maior produção por hectare de terra cultivada. Dissemos cultivada, porque, sendo as explorações de grande superfície produtoras de café e leite, em geral elas possuem uma área trabalhada maior (152). Esse aspecto também é

(152) Essa distinção entre área lavrada e área trabalhada parece-nos importante, uma vez que o campo compreende outras atividades que não a agrícola. Por isso, a não observância desse detalhe pode levar a interpretações errôneas.

observável nas grandes explorações.

Os dados supra revelam que as explorações de maior superfície se baseiam na produção de café e leite; as explorações de menor superfície se baseiam na produção de cebola e cereais; e as explorações de média superfície se baseiam na produção de café, cebola e cereais. A mesma coisa ocorre nas grandes explorações.

Admitindo-se que a forma do trabalho dominante na cafeicultura e na pecuária seja a assalariada, as explorações de superfície maior configuram-se como empresas capitalistas. Apesar disso, nem sempre apresentam maior volume econômico por hectare de terra trabalhada. Do mesmo modo, sendo a forma trabalho de parceria dominante nas lavouras de cebola e de cereais, as explorações de superfície menor configuram-se como empresas agrícolas mercantis. Por último, não obstante o trabalho assalariado domine na cafeicultura, o salário não é, nas explorações de superfície média, o meio fundamental para a reprodução da força de trabalho e sim a parceria nos cultivos de cebola e de cereais, ajustada à produção direta de meios de subsistência pelo trabalhador. Por isso, essas explorações configuram-se como empresas agrícolas mercantis.

Com efeito, a estrutura agrária em estudo caracteriza-se pela existência de três formas básicas de propriedade: a empresa capitalista, a empresa agrícola mercantil e a economia mercantil simples, sendo que as duas primeiras se subdividem em pequenas, médias e grandes empresas, segundo a superfície trabalhada, o volume de capital e da produção, etc. A terceira e última delas, como assinalamos, encontra-se em franco processo de empobrecimento.

Comparemos os dados acerca da produção, inclusive os referentes às pequenas explorações. De acordo com esses dados, temos, num extremo, 153 pequenas explorações, repre

representativas de 26,15% do total das explorações e, noutro extremo, 312 grandes explorações, representativas de 53,34% do total das explorações. Entre esses extremos, temos 120 médias explorações, representativas de 20,51% do total das explorações. As pequenas explorações possuem 2,46% da área trabalhada: 3,63% da área cultivada, 1,80% da área de pastagem e 2,36% da área reflorestada; as grandes explorações dispõem de 66,60% da área trabalhada: 69,73% da área cultivada, 64,46% da área de pastagem, 77,92% da área reflorestada; as médias explorações têm o domínio de 30,94% da área trabalhada: 26,64% da área cultivada, 33,74% da área de pastagem, 19,72% da área de reflorestamento. O quadro abaixo permite uma melhor visualização desses dados.

QUADRO XXXI - Novo perfil da estrutura agrária: percentuais das explorações e das áreas total, trabalhada, cultivada, de pastagem e reflorestada.

Est. %	a.tot. %	a.trab. %	a.cult. %	a.past. %	a.refl. %
p. 26,15	2,32	2,46	3,63	1,80	2,36
m. 20,51	31,48	30,94	26,64	33,74	19,72
g. 53,34	66,20	66,60	69,73	64,46	77,92
T. 100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

A esses dados acrescentam-se os referentes à pecuária leiteira: às pequenas explorações cabem 1,06% da produção diária de leite C; às grandes explorações cabem 82,93% e 37,94% da produção diária de leite B e C; às médias explorações cabem 17,07% e 61,00% da produção diária de leite B e C, respectivamente.

O conjunto desses dados conduzem-nos à redefinição das explorações rurais. Elas são medidas agora conforme o volume da produção. Chegamos, assim, a uma concepção da estrutura agrária diversa daquela de que partimos, fundada na superfície das explorações. É o que mostram os quadros XXXI e XXXII.

QUADRO XXXII - Percentuais, por grupos de explorações, das áreas de café, cebola, milho, arroz, feijão e da produção de leite.

Est. %	a.caf.	a.ceb.	a.mil.	a.ar.	a.feij.	produção de leite		
						B %	C %	
p.	26,15	0,88	4,71	4,59	5,54	4,43	-	1,06
m.	20,51	24,04	24,33	28,60	29,34	28,92	17,07	61,00
g.	53,34	75,08	70,96	66,81	65,12	66,65	82,93	37,94
T.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

Não resta dúvida sobre a concentração da produção. Isso é inconteste. Os dados acima evidenciam-na. O que não está suficientemente esclarecido é quais são as explorações mais intensivas, isto é, que possuem um maior volume econômico por hectare de terra trabalhada. Computemos os dados acerca das benfeitorias, dos meios de trabalho e dos animais.

As pequenas explorações (26,15%) possuem 4,48% das casas de trabalhadores, 16,15% dos ranchos, 13,41% dos depósitos, 24,21% das redes de água encanada, 24,50% das redes de eletrificação, 5,89 dos açudes, 5,46% dos estábulos, 8,15% dos currais, 12,04% das ordenhas manuais, 2,82% dos tratores, 11,04% dos arados, 3,48% das grades, 9,41% dos sulcadores, 4,15% das plantadeiras, 8,05% dos pulverizadores manuais, 1,25% dos pulverizadores motorizados, 8,00% dos pul-

verizadores acoplados e 4,37% dos touros, 2,04% das vacas , 1,65% das novilhas e 2,49% dos bezerros.

As grandes explorações (53,34%) detêm 70,25% das casas de trabalhadores, 59,18% dos ranchos, 62,59% dos depósitos, 54,00% das redes de água, 56,73% das redes de eletricidade, 66,39% dos açudes, 55,56% das salas de ordenha, 65,98% dos estábulos, 63,04% dos currais, 63,89% das ordenhas manuais, 61,54% das ordenhas mecânicas, 71,47% dos tratores , 63,96% dos arados, 72,20% das grades, 65,41% dos sulcadores, 66,31% das plantadeiras, 66,80% dos pulverizadores manuais, 69,99% dos pulverizadores motorizados, 80,00% dos pulverizadores acoplados, 75,00% das máquinas de beneficiar café e 66,81% dos touros, 64,70% das vacas, 61,61% das novilhas e 63,87% dos bezerros.

As médias explorações (20,51%) dispõem de 25,27% das casas de trabalhadores, 24,67% dos ranchos, 24,00% dos depósitos, 21,79% das redes de água encanada, 18,77% das redes de eletricidade, 27,72% dos açudes, 44,44% das salas de ordenha, 28,56% dos estábulos, 28,81% dos currais, 24,07% das ordenhas manuais, 38,46% das ordenhas mecânicas, 25,71% dos tratores, 25,00% dos arados, 24,32% das grades, 25,18% dos sulcadores, 29,54% das plantadeiras, 25,15% dos pulverizadores manuais, 28,76% dos pulverizadores motorizados, 12,00% dos pulverizadores acoplados, 25,00% das máquinas de beneficiar café e 28,82% dos touros, 33,26% das vacas, 36,74 das novilhas e 33,64% dos bezerros.

Verifica-se, por meio desses dados, a concentração dos meios de produção nas grandes explorações. E neles não estão computados os dados concernentes aos materiais. Podemos evocar, ainda, em corroboração ao alto volume econômico por hectare de terra trabalhada, o lugar de destaque, que ocupam as lavouras de café e de cebola e a pecuária leiteira, nas grandes explorações. Essas atividades são as de maior expressão econômica. Não é por acaso que são características das maiores explorações. Como a cebola é uma planta típica da a

gricoltura intensiva, concentra a sua produção nas explorações de superfície menor. Nas explorações de superfície maior há supremacia do café e da pecuária leiteira. Logo, estes produtos tendem a predominar onde a propriedade da terra é mais concentrada. Onde ela é mais dividida, muito frequentemente, a predominância é da cultura da cebola. A explicação ordinária para esse fato baseia-se numa concepção natural. Segundo ela, as condições edáficas e climáticas existentes naquelas explorações são desfavoráveis ao plantio da cebola. Todavia, os acontecimentos não comprovam essa afirmação. Pois, à medida que tais explorações vão-se desdobrando em explorações de superfície menor, a cebola vai-se espalhando nos solos antes tidos como impróprios ao seu cultivo. Na realidade, o que se apresenta como natural tem um fundamento econômico. As explorações de maior superfície podem ser trabalhadas de modo rentável mediante a pecuária leiteira e o cultivo do café. O mesmo não acontece com as explorações de superfície menor. Aí, a lavoura de cebola é a melhor opção. Olerícola ambientada às condições locais, de fácil aceitação no mercado, possibilita uma grande produção numa pequena extensão de terra. A análise precedente mostrou que se trata de uma cultura intensiva. A pequena dimensão das explorações corresponde um elevado volume econômico. Essa constatação ratifica a redefinição de grande exploração, entendida como exploração intensiva de capital. Além disso, ela é reveladora da via fundamental do desenvolvimento capitalista da agricultura local. A simples superfície da terra nada diz sobre isso.

Pormenorizemos a nossa análise. Procuremos estabelecer a proporção das benfeitorias, dos meios de trabalho e da produção de leite por hectare de terra trabalhada. Começemos pelos meios de trabalho. O quadro seguinte nos mostra a sua composição.

QUADRO XXXIII - Percentuais, por grupos de explorações, de trator, arado, grade, sulcador, plantadeira, pulverizador manual, pulverizador motorizado, pulverizador acoplado e máquinas em relação à área cultivada.

Exp.	a. cult.	trator	arado	grade	sulcador	plant.	pulv. man.	pulv. mot.	pulv. acopl.	maq.
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
P.	464,77	002	011	002	014	002	014	0004	0004	-
M.	3412,65	002	004	002	005	002	006	001	00008	0003
G.	<u>8931,93</u>	003	003	002	005	001	006	001	002	0003
	12809,35									

Estranho ! Esses dados parecem contradizer as nossas afirmações precedentes. Ainda que ligeiramente, segundo eles, as pequenas explorações apresentam uma relação maior entre os meios de trabalho e a área cultivada. Se for assim, os adéptos da pequena exploração autônoma têm razão. No fundo, até há uma superioridade da pequena produção sobre as demais formas de exploração. Ela é mais intensiva. Examinemos os dados sobre as benfeitorias. O quadro abaixo nos oferece a proporção delas por hectare de terra trabalhada.

QUADRO XXXIV - Percentuais, por grupos de explorações, de casas de trabalhadores, ranchos, depósitos, redes de água encanada, redes de eletricidade e açudes em relação à área total.

Exp.	a.tot. %	c.trab. %	ranc. %	dep. %	r.água %	r.elétr. %	açudes %
P.	891,61	012	012	006	011	012	005
M.	11219,75	005	001	002	0008	0007	002
G.	<u>24148,05</u>	008	002	0004	0009	001	002
	36259,41						

Esses dados confirmam a ligeira vantagem das pequenas explorações sobre as demais. É verdade que eles refletem somente o aspecto quantitativo. Embora com limitações, as informações que se seguem, sobre a proporção de benfeitorias por hectare de terra trabalhada, permitem avaliar a qualidade dos bens.

QUADRO XXXV - Percentuais, por grupos de explorações, de salas de ordenha, estábulos, currais, ordenhas manuais e ordenhas mecânicas em relação à área de pastagem.

Exp.	a.past. %	s.ord. %	estab. %	currais %	ord.man. %	ord. mec. %
P.	409,61	-	003	007	004	-
M.	7 663,31	00005	0009	001	0006	00004
G.	14 648,12	00003	001	001	0008	00003
	22 721,04					

Sabemos que as explorações referidas possuem 474, 7 732 e 14 422 cabeças de gado em 409,61, 7 663,31 e 14 648,12 hectares, respectivamente. Esses números revelam os percentuais de 1,16, 1,01 e 0,98 animais por hectare de pasto. A aparente superioridade das pequenas explorações ainda perdura. Ela começa a se desfazer com o exame da produção do leite. Porque, como observamos, elas produzem diariamente 371 litros de leite C; 22 651 litros, sendo 1 353 litros de leite B e 21 298 litros de leite C; 19 819, sendo 6 573 litros de leite B e 13 246 litros de leite C. Essas cifras perfazem as produtividades de 0,90%, 2,96% e 1,35% litros de leite por hectare de pastagem ou de 0,78%, 2,93% e 1,37% litros de leite por animal. É nítida a maior produtividade das médias e grandes explorações. Frisamos ainda, que, não obstante as médias explorações possuírem maior produtividade que as grandes explorações, estas produzem 82,93% do leite B.

Verifiquemos a capacidade dos estábulos. É de 222, 2 397 e 5 060 metros quadrados, nas pequenas, médias e grandes explorações, respectivamente. Sabemos que essas explorações possuem 474, 7 732 e 14 422 cabeças de gado. A proporção entre essas duas séries de números é de 0,47%, 0,31% e 0,35% metros quadrados de estábulos por animal.

Vejam os currais, Cada forma de exploração possui, respectivamente 2 324, 28 691 e 48 887 metros quadrados de curral. A relação entre esses números e os referentes à quantidade de animais é de 4,90%, 3,71% e 3,39% metros quadrados por animal. Expressas de outro modo, as mesmas relações são de 2,13%, 3,23% e 2,85% animais por metro quadrado de estábulo, e de 0,20%, 0,26% e 0,30% animal por metro quadrado de curral.

Resta investigar a capacidade dos açudes. É de 12 283, 551 525 e 1 044.480 metros quadrados para as respectivas áreas cultivadas de 464,77, 3 412,65 e 8 931, 93 hectares. Isso nos dá a relação de 26,43, 161,61 e 116,93 metros quadrados de açudes por hectare de terra cultivada. É preciso assinalar que não consideramos outros aspectos que não a capacidade dos estábulos, dos currais e dos açudes. A capacidade é apenas um dentre os vários aspectos qualitativos dos bens. Mesmo assim, esses percentuais reafirmam a maior produtividade das médias e grandes explorações. A razão entre a quantidade de meios de trabalho e de propriedades também apontam a superioridade das grandes e médias explorações. Bem entendido, médias e grandes explorações em relação ao volume econômico do conjunto das explorações. Confirma-se a concentração da produção e do capital. Mas, será que ela se esgota aí ou prossegue no interior dos grupos de explorações? Examinemos esse ponto. O quadro que se segue mostra a distribuição da produção nas explorações.

Como se vê, na cafeicultura 45,28% das grandes explorações que cultivam essa planta são responsáveis por 66,67 % da produção; na cebolicultura, os percentuais são de 38,51 % para 66,20%; na pecuária leiteira, os percentuais são de 66,66% e 34,48% para 75,46% e 68,68% da produção de leite B e C, respectivamente; na lavoura de milho, os percentuais são de 32,36% para 61,55%; na lavoura de arroz, os percentuais são de 41,36% para 69,76%; na lavoura de feijão, os percentuais são de 39,10% para 73,08%.

Os percentuais da área cultivada indicam uma concentração ainda maior. Assim, 8 explorações produzem 40,47% do café, 8 explorações produzem 41,11% da cebola, 40 explorações produzem 61,51% do milho, 57 explorações produzem 40,25% do arroz; 7 explorações produzem 34,69 do feijão; 2 explorações produzem 47,98% do leite B e 5 explorações produzem 36,60% do leite C.

QUADRO XXXVII - Total de grandes explorações; explorações que concentram a produção de café, cebola, milho, arroz, feijão e leite.

Est.	CAFÉ				CEBOLA		MILHO		ARROZ			FEIJÃO			LEITE		
	Exp. tot.	exp. q. conc.	Exp. q. conc. prod. em pés café %	Exp. q. conc.	Conc. prod. %	Exp. q. conc.	%	Exp. q. conc.	Conc. prod. %	Exp. q. conc.	Conc. prod. %	Exp. q. conc.	Conc. prod. %	B	C	B	Conc. prod. %
10 — 30	199	16	7,28	31	21,79	42	17,06	57	40,25	29	20,41	—	22	—	—	—	18
50 — 100	65	15	15,85	14	28,62	30	30,76	8	18,46	17	20,41	1	8	1	—	3,63	17
100 — 300	24	5	20,70	8	41,11	10	30,75	4	21,86	7	34,69	2	3	2	—	47,98	12
300 — 500	14	4	15,70	2	4,24	3	10,93	6	10,69	5	10,20	1	5	1	—	22,18	36
500 — 1000	10	8	40,47	2	4,24	4	10,50	4	8,74	3	14,29	2	2	2	—	26,21	15
TOTAIS	312	48	100,00	57	100,00	89	100,00	79	100,00	61	100,00	6	40	6	—	100,00	100

Esses dados são indicativos da concentração dentro da concentração, isto é, da centralização da produção nas grandes propriedades (153). A situação não é diferente nas médias e pequenas propriedades. É o que revelam os dados contidos no Quadro XXXVI.

Ficam potentes o predomínio e a importância das grandes explorações no conjunto da economia rural local. Ademais, revelam-se as tendências básicas da transformação agrária, só que de maneira bem diversa da anunciada inicialmente. Temos, de um lado, a crescente criação de pequenas explorações, pela reprodução deteriorada das condições de produção, e, doutro lado, a crescente criação de grandes explorações, pelo incremento da produção por hectare de terra trabalhada.

A partir do exame do número de explorações por estrato de área (154), notamos que das 312 explorações antes conside

(153) Supomos que à essa centralização da produção corresponda a centralização de capital e de sua capacidade de extrair sobretrabalho. Deriva disso, como já se disse, uma dupla contradição: a primeira consiste na intensificação da competição entre os que exploram o trabalho alheio; a segunda consiste no agravamento da contradição entre trabalho e capitais agrários e em geral. Os proprietários fundiários personificam outra contradição: a resultante do fato de explorarem economicamente as suas próprias terras.

(154) Média do número de explorações por estrato de área.

Est.	Café	Leite	Cebola
P. 0 - 10	<u>13</u>	<u>24</u>	<u>47</u>
M. 30 - 50	13	24	47
100 - 150	25	25	42
150 - 200	15	13	13
200 - 300	9	10	6
300 - 500	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
500 e mais	52	49	62
G. 10 - 30	35	66	84
30 - 50	30	26	35
50 - 100	19	8	16
100 - 200	12	9	18
200 - 500	<u>10</u>	<u>7</u>	<u>5</u>
500 e mais	106	116	158

Fonte: Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. Posição em 1976.

deradas grandes, 93 são pequenas e 72 são médias; das 120 explorações antes consideradas médias, 58 estão em franco processo de empobrecimento, tal como sucede com a maioria das pequenas explorações, devendo, pois, ser incluídas entre estas últimas. De modo que, novamente, somos levados a redefinir a estrutura agrária, que é composta por 304 (153+93+58) pequenas explorações, 147 (312-(93+72)) grandes explorações e 134 (120+(72-58)) explorações médias.

Dissemos ter chegado a resultados divergentes em relação ao nosso ponto de partida. Mas não é só. Em que pese a limitação de nossa análise, por não possuímos dados sobre o valor da produção, ela nega a tese da improdutividade das grandes explorações. E é preciso ver a produtividade da terra à luz da lei do valor, porque ela se encontra sob a sua égide. Daí o fato de considerarmos apenas as terras trabalhadas. Somente elas potenciam o trabalho, viabilizando a progressiva valorização do valor.

Compreende-se que uma das tendências principais do desenvolvimento capitalista da agricultura é a intensificação das explorações, sobretudo das pequenas explorações pela extensão de terra, que se transformam em grandes explorações por sua composição técnica e orgânica, pela produtividade do trabalho, pela especialização da produção e pela capacidade de extração do trabalho excedente. Evidencia-se que a terra e a sua exploração é presidida pelo movimento do capital (155).

(155) Sérgio Silva, Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo, especialmente capítulo III e "conclusões". Põe-se a nu a não identidade da terra com o capital, muitas vezes negligenciada pelos estudiosos da questão agrária brasileira. Cf. José de Souza Martins, "Sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 22, pp. 205 e 207.

CAPÍTULO V

O MECANISMO DE COMERCIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DA CEBOLA

1. O custo da produção

Vimos que as forças produtivas oriundas da cooperação do trabalho familiar e da parcelização do conjunto das operações necessárias à produção nada custam ao capital. Também nada lhe custam a fertilidade natural do solo e os novos procedimentos agrônômicos. O custo é constituído pelos elementos efetivamente consumidos no processo de produção, a saber: a força de trabalho e os meios de produção. Desse modo, o custo compreende, além da força de trabalho e dos materiais inteiramente consumidos, que se expressam sob a forma de despesa, uma outra parcela dos meios de trabalho despendidos, denominada, na linguagem corrente, de depreciação. Mas, afinal, o que determina o custo dos elementos componentes do custo da produção? A base material do valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária à sua reposição; as formas de manifestação do custo, acerca das quais falamos há pouco, gravitam em torno do tempo de trabalho socialmente necessário.

Vimos que, ao cultivar a cebola, o produtor direto não apenas transfere ao produto, que cria, trabalho pretérito contido nos meios de produção utilizados, como lhe a crescenta trabalho novo. Preserva trabalho pelo fato de seu trabalho possuir determinada qualidade. Adiciona trabalho pe

lo fato de seu trabalho durar um determinado tempo. Temos, pois, que quantificar esse processo indiviso de transmigração e de acréscimo de trabalho, sob a forma social de preço. Focalizemos, de início, a transferência de trabalho morto. Na produção das 73 703 sacas de cebola foram utilizadas:

	<u>Kls.</u>	<u>ha.</u>	<u>saca</u>	<u>Cr total</u>	<u>ha.</u>	<u>saca.g.</u>	<u>Cr.kg.</u>
Sementes	300	2,75	0,004	69.000,00	633,03	0,94	2.300,00
S.amônia	9000	1.500	0,12	25.110,00	4185,00	0,34	2,79
4/14/8	225194	2,066	3,05	720.620,00	6611,00	9,77	3,10
Orgânico150000	25.000		2,03	105.000,00	17500,00	1,42	0,70
Orgânico540531	4.959		7,33	378.371,00	3471,00	5,13	0,70
Insetc.	387	355		2.445,00	22,43	0,03	6,32
Fungic.	646	592		39.793,00	365,07	0,53	61,60
Sacaria	73703			59.404,00	544,99	0,80	0,80
TOTAL				<u>1.399.743,00</u>			

Obs: As informações sobre o material consumido no processo produtivo foram obtidas por meio de entrevistas com o proprietário fundiário. Os preços foram calculados em conformidade com os índices de preços fornecidos pelo IEA, In: Informação econômica (12), 1978, pp.27 a 30

Como se vê, esse consumo de material representa uma despesa de Cr\$ 1.399.743,00. No tocante ao instrumental de trabalho e as benfeitorias, devemos mencionar que, embora entrem por inteiro no processo de trabalho, diferentemente dos materiais, os quais são totalmente consumidos, desgastam-se aos poucos, na proporção em que contribuem para a realização da produção, ao longo de sua existência. A experiência permite prever a durabilidade média de cada instrumento de trabalho e de cada benfeitoria. É assim que se computa o desgaste desses elementos. Durante o ciclo produtivo a que nos referimos, foram consumidas 503 diárias de 48 enxades, 2 012 diárias de 48 enxadas, 503 diárias de 48 rastelos, 180

diárias de 6 tratores, 51 diárias de 6 arados, 51 diárias de 6 grades, 2 616 diárias de 10 cultivadores Planet, 46 diárias de 2 cultivadores acoplados, 32 diárias de 2 carretas, 425,28 diárias de 6 pulverizadores manuais e 6 pulverizadores mecanizados, 224 diárias de 8 conjuntos de irrigação por aspersão, 45 diárias de 3 caminhões, 69,93 diárias de 9 açudes, 1 080 diárias de 12 galpões(156).

Em termos monetários, esse dispêndio é de Cr\$ 3.661,84 em enxadas, Cr\$ 739,41 em rastelos, Cr\$ 166.605,60 em tratores, Cr\$ 5.835,76 em grades, Cr\$ 6 593,79 em arados, Cr\$ 69.036,24 em cultivadores Planet, Cr\$ 3.970,26 em cultivadores acoplados, Cr\$ 3 239,04 em carretas, Cr\$ 26.331,12 em pulverizadores manuais e mecanizados, Cr\$ 181.117,44 em conjuntos de irrigação por aspersão, Cr\$ 31.686,75 em caminhões, Cr\$ 91.097,73 em açudes, Cr\$ 236.697,30 em galpões. O consumo de materiais e o desgaste dos equipamentos e das benfeitorias somam Cr\$ 2.227.341,16 (157).

Agora que conhecemos a quantidade de trabalho pretérito incorporado ao novo produto, vejamos a quantidade de trabalho novo, sob a dada forma social, que lhe é adicionado. Sabemos que foram despendidas 66 885 diárias na produção de 73 703 sacas de cebola. Ao preço unitário médio de Cr\$ 490,58, essa produção alcança a quantia em dinheiro de Cr\$ 36.122.400,00. Subtraindo-se dessa importância o montante de Cr\$ 2. 227.341,16 acima referido, chega-se à quantia de

(156) A fonte das informações sobre o instrumental de trabalho da propriedade em exame é o cadastro agrícola de 1976 da Casa da Agricultura de São José do Rio Pardo. O desgaste do instrumental de trabalho foi calculado segundo os critérios sugeridos por José Graziano da Silva e Angela A. Kogeyama, O preço de produção na agricultura.

(157) Preços atualizados conforme índices publicados pelo IEA In: Informações econômicas, (7), 1978.

Cr\$ 33.895.059,00, expressão em dinheiro do trabalho efetivamente realizado na cebolicultura (158). O trabalho cristalizado nos meios de produção consumidos desaparece para reaparecer no novo produto, a cebola. O trabalhador, ao extraí-la da terra mediante o trabalho próprio, de membros de sua família e, às vezes, de assalariados seus, conserva o trabalho passado contido nos elementos materiais utilizados, transferindo-o ao produto, ao mesmo tempo que lhe incorpora trabalho novo.

sendo a aludida produção realizada sob a forma de meação, os Cr\$ 18.061.200,00, referentes à sua metade, pertencem aos trabalhadores. É claro que, como provedores de meios de produção, os trabalhadores despenderam Cr 699.871,50 com materiais. Tem-se aí a socialização do custo de tais materiais. Essa socialização minimiza a aplicação de capital constante do proprietário fundiário. A falta de informações não nos permite computar os meios de trabalho de propriedade do parceiro, nem os elementos produzidos diretamente por ele e consumidos, improdutivo e produtivamente, como acontece com os mantimentos e o milho. Todavia, a maior contribuição dos parceiros para a socialização do custo da produção consiste no trabalho que efetuam. Essa socialização do custo da produção minimiza o investimento de capital do proprietário fundiário. A força de trabalho e os meios de produção providos pelos parceiros são formas distintas de existência do capital, a saber, variável e constante. A socialização do custo da produção não é senão a socialização do capital variável e constante investidos. Dissemos socialização e não economia, porque o produtor direto é prestamista de capital variável e constante.

(158) Deixamos de incluir o trabalho realizado na produção direta de meios de vida de produção por não possuímos informações que permitam quantificá-lo.

A redução da força de trabalho pela sua potenciação redonda na economia de capital variável. De outro lado, o incremento do trabalho vivo, por meio da sua intensificação e do prolongamento da sua duração para aumentar o trabalho excedente, processa-se sem o correspondente incremento prévio do trabalho passado, do capital constante. O instrumental de trabalho permanece praticamente inalterado. Apenas alguns materiais de trabalho são acrescidos previamente. Essa economia das condições de produção, de capital variável e constante, só se efetiva graças à superexploração do trabalho. Em geral, o proprietário fundiário retira da produção o sobretrabalho a que faz jus, mas o sobretrabalho a que os produtores diretos fariam jus como prestamistas de capital e, ainda, parte do que esses trabalhadores se pagam a si mesmos como "capitalistas de si próprios". A relação entre a ampliação da massa de trabalho sobrente e o custo da força de trabalho é inversa. As suas expressões em dinheiro são Cr\$ 16.533.729,34 e 17.361.328,50, respectivamente. A primeira é o produto líquido; a segunda representa o capital variável, depois de deduzido o capital constante do qual os trabalhadores diretos são prestamistas. A aplicação de produtos químicos e naturais na terra aumenta a sua fertilidade; conseqüentemente, aumenta a produtividade do trabalho. Por isso, a socialização do custo desses produtos beneficia ainda mais o empreendedor rural. Acrescente-se a isso, o fato de os trabalhadores, quando residentes na propriedade, exercerem as funções de vigia e de zelador. Esses trabalhos nada custam ao proprietário.

2. Comercialização e formação de preços da cebola

Conhecido o custo da produção, passemos ao exame da comercialização do produto. É próprio da cebolicultura que a produção varie segundo os preços de produção da safra anterior. Essa variação influi sobremaneira na formação dos preços. Uma superprodução determina uma forte queda nos preços e incrementa o consumo do produto. Em consequência dos baixos preços, a produção do ano seguinte diminui. Se, ao contrário, ocorre uma colheita má, certamente haverá escassez e, com ela, o preço subirá rapidamente e o consumo tenderá a decrescer. A perecibilidade do produto contribui para a inadequação da oferta à procura, repercutindo nos preços. É preciso considerar ainda a produção de outras regiões, como acontece com os bulbos procedentes do Nordeste e de Monte Alto, no Estado de São Paulo, cujas safras coincidem com a de Rio Pardo. Também o grande capital comercial influi na formação dos preços. Não porque armazena a cebola, pois trata-se de um produto rapidamente deteriorável, mas porque especula. A especulação provoca e aprofunda a instabilidade, que dá margem a maior especulação, criando um preço para cada momento do processo de circulação. Cria-se, desse modo,

com a ajuda do Estado, a possibilidade para o comerciante de beneficiar-se da variação nos preços (159).

Os efeitos drásticos dessas oscilações são suportados pelos parceiros, que, muitas vezes, têm os seus rendimentos reduzidos aquém do mínimo necessário à sua sobrevivência e à de seus familiares. Os intermediários procuram resguardar-se dos prejuízos provenientes das quedas nos preços de mercado mediante a venda quase simultânea à compra. De outra parte, o volume das transações comerciais faz com que as oscilações do valor (160) para baixo e para cima se compensem. Somente as grandes empresas comerciais põem fim à instabili

(159) É comum a importação de cebola nos momentos de escassez. A importação é um dos recursos usados pelos grandes empresários para restabelecer o controle da comercialização, porque, por causa dela o preço do produto cai assustadoramente e os especuladores tiram proveito disso. "O brusco crescimento da oferta da cebola nos principais centros consumidores está preocupando a maioria dos produtores agrícolas, já que as importações do produto liberadas pelo Governo, atendendo pedido dos comerciantes do Rio de Janeiro (não só da importação, mas de sua isenção, de acordo com a solicitação da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro - ASSERJ), coincidem com o pico da oferta da cebola nacional (...). A (consequente) queda nos preços da cebola no atacado (...) não está sendo refletida pelo varejo. Enquanto a cebola estava sendo vendida ontem no atacado entre Cr\$ 5,00 e Cr\$ 7,00 o quilo, nas feiras livres e nos supermercados o preço oscilava entre Cr\$ 15,00 e Cr\$ 30,00, com margem de mais de 330% em alguns casos." Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1978, p.29. Sobre a variação nos preços da cebola, ver Waldemar Pires de Camargo Filho, "Comercialização da cebola", In: Informações Econômicas, Janeiro de 1980, pp. 32 e 33.

(160) Não é demais insistir no fato de que os preços de mercado giram em torno do custo de produção. Ver, a respeito, Karl Marx, Op. cit., Tomo III, cap. IX, p. 161 a 201.

dade. Essas empresas não compartilham com os produtores os riscos das oscilações nos preços. O oligopsônio-oligopólio dos grandes comerciantes extirpa todo risco. Mais ainda, es tende o domínio do grande capital sobre os comerciantes meno res, ditando-lhes os preços e apropriando-se do lucro antes apropriado pelos intermediários convertidos em seus agentes. Contudo, conserva o comércio intermediário, mesmo que formal mente, como meio de minimizar os custos. Ademais, minimiza o investimento de capital, liberando-o para outros empreendimentos. É por isso que não faltam críticas aos abusos dos comerciantes, frequentemente identificados como atravessado res e responsabilizados pela especulação dos preços. O que é inerente ao capitalismo monopolista em geral atribui-se a penas ao comércio.

Pormenorizemos o circuito de trocas. Até recentemente a preparação da cebola para a comercialização era feita nos moldes convencionais. Os bulbos eram presos em rês tias, que eram embaladas pelos trabalhadores diretos em sa cas de aniagem de malhas largas, com capacidade de quarenta e cinco quilos. O produto era comprado no meio rural por ata cadistas locais. Esses atacadistas, geralmente donos de arma zéns, adquiriam o produto ao preço do dia, transportando-o por conta própria para os seus armazéns, ou simplesmente en caminhando-o aos atacadistas dos centros de convergência da produção, São Paulo e, mais raramente, Rio de Janeiro. Numa proporção menor, ao lado desses atacadistas locais e cumprin do as mesmas funções, atuavam os caminhoneiros.

Quando necessário, submetiam o produto a escolha, le vando em conta os critérios de limpeza e de embalagem mais cuidadosas. Nem sempre a cebola era embalada no local da pro dução. Nesse caso, ela era levada em vasilhames aos armazéns e aí preparada, para posterior comercialização. Até há pouco tempo, não havia classificação nem padronização rigorosa

dos bulbos. A instalação de máquinas especiais nos armazéns, em meados dos anos setenta, modificou as formas de preparação e de apresentação da cebola: as réstias foram substituídas pelo corte da rama e os bulbos passaram a ser classificados, selecionados e embalados mecanicamente; a velha embalagem de aniagem cedeu lugar para os sacos de polietileno, com capacidade de quarenta e cinco ou vinte e dois quilos e meio. Aparentemente o mecanismo de comercialização permanceu inalterado. Continuou intermediado por atacadistas locais e das capitais, sobretudo da zona atacadista tradicional de São Paulo (Ruas Cantareira e Santa Rosa), onde é vendida a maior parte da produção (161). Às vezes, a compra por estes últimos atacadistas é feita previamente, por telefone, ao preço do dia da transação. Outras vezes, as cargas são enviadas para serem vendidas no destino. Embora, nesse caso, os riscos sejam maiores, por causa das variações nos preços no mercado, os intermediários só efetuam remessas nessas condições quando há certa margem de segurança. É comum nesse processo a presença de corretores intermediando os negócios entre os atacadistas locais e os dos centros de convergência e responsabilizando-se pelo pagamento aos primeiros, num prazo que varia de quinze a trinta dias. O produto é adquirido por um reduzido número de grandes empresas, atacadistas e

(161) Acerca do mecanismo de comercialização da cebola, ver Waldemar Pires de Camargo Filho, "Comercialização da Cebola", In: Informações Econômicas, janeiro de 1981; Secretaria da Agricultura em São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Comercialização de produtos agrícolas no Estado de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano XV, (nº 3/4), p. 17; Pérsio de C. Junqueira et alii, "Estrutura dos preços e demanda de hortaliças no entreposto terminal de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano XVIII, (nºs 11/12); Arlindo Borba Oliveira, "Comportamento do mercado de cebola durante 1961 e 1962", In: Agricultura em São Paulo, ano 10 (nº 1).

supermercados, que o repassam ao varejo (162).

Em regra, o volume de capital investido e a instabilidade do mercado obrigam os intermediários locais a vender imediatamente o que compram, não lhes dando oportunidades de ganhos especulativos. Têm que se contentar com as margens que a comercialização lhes proporciona. Como essas margens variam conforme o mercado, nas safras em que a concorrência é menor obtêm um lucro maior. De outro lado, a sazonalidade da lavoura de cebola impõe-lhes a necessidade de desenvolver outras atividades. Os armazéns, em escala bem menor, comercializam sacaria, barba-timão, às vezes batata, cereais, etc, além de transportar mercadorias para terceiros com seus caminhões. Os caminhoneiros voltam a trabalhar por fretes.

Os intermediários locais apropriam-se de uma pequena parte do sobretrabalho, mas sem se valer de procedimentos primitivos de extração do excedente, possibilitados pela manutenção e reforço da parceria. Em que pese a permanência dessa forma de trabalho, o capital produtivo impôs a sua racionalidade, expandindo-se por meio de incessante reinvestimento de lucros e da inovação tecnológica. Os agricultores são coagidos a proceder dessa maneira, sob a ameaça de ter os seus produtos aliçados da concorrência no mercado. A produção é regida diretamente pelas leis econômicas capitalistas. A figura do comerciante que empresta a juros extorsivos, vende mantimentos e materiais a preços elevados e obriga o produtor a lhe vender a produção a baixos preços(163)

(162) No ano de 1979, o entreposto terminal de São Paulo da CEAGESP transacionou 48.357 toneladas de cebola, volume este 26% superior ao do ano precedente; no mercado tradicional foram transacionadas cerca de 100.000 toneladas, e o aumento em relação a 1978 foi de 42%. Cf. Waldemar Pires de Camargo Filho, "Comercialização da cebola", In: Informações econômicas, janeiro de 1981, p.24.

(163) Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo et alii, Op.cit., pp. 185 e 228; Sandra de Negraes Brisolla; Op. cit., notadamente cap. 4. Para um exame teórico do domínio do capital comercial, ver o célebre capítulo XX de O capital, (continua)

não só inexistente presentemente, como parece ter inexistido durante todo o período por nós estudado. Os compradores de cebola jamais acumularam essa dupla função, limitando-se à sua comercialização. Em parte, porque vendem diretamente o produto pelo preço do dia; em parte, porque têm acesso ao crédito bancário; em parte, porque a cebola é uma planta de risco; em parte, pela existência de uma sólida cooperativa agrícola mista e de empresas comerciais que se dedicam unicamente à venda de mercadorias; em parte ainda, porque os anos cinquenta marcam o início do aprofundamento da assimilação às atividades industriais das atividades agropecuárias. Nessa época, a cafeicultura já contava com uma cooperativa, além dos tradicionais armazéns de café; o leite era adquirido por laticínios, o local (Leco) e os de fora (Mococa, Caldas, etc.), sendo que, nos anos sessenta, este último instalou uma filial no município de Rio Pardo; as aves eram vendidas aos abatedouros; os ovos, aos atacadistas situados na cidade do Rio de Janeiro, segundo o preço do dia; os cereais, desempenhando papel subsidiário, eram vendidos livremente.

Nota-se, desde então, a tendência à metamorfose dos intermediários, com a sua redução a simples agentes das grandes empresas comerciais e industriais, e, até mesmo, à sua eliminação. É o que acontece na comercialização do café, do leite, das aves, dos ovos, às vezes dos cereais, cada vez mais diretamente negociados com as grandes empresas. A implantação em Rio Pardo, nos primórdios da década de setenta, de uma filial da Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentícios (Nestlé S.A.) estendeu essa comercialização direta a certos legumes. Essa empresa, ao

(163) tomo III, pp. 313 a 325; León Zamosc, "Notas teóricas sobre a subordinación de la producción mercantil campesina al capital", In: Estudios rurales (...), notadamente, p. 301; Luiz A. da Costa Pinto, Op. cit., nota 10, pp. 262 e 263.

assumir diretamente o controle da comercialização, instituiu formas monopsônicas, com preços controlados e baixos, carregando para si o excedente da produção. Como ela normalmente estabelece relações contratuais com produtores que trabalham suas próprias terras com a ajuda familiar ou de parceiros e, às vezes, de trabalhadores assalariados, subordina diretamente a produção. Aí sim as explorações agrícolas assumem a forma de apêndice da fábrica (164), de onde esta retira matérias-primas baratas.

O que leva a referida empresa a operar assim é a necessidade de obter lucros extraordinários para manter-se na luta concorrencial interoligopólica. Esses lucros são apropriados pela empresa industrial graças ao controle direto que exerce sobre a produção rural, por meio da fixação do tamanho, da qualidade, da quantidade e do preço ao produto. Ao fazer tais exigências, a indústria impõe as condições de produção aos produtores rurais: ou realizam a produção nos moldes requeridos por ela, ou deixam de fornecer o produto demandado. Resta-lhes a segunda alternativa. Mas o que produzir? Seja qual for o tipo de produto que gerem não escaparão ao domínio do capital. Além disso, a produção direta para a indústria é, como dizem, um "negócio seguro", por realizar-se sob encomenda. Em meio a essa situação, proprietários agrários sujeitam-se ao mando direto do capital industrial, que lhes subtrai uma polpuda parte do sobretrabalho. Em consequência, quando esses agricultores, ao contrário do que fazem os que exploram o trabalho de parceria, por exemplo, não têm a quem repassar a penalização que lhes é impingida, por constituírem o ponto final da cadeia sócio-econômica, são obrigados a intensificar e prolongar, ao extremo, a jornada de trabalho e a comprimir os gastos de reposição. Outros agricultores, em pior

(164) Geraldo Muller, Estado, estrutura agrária e população : estagnação e incorporação regional. p. 91 e 96. Para um exame teórico desse assunto, ver K. Marx, Op.cit., pp. 538 a 579; V.I. Lenin, El desarrollo del capitalismo en Rusia, especialmente pp. 407 e 413.

situação econômica, pois o rendimento que auferem, com a venda do produto não lhes garante sequer a reprodução da força de trabalho familiar, são compelidos ao assalariamento noutras propriedades rurais ou na cidade.

Como se vê, esses agricultores, exceto uma pequena parcela deles, componente da pequena burguesia, têm a sua situação de classe determinada pelo capital industrial, que lhes impinge a condição de semiproletários. Malgrado as diferenças econômicas existentes entre eles, todos, menos, é óbvio, os que pertencem à pequena burguesia, subordinam-se realmente ao capital industrial. É o movimento que este perfaz, ao repor continuamente as efetivas condições de sua existência, que reproduz as relações sociais de produção travadas por esses produtores agrícolas a que estamos nos reportando. E é fundamentalmente esse vínculo direto que eles mantêm com a indústria que os diferencia dos demais pequenos produtores. Aproximam-se destes, contudo, na medida em que também tendem à proletarização. Ademais, tal como os outros pequenos produtores, mesmo quando empobrecidos e proprietários apenas formais de terra, são solidários com os proprietários fundiários, lutando pelo maior preço da terra e do produto. Adivinha-se, desde já, as dificuldades que se põem para os cientistas sociais que privilegiam as formas de consciência imediata, bem como aos que advogam a redistribuição da terra como etapa necessária à democratização das relações sociais no campo.

CAPÍTULO VI

A PARCERIA COMO FORMA DE TRABALHO PROLETÁRIO

Vimos que a parceria é uma forma própria de acumulação de capital. Vimos, ainda, que acumulação é transformação contínua de trabalho excedente extraído do processo de produção em meios de vida e de produção adicionais, que passam a compor os elementos materiais do novo capital. Na impossibilidade de aumentar ou intensificar a jornada de trabalho, faz-se necessário a incorporação de novos trabalhadores. Os aludidos meios com os quais se incorpora a força de trabalho acrescida e a mantém, adquirem a forma de capital constante. A reposição contínua da força é de meios de produção pelo parceiro faz dele um prestamista de capital variável e constante. É o meio que o proprietário fundiário encontra para expandir o seu capital. Para melhor apropriar-se do trabalho alheio não-pago, tem que converter o trabalhador direto num sócio da produção. Este é, com efeito, um misto de "capitalista de si mesmo" (*) e de trabalhador assalariado, porquanto se assalaria noutras lides. Deixa de sê-lo, entretanto, quando a sua contribuição para a formação do capital de exploração é diminuta. (**) Senão, vejamos.

(*) Em nossa pesquisa, não encontramos nenhum parceiro que, na parceria, se configure como "capitalista dele mesmo". É o que mostraremos nas páginas seguintes. Todavia, é provável que ele tenha existido, mas não como tendência dominante. Os dois maiores produtores de cebola de Rio Pardo, são filhos de colonos no cultivo de café e trabalharam de parceiros na lavoura de cebola, nos primórdios desta. Gnaccarini, analisando a parceria na lavoura de cana-de-açúcar paulista, mostra que "uma parte do capital era reproduzido - e sob a forma também de uma apropriação do trabalho excedente - sob o mando do próprio parceiro, como sua propriedade". Cf. José César Gnaccarini, *Op. Cit.*, p. 99. Já Maria Rita Loureiro, em seu trabalho sobre a parceria na Fazenda Rio Azul, em Goiás, conclui pela não apropriação de trabalho excedente pelo parceiro, que é identificado com "morador", pelo fato de também se assalariar. Cf., *Parceria e capitalismo*, pp. 95 a 100. Sobre a diversidade da situação econômico-social de parceiros (parceiros "pobres", parceiros "ricos", etc.), ver Fernando Henrique Cardoso, "Tensões sociais no campo e reforma agrária no Brasil", notadamente p. 232.

(**) L.A. da Costa Pinto, *Op. cit.*, nota 18, p. 270.

Quase todo o produto de que o parceiro se apropria transforma-se em capital variável. A parte do produto que se transforma em capital constante é descontada antes dele a apropriar-se do produto sob a forma de dinheiro. E não parece tratar-se, pura e simplesmente, de uma apropriação formal, uma vez que ele se apropria realmente da metade do produto. Não importa se, na maioria das vezes, do seu lado, ocorre uma simples reposição. O que importa é a reprodução ampliada do capital total aplicado, até porque o montante do seu capital só pode aumentar com o aumento do capital do seu sócio. Mas como isso é possível, se o parceiro apenas repõe os instrumentos de trabalho de uso próprio? O resto, como se disse há pouco, é descontado do seu rendimento bruto. O que ele faz, ciclo após ciclo produtivo, é devolver ao processo de produção imediato parcela dos gastos antecipados. Ainda que esses gastos cresçam, tal crescimento não resulta no aumento de sua cota-parte do capital. Vê-se que, por essa via, o parceiro não acumula capital.

A outra via de acumulação consiste no reinvestimento direto de trabalho excedente em meios de produção adicionais. Esse caminho lhe é fechado pela não apropriação de sobretabalho. Quando consegue algum pecúlio, não o aplica produtivamente e sim na aquisição de objetos domésticos, automóveis, imóveis urbanos, cadernetas de poupança, etc. O acesso à propriedade rural lhe é vedado pelo alto preço da terra. O pecúlio para efetuar essas aplicações, no entanto, resultam mais da dedicação abusiva ao trabalho e da contenção dos gastos de reposição do que de ganhos equitativos ao trabalho efetivamente realizado. Com a redução da produção direta de meios de vida, fato este mais sensível nas explorações de produção diversificada, o parceiro perde ainda mais a sua capacidade de poupar e o seu poder de compra, porque passa a adquirir os gêneros para subsistência integralmente no mercado.

Assim sendo, não é prestamista de meios de produção. Praticamente a totalidade do capital de exploração pertence ao proprietário fundiário. Ao produtor direto pertencem a força de trabalho e os poucos e já mencionados instrumentos de trabalho de uso pessoal (165). Em situações extremas, este não possui nem mesmo capacidade própria de manutenção. A produção direta de meios de vida não supre as suas necessidades mínimas. Não dispõe de outros recursos, sujeita-se também ao financiamento de meios de subsistência efetuado pelo explorador agrícola. Na verdade, e isso não é válido somente para as situações extremas, tampouco é prestamista da força de trabalho, apesar de ser responsável por ela e de adiantá-la ao processo produtivo. Vê-se, agora, que o parceiro não é um trabalhador livre somente porque liberto de submissão pessoal, mas também porque liberto de toda propriedade que não seja a sua capacidade de trabalho. É um livre vendedor da força de trabalho familiar, cuja remuneração é proporcional ao produto (166). A quantia em dinheiro de que se apropria no final da safra, depois da venda do produto e dos posteriores descontos referentes à metade dos gastos da produção, não é mais que o pagamento da força de trabalho. É, pois, um trabalhador assalariado, mesmo quando assalaria terceiros, e não um misto de trabalhador assalariado e de "capitalista de si mesmo", como imaginávamos desde o início de nossa exposição. Afinal, que capitalista seria esse que não acumula e nem é sequer proprietá

(165) A guisa de informação, vale dizer que os instrumentos de uso pessoal utilizados pelos cortadores de cana lhas pertencem. Essa parece ser uma prática geral imposta aos diaristas.

(166) Geraldo Müller, "Agricultura e industrialização do campo no Brasil", In: Revista de Economia política, vol. 2/2, nº 6, p. 76.

rio formal de capital ? Não é por acaso, aliás, que dificilmente a sua remuneração é superior ao preço normal da força de trabalho de diaristas. Tinham razão os parceiros solitários quando, ao levantar suas vozes contra a opressão do proprietário fundiário, disseram que a este interessa explorar, ao máximo, a maior propriedade que eles têm, a força de trabalho familiar. O que não compreenderam é que não são sócios da produção. A mesma coisa acontece com os demais parceiros. Todos eles agem como se fossem sócios, assumindo o olhar vigilante do senhor capital e tornando-se fiscais dos seus próprios trabalhos. Prisioneiras de noções vulgares a respeito da parceria, tampouco as concepções jurídicas, sociológicas, antropológicas, etc. compreendem que nem sempre ela é uma sociedade.

Como conciliar, então, essa interpretação com a análise precedente ? Não é que a parceria não exista. Ela existe, mas formalmente. Sendo uma reinvenção do capital, num contexto específico, ela guarda em comum com a parceria convencional só a forma (167). É a forma de manifestação da relação social efetiva. Como tal, tem o dom de ocultar o seu fundamento, ostentando o seu oposto. Nela, o produtor direto apresenta-se como prestamista de capital e todo o seu trabalho tem a aparência de trabalho para si. Ora, sabemos que para melhor se apropriar do trabalho alheio não-pago, o capital socializa o custo da produção, sem socializar a apropriação do sobretrabalho. Em regra, a metade do produto total de que o parceiro se apropria apenas repõe os elementos que despende. Isso quando repõe, porque, conforme já se disse, não raro, a quan-

(167) Eric Hobsbawm, "Introdução", In: Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas, p. 58, Cf. também Fernando Henrique Cardoso, "A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina", In: G.A.G. Albuquerque (org.). Classes médias e política no Brasil, p.60.

tia líquida em dinheiro, de que se apropria, permite tão somente a reposição parcial dos meios de vida de que precisa. Recordemos a relevância da produção direta de mantimentos (168), em parceria ou por conta própria, para a reprodução da força de trabalho familiar. Um reforço considerável para a aludida reprodução é o trabalho assalariado noutras fainas.

Fica patente a redução do custo de reprodução da força de trabalho. Essa redução, já o dissemos, maximiza o fundo de acumulação do capital em detrimento do fundo de consumo do trabalhador. Por isso, ela minimiza o montante de capital variável (169). De outra parte, como se sabe, a parceria, ao potenciar a força produtiva do trabalho, diminui o número de trabalhadores, sem diminuir, em igual proporção, o trabalho efetivamente despendido. É fundamentalmente nisso que reside a fonte de minimização de capital variável (170). Ao lado disso, tem-se a minimização de capital

-
- (168) É bom lembrar que essa produção realiza-se sob o domínio do capital. Há que se lembrar também que muitas vezes o trabalhador não dispõe de produção de mantimentos, nem de parceria nos cereais.
- (169) Sallum, já o mencionamos, fala em economia de capital variável. Para ele, tal economia é originária do arrendamento de terras do proprietário fundiário pelo colono para plantio de cereais. Esse cultivo rebaixa o custo de produção, por possibilitar a dedução do arrendamento da terra da massa de capital variável necessário para produzir café. Cf. Brasília Sallum Jr., Op. cit., cap. 3, notadamente, pp. 209 e 263.
- (170) É o que também sugere o estudo acerca do colonato de Vinicius Caldeira Brant, Op. cit., pp. 51, 52 e 73. Ver ainda, a respeito, José de Souza Martins, "A produção capitalista de relações não-capitalistas", In: O cativo da terra, pp. 82 a 85. A nosso ver, Sallum não pôde desvendar esse ponto relevante, em virtude dos limites do material empírico disponível, que o impediu de examinar a produtividade do trabalho. Por isso, descarta a possibilidade de a economia de capital variável
- (continua)

constante, mediante a dedução dos gastos de produção da remuneração do trabalhador. Agregue-se a isso o fato de a parceria fixar o homem na gleba, funcionando como reservatório de força de trabalho, além de possibilitar um escape à regulamentação da jornada de trabalho e aos encargos impostos pela legislação trabalhista.

Finalmente, compondo o mercado de trabalho e subsumindo-se, com limitação, é certo, mas de modo real no capital, a sua situação de classe é determinada pelo movimento desse ser social e não pela unidade familiar de trabalho ou pela posse da terra que lavra(171). É o capital que o domina e explora, submetendo-o ao seu mando direto e extraíndo-lhe o sobretabalho necessário à sua expansão. Nota-se que estamos diante de um trabalhador que possui os atributos de uma classe social portadora de interesses gerais (172).

A relação social efetiva ganha transparência: o parceiro é um proletário (173). Como se viu, às vezes, até mes-

-
- (170) vel também advir daí. Por outro lado, a preocupação excessiva com o arrendamento ofuscou esse detalhe. Cf. Brasília Sallum Jr., Op. cit., cap. 3, Posição distinta da nossa e da de Sallum é defendida por Geraldo Muller, "Agricultura e industrialização do campo no Brasil", p. 76.
- (171) Geraldo Muller, "Agricultura e industrialização do campo no Brasil", pp. 74 e 75; É o que também sugere Fernando Henrique Cardoso, "Formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina(..)", Op. cit., pp. 57 a 69. Ver, ainda, a respeito disso, as importantes considerações de José César Gnaccarini, In: Perspectiva da pequena produção, s/data.
- (172) Fernando Henrique Cardoso, "A formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina(..)", Op. cit., p.62.
- (173) "Por proletário deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão de "monsieur capital (...)" Cf. Karl Marx, Op. Cit., nota 70, p. 714.

mo parceiros proprietários fundiários estão bem próximos dessa condição. Parte destes são um misto de trabalhadores assalariados e de "capitalistas deles mesmos". Em tal circunstância, eles têm uma existência dúbia, de que resulta uma situação de classe ambivalente. São, nesse caso, para usar uma expressão de Lênin, semiproletários (174). Razão pela qual não se confirma, concretamente, a idéia muito em voga nos dias presentes de que o parceiro é camponês (175).

Por outro lado, o entendimento das relações de classe esclarece melhor qual é a estrutura agrária. Esta é formada não por três formas distintas de propriedades, mas por duas: a empresa capitalista e a economia mercantil simples. Aquela divide-se em pequenas, médias e grandes empresas. Logo, temos aí pequena, média e grande burguesia. Quanto aos pequenos produtores de mercadorias, a maioria deles integra as fileiras do semiproletariado. O restante compõe a pequena burguesia. Sendo essas classes constitutivas do capital (176), à medida que este se movimenta, elas defrontam-se de maneira específica (177), em função do modo pelo qual partici

(174) V.I. Lenine, "La grande initiative (l'héroisme des ouvriers: de l'arrière. À propos des "samedis communistes")", p.426. Geraldo Muller, Estado, estrutura agrária e população: estagnação e incorporação regional, pp. 97 e 98.

(175) Posição contrária a nossa é defendida por Maria Nazareth Baudel Wanderley, O camponês: um trabalhador para o capital, 1981; José de Souza Martins, Os camponeses e a política no Brasil, 1983; José Vicente Tavares dos Santos, Colonos do vinho, 1977; Carlos Rodrigues Brandão, Op. cit., Lygia Sigaud, "Luta política e luta pela terra no nordeste", In: Dados - Revista de ciências sociais, 1983; José Graziano da Silva, A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, 1980.

(176) Sérgio Silva, "Agricultura e capitalismo no Brasil", In Contexto, nº 1, p. 26.

(177) Fernando Henrique Cardoso, "Tensões sociais no campo e reforma agrária", pp. 237 e 238. Sérgio Silva, "Agricultura e capitalismo no Brasil", Op. cit., p. 24.

ção da reprodução ampliada daquele ser social. O proprietário fundiário, já o dissemos, vive em permanente conflito, por quanto explora economicamente a sua própria terra; de um lado, é um parasita; de outro, é um empreendedor. A contradição fundamental inclui, além do trabalho e do capital, o monopólio capitalista da terra.

CONCLUSÕES

A análise anterior revela a subordinação da agricultura ao capital. Subordinação evidenciada pela forte e progressiva presença de produtos industriais no seu interior e pela imposição do tipo é da escala de produção para o abastecimento do mercado. A sua dinâmica depende, cada vez mais, da incorporação de meios de produção industriais e da expansão da comercialização de seus produtos. A assimilação dos produtos industriais pela agricultura provoca alteração na sua maneira de produzir, que passa, crescentemente, a funcionar nos moldes da indústria (178). É a essa progressiva produção de mercadorias agrícolas por meio de mercadorias industriais, implicando a subsunção real do trabalho no capital, que chamamos revolução agrária. Uma das suas tendências principais é a intensificação das explorações, mormente das pequenas e médias pela superfície, que se transformam em grandes pelo volume de capital. O reverso dessa face é a tendência à proletarianização de pequenos produtores, com a conversão

(178) Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Helcio Gonçalves (Coordenadores), Op. cit., pp. 10, 29, 31, 45, 48, 53, 54, 62, 166, 167, 186, 187 e 243; Geraldo Muller, "Agricultura e industrialização do campo no Brasil", pp. 47 a 56; José Graziano da Silva, Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura, pp. 22 a 77.

dos meios de produção e de vida desses trabalhadores em elementos materiais do capital social.

Esse processo, que se iniciara de maneira lenta e desigual, mas espontaneamente, em meados dos anos cinquenta e avolumara-se no decorrer dos anos sessenta, quando é acelerado artificialmente pela extensão da legislação trabalhista (179) aos trabalhadores rurais e, posteriormente, nos anos setenta, pelo crédito rural subsidiado (180), adquire maturidade em fins desta última década.

Resulta disso a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital. Essa mudança no modo de extrair o excedente do trabalho, antes centrado na duração e na intensificação da jornada de trabalho, e agora centrado, também e principalmente, no incremento da produtividade do trabalho, é seguida por uma transformação no primitivo mecanismo de comercialização, com a crescente perda da relativa autonomia dos intermediários para o oligopsônio-oligopólio dos grandes atacadistas e supermercados.

A rigor, essas modificações pouco beneficiam o trabalhador direto. Quem se beneficia do aumento da produtividade do trabalho e da terra, causado pelo progresso técnico e agrônômico, são os empresários rurais e urbanos. O trabalhador direto prossegue auferindo baixa remuneração. O progresso técnico e agrônômico assinala, isto sim, para um período próximo, o fim da parceria na cebolicultura (181). Ela,

(179) Cf. José César Gnaccarini, Op. cit., p. 179; Juarez Rubens Brandão Lopes, "Do latifúndio à empresa", In: Cadernos Cebrap, nº 26, pp. 31 a 33.

(180) Sobre esse ponto particular, ver: Luis Carlos Guedes Pinto, "Notas sobre a política agrícola brasileira", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 7, pp. 193 a 206.

(181) A mesma tendência verifica-se no cultivo de cereais, até porque este é consorciado no tempo com a cebolicultura.

que fora reinventada pelo capital, será destruída por ele. Os únicos obstáculos a essa destruição são o transplante e a colheita, que continuam manuais. Todavia, as experiências com o plantio direto e a tendência à plena mecanização da colheita indicam que tais entraves deverão ser superados em breve. A elevação da produtividade propiciada por essas inovações tornará supérflua a potenciação do trabalho decorrente da cooperação familiar e da parcelização das operações. A remuneração proporcional ao produto limitará a acumulação . Soará, então, a hora final da parceria. A forma de produção tornar-se-á especificamente capitalista.

Com efeito, a parceria configura uma forma de produção transitória (182). Carece, pois, de sentido a idéia de sua reprodução infinita (183). O parceiro, independentemente do que pensa de si mesmo (184), é proletário. O seu ad-

-
- (182) José César Gnaccarini, Op. cit., p. 98; Octávio Ianni, "A constituição do proletariado agrícola no Brasil" , pp. 30,36,37,42,43 e 45, Antônio Cândido, Op. cit., pp. 148, 151 e 177; Léo da Rocha Ferreira, Op. cit., pp. 103 e 110. Dentre os clássicos, consultar K. Marx , El capital, tomo III, p. 743; V.I. Lenin, El desarrollo del capitalismo en Rusia, especialmente caps. 2 e 3.
- (183) Sobre esse ponto em particular, ver Luis A. Crouch e Alain de Janvry, "El debate sobre el campesinato: teoría y significancia política", In: Estudios Rurales , Op. cit., p. 289. Para um exame dos que afirmam a permanência ad infinitum das formas não especificamente capitalistas de produção, ver Kostas Vergopoulos, "Capitalismo disforme", 1977; Y. Nakano, Op. cit.
- (184) Referimo-nos aí aos cientistas sociais que explicam as condições efetivas de existência dos trabalhadores rurais a partir de suas formas imediatas de consciência. Ver, a respeito, Carlos Rodrigues Brandão, Plantar, colher, comer, 1981; José de Souza Martins, Expropriação e violência; 1980. Nessa mesma linha seguem os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra e do Centro Educacional de Cultura Popular. Ver, a propósito, Anais do Seminário Nacional, A questão da terra, 1981. Para uma crítica a essa concepção, ver Otávio Guilherme Velho , "A propósito da terra e igreja", in: Encontros com a civilização brasileira, nº 22, 1980, notadamente pp. 160 e 161.

versário principal é o capital, visto que o parceiro se encontra diretamente subordinado a ele. De resto, cumpre observar que, também sendo a terra subordinada ao capital, o seu monopólio só poderá ser dissolvido mediante a mudança radical da sociedade capitalista (185). A simples redistribuição da propriedade da terra não supera o domínio do capital. Pode, quando muito, arrefecer a sua perversidade. Isso, é claro, se se modificar o processo produtivo, o que não nos parece possível na estrutura de produção por nós analisada, cuja unificação com a estrutura da produção industrial é irreversível. Com essa unificação, não mais existe uma crise agrária própria (186), simplesmente porque não existe um modo agrário autônomo de produzir trabalho sobranante. O modo e o ritmo da acumulação na agricultura são ditados pelo capital social ou em geral. A dinâmica da agricultura é a dinâmica do capital. É errôneo, portanto, supor, como o fazem alguns, a autonomia da produção agrícola, porquanto, como vimos, nem mesmo a restrita produção de subsistência escapa do domínio do capital.

(185) Sérgio Silva, "Valor e renda da terra(ç..), Op. cit., p. 140.

(186) Posição contrária à nossa é defendida por Alberto Passos Guimarães, A crise agrária, 1979, pp. 23 e 24. É interessante mencionar a tese defendida por Ignácio Mourão Rangel, segundo a qual a crise agrária atual não resulta de uma questão agrária (superprodução e superpopulação agrárias), mas financeira, cujo cerne é o preço da terra. Cf. "Questão agrária e agricultura", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 7, 1979, pp. 190 a 192. Esclarecemos que não negamos a existência da renda da terra. Esta é parte constitutiva da mais valia, só que subordinada ao lucro. Aliás as transformações ocorridas na parceria são expressões das modificações nas formas de renda fundiária.

Esse fato, de fundamental importância para a com
preensão dos problemas que afligem o homem do campo e orien
tação das lutas democráticas, não tem sido devidamente ob
servado, na grande maioria das vezes. O presente estudo pro
cura contribuir com alguns elementos para esse debate.

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Aldo et alii. "Efeito do herbicida Ramrod em canteiros de sementeira de cebola", In: Bragantia, vol. 27, nº 7, Campinas, março de 1968.
2. ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no nordeste, Editora Brasiliense, São Paulo, 1963.
3. ANAIS do Seminário Nacional. A questão da terra, Comissão de Agricultura e Pecuária, Assembléia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, novembro de 1981.
4. ARAÚJO, Braz José de, "Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil", In: Temas de Ciências Humanas, Editorial Grijalbo, 1977.
5. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e Helcio Gonçalves, Comercialização e formação de preços, Comissão INCRA/UNICAMP, mimeog. UNICAMP, Campinas, 1977.
6. BOTELHO, Waldir e Américo Iorio Ciociola, "Pragas da cebola e seu controle", In: Informe Agropecuário, Belo Horizonte, 6 (62), 1980.

7. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano, Edições Graal, Rio , 1981.
8. BRANT, Vinicius Caldeira. "Do colono ao bóia-fria: transformação na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis", In: Estudos Cebrap, nº 19, São Paulo, 1977.
9. BRISOLA, Sandra de Negraes, Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura de algodão arbóreo no Ceará, Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1977.
10. CAMARGO FILHO, Waldemar Pires, "Situação do abastecimento de cebola no Brasil", In: Informações econômicas . IEA, São Paulo, Janeiro de 1980.
11. _____. "Concentração da produção de cebola no Brasil" , ibidem, maio de 1980. .
12. _____. "Comercialização da cebola", ibidem, janeiro de 1980.
13. _____. "Comercialização da cebola", ibidem, janeiro de 1981.
14. CAMPOS, Humberto Ribeiro de. "Instruções práticas: cultura da cebola", In: O Agrônomo, vol. 21, nºs 1 e 2, Campinas, janeiro/fevereiro de 1969.
15. _____. "Instruções para a cultura da cebola", In: Boletim, nº 164, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Campinas, 1966.

16. CAMPOS, Humberto Ribeiro de et alii. "Sistema de aplicação de torta de mamona e fertilizantes minerais na adubação da cebola", In: Bragantia, vol. 22, nº 21, Campinas, abril de 1963.
17. CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito, Livraria José Olympio Editora, Rio, 1964.
18. CARDOSO, Fernando Henrique, "Formação do capitalismo e as classes sociais na América Latina : problemas e algumas questões de método", In: J.A.G. Albuquerque (org.) Classes médias e política no Brasil, Editora Paz e Terra, Rio, 1977.
19. _____. "Tensões sociais no campo e reforma agrária no Brasil", In: Mudanças sociais na América Latina, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1969.
20. CASA da Agricultura de São José do Rio Pardo, Cadastro das propriedades agrícolas do município de São José do Rio Pardo, Rio Pardo, 1976.
21. COSTA PINTO, Luiz Aguiar da, "Estrutura da sociedade rural brasileira", In: Sociologia e Desenvolvimento, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1963.
22. CROUCH, Luis e Alain de Janvry, "El debate sobre el campesinato: teoria y significancia política", In: Estudios rurales latinoamericanos, vol. 2, nº 3, septiembre/diciembre de 1979.
23. DEMATÉ, João Batista Ioriotti et alii, "Influência da irrigação na formação de mudas de cebola", In: Bragantia, vol. 23, dezembro de 1974.

24. ESTATUTO da terra (Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966), In: Questão agrária, Coleção Documento, nº 8, CONTOL, Brasília, 1979.
25. ETTORI, Oscar J. Thomazini, "Mão-de-obra na agricultura de São Paulo, in: Agricultura em São Paulo, ano VIII, nº 12, São Paulo, dezembro de 1961.
26. FAURE, Claude, Agriculture e capitalismo: essai sur les rapports de production en agriculture, Anthropos, Paris, 1978.
27. FAUSTO, Ruy, "A revolução brasileira de Caio Prado Jr." In: Revista Teoria e Prática, nº 2, Teoria e Prática Editora, São Paulo, outubro.
28. FERREIRA, Léo da Rocha, Parceria e risco na agricultura do Nordeste, IPEA/INPES, Rio, 1979.
29. FOLHA de São Paulo, "300% do atacado ao varejo", In: Caderno de Economia, São Paulo, sexta-feira, 25 de agosto de 1978.
30. FONTE, Paulo César Rezende et alii, Métodos de plantio de cebola visando à produção de bulbos, In: Informe agropecuário, Belo Horizonte, 6 (62), 1980.
31. GIANNOTTI, José Arthur, "Notas sobre a categoria 'modo de produção', para uso e abuso dos sociólogos", In: Estudos Cebrap, nº 17, São Paulo, 1976.
32. GNACCARINI, José Cesar, Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural, Editora Pólis, São Paulo, 1980.

33. GNACCARINI, José César. Perspectivas da pequena produção, mimeog. São Paulo, s/data.
34. GUEDES PINTO, Luís Carlos, "Notas sobre a política agrícola brasileira", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 7, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1979.
35. GUIMARÃES, Alberto Passos, A crise agrária, Editora Paz e Terra, Rio, 1979.
36. GRAZIANO NETO, Francisco, "Capitalismo e tecnologia no campo: notas preliminares", In: Encontros com a civilização brasileira, Rio, 1979.
37. HOBSBAWM, Éric, "Introdução" In: Karl Marx, Formações econômicas pré-capitalistas, Editora Paz e Terra S.A., Rio, 1975.
38. IANNI, Octávio, "A constituição do proletariado agrícola no Brasil", In: Revista Brasileira de estudos políticos, nº 12, Belo Horizonte, 1962.
39. IBGE, Enciclopédia dos municípios brasileiros, vol. XXX, São Paulo, 1958.
40. INSTITUTO de Economia Agrícola (IEA), Informações econômicas, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, vários.
41. _____, Informações econômicas, ibidem. São Paulo, dezembro de 1978.
42. _____. "Salários rurais no Estado de São Paulo", In: Informações econômicas, São Paulo, junho de 1978.

43. INSTITUTO de Economia Agrícola (IEA), Análise econômico-financeira, ibidem, São Paulo, vários.
44. _____. Resultados comparativos da contabilidade agrícola, São Paulo, 1969/70.
45. JOHNSTON, B.F. e Peter KILBY, Agricultura e transformação estrutural, Zahar Editores, Rio, 1977.
46. JUNQUEIRA, Pêrsio de C. et alii, "Estrutura dos preços e demanda de hortaliças no entreposto terminal de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano XVIII, nºs 11/12, novembro/dezembro de 1971.
47. KAUTSKY, Karl, A questão agrária, Gráfica Editora Laemert S.A., Rio, 1968.
48. LENIN, V.I., "La question agraire et les critiques de Marx", In: Oeuvres: tome 5, Editions Sociales, Paris, 1977.
49. _____. Nouvelles données sur les lois du développement du capitalisme dans l'agriculture, ibidem, tome 22.
50. _____. La grande iniciativa (L'heroísmo dos ouvriers de l'arrièrre. A propos de 'samedis communistes'), ibidem, tome 29.
51. _____. El desarrollo del capitalismo en Rusia, Editorial Ariel, Barcelona, 1974.
52. LOPES, Juarez Rubens Brandão, "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)", In: Estudos Cebrap, nº 22, São Paulo, outubro/dezembro de 1977.

53. LOPES, Juarez Rubens Brandão, "Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo", In: Cadernos Cebrap, nº 26, Cebrap, São Paulo, 1976.
54. _____, LOUREIRO, Maria Rita Garcia, Parceria e capitalismo, Zahar Editores, Rio, 1977.
55. MARTINS, José de Souza, Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica", In: Capitalismo e tradicionalismo, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975.
56. _____. "Sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 22, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1980.
57. _____. "A produção capitalista de relações não-capitalistas", In: O cativo da terra, Livraria Editora de Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
58. _____. Os camponeses e a política no Brasil, Editora Vozes, Petrópolis, 1983.
59. _____. Expropriação e violência: a questão política no campo, Editora Hucitec, São Paulo, 1980.
60. _____. "Modernização e problema agrário no Estado de S. Paulo", In: Capitalismo e tradicionalismo, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975.
61. _____. "Adoção de práticas agrícolas e tensões sociais", In: Capitalismo e tradicionalismo, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975.

62. MARX, Karl, O capital, livro 1, vol. 1, Editora Civiliza
ção Brasileira, Rio, 1968.
63. _____. Idem, livro 1, vol. 2, ibidem
64. _____. El capital, tomo III, Fondo de Cultura Económica
México, 1973.
65. MASCARENHAS, Maria Helena Tabim, "cultivares de cebola",
In: Informe agropecuário, Belo Horizonte, 6 (62), feve
reiro de 1980.
66. MATOS, D. L. de, A região da baixa mogiana, In: Boletim,
nº 9, FAEA, USP, São Paulo, 1959.
67. MELLO, João Manuel Cardoso de e Luiz Gonzaga de Mello Bel
luzzo, "Reflexões sobre a crise atual", In: Escrita en
saio, ano 1, nº 2, São Paulo, 1977.
68. MONTEIRO, M.J.C. e P.E. Minoga, "A mecanização na agricul
tura brasileira", In: Revista brasileira de economia,
vol. 23, nº 4, outubro/dezembro de 1969.
69. MÜLLER, Geraldo, "Estado, estrutura agrária e população:
estagnação e incorporação regional", Cadernos Cebrap,
nº 32, Cebrap, São Paulo, 1980.
70. _____. "Agricultura e industrialização do campo no Bra
sil", In: Revista de economia política, vol. 2/2, nº 6,
abril/junho de 1962.
71. MAKANO, Y. "A destruição da renda da terra e da taxa de
lucro na agricultura", In: Revista de economia políti
ca, vol. 1, nº 3, junho/setembro de 1981.

72. OLIVEIRA, Arlindo Borba de, "Comportamento do mercado de cebola durante 1961 e 1962", In: Agricultura em São Paulo, ano 10, nº 1, janeiro de 1963.
73. OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de, Considerações sobre a formação do capitalismo, Dissertação de mestrado a presentada ao Departamento de Economia do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da UNICAMP, mimeog.: UNICAMP, Campinas, 1977.
74. OLIVEIRA, Francisco, Elegia para uma re(li)gião, Editora Paz e Terra, Rio, 1977.
75. PITERI, Antonio Dinaer, "O estatuto do trabalhador rural: problemas de aplicação e prováveis consequências sócio-econômicas", In: Agricultura em São Paulo, ano XI, nºs 1 e 2, São Paulo, Janeiro e fevereiro de 1964.
76. PRADO, Olympio de Toledo, "Cultura da cebola", In: O agrônomo, ano 4, nº 58, Campinas, janeiro de 1954.
77. _____. "A cultura da cebola" In: O agrônomo, vol. 1, nºs 1 e 2, janeiro/fevereiro de 1941.
78. _____. "Instruções práticas: a cultura da cebola", In: O agrônomo, vol. 12, nºs 9 e 10, setembro/outubro de 1960.
79. PRADO JR., Caio, "Contribuição para a análise da questão agrária brasileira", In: Revista brasiliense, nº 28, São Paulo, março/abril de 1960.
80. _____. A revolução brasileira, Editora Brasiliense, São Paulo, 1972.

81. RANGEL, Ignácio Mourão, A questão agrária brasileira, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Recife, 1962.
82. _____. "Questão agrária e agricultura", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 7, Rio, 1979.
83. SALLUM Jr., Brasília, Capitalismo e cafeicultura: oeste paulista - 1888 a 1930, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1980, ou na edição comercial, Livraria Duas Cidades Ltda, São Paulo, 1982.
84. _____. "Contribuição ao estudo do colonato", In: Mão-de-obra volante na agricultura, IV Reunião Nacional, FCAB, UNESP, Botucatu, 1978.
85. SÃO José do Rio Pardo, Enciclopédia dos municípios brasileiros, IBGE, vol. XXX, São Paulo, 1958.
86. SATURNINO, Heloisa Mattana e João da Cruz Filho, "Doença da cebola", In: Informe agropecuário, Belo Horizonte, 6 (62), 1980.
87. _____ et alii, "Dolheita, cura, seleção, classificação, embalagem e transporte da cebola", In: Informe agropecuário, Belo Horizonte, 6 (62), fevereiro de 1980.
88. SECRETARIA da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano 9, nº 8, agosto de 1962.

89. SECRETARIA da Agricultura do Estado de São Paulo (Divisão de Economia Rural), "Estudo de 33 propriedades cafeeiras típicas do Estado de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano 9, nº 6, junho de 1962.
90. _____. "Comercialização de produtos agrícolas no Estado de São Paulo", In: Agricultura em São Paulo, ano XX, nº 3/4, março-abril de 1968.
91. _____, "Clima do Estado de São Paulo", In: Zoneamento Agrícola do Estado de São Paulo, vol. 1, São Paulo, dezembro de 1974.
92. SETZER, José, "A natureza e as possibilidades do solo no vale do Rio Pardo entre os municípios de Caconde, SP, e Poços de Caldas, MG", In: Revista brasileira de geografia, ano XVIII, nº 3, julho/setembro de 1956.
93. SIGAUD, Lygia, "Luta política e luta pela terra no nordeste", In: Revista Dados de Ciências Sociais, vol. 26, nº 1, Rio, 1983.
94. SILVA, José Graziano, Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira, Editora Hucitec, São Paulo, 1978.
95. _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura, Editora Hucitec, São Paulo, 1981.
96. _____. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, mimeog. UNICAMP, Campinas, 1980.
97. SILVA, José G. da e Angela A. Kageyama, O preço da produção na agricultura: uma introdução à economia rural, mimeog., UNICAMP, Campinas, 1980.

98. SILVA, Sérgio, Sobre a estrutura da produção no campo, mimeog. UNICAMP, Campinas, outubro de 1981.
99. _____. A via do capitalismo no campo, mimeog. UNICAMP, Campinas, s/data.
100. _____. Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo, Editora Polis Ltda, São Paulo, 1981.
101. _____. "Agricultura e capitalismo no Brasil", In: Contexto, nº 1, São Paulo, novembro de 1976.
102. _____. "Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo", In: Jaime Pinsky (org.), Capital e trabalho no campo, Editora Hucitec, São Paulo, 1977.
103. TAVARES, José Vicente, Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do camponês ao capital, Dissertação de mestrado em Sociologia apresentado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, mimeog. USP, São Paulo, 1977.
104. VELHO, Otávio Guilherme, "A propósito de terra e igreja", In: Encontros com a civilização brasileira, nº 22, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1980.
105. VIOTTI DA COSTA, Emília, "Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências", In: Da monarquia à República: momentos decisivos, Editora Grijalbo, São Paulo, 1977.
106. WANDERLEY, Maria Nazareth de Baudel, O camponês: um trabalhador para o capital, mimeog., UNICAMP, Campinas, maio de 1981. _____

107. VERGOPoulos, Kostas, "Capitalismo disforme", In: Samir Amin, A questão agrária e o capitalismo, Editora Paz e Terra, Rio, 1977.
108. ZAMOSC, Léon. "Notas teóricas sobre la subordinación de la producción mercantil campesina al capital", In: Estudios rurales latinoamericanos, vol. 2, nº 3, septiembre/diciembre, de 1979.